

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE PELOTAS
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS**



JÉSSICA RODRIGUES BANDEIRA PERES

**ABAIXO A MONARQUIA: LIDERANÇA POLÍTICA E PROPAGANDA
REPUBLICANA EM PELOTAS-RS (1880-1889)**

Pelotas
2021

JÉSSICA RODRIGUES BANDEIRA PERES

**ABAIXO A MONARQUIA: LIDERANÇA POLÍTICA E PROPAGANDA
REPUBLICANA EM PELOTAS-RS (1880-1889)**

Dissertação apresentada como requisito para a obtenção do grau de Mestre pelo Programa de Pós-Graduação em História do Instituto de Ciências Humanas da Universidade Federal de Pelotas

Orientador: Prof. Dr. Jonas Moreira Vargas

Pelotas
2021

Jéssica Rodrigues Bandeira Peres

Abaixo a Monarquia: liderança política e propaganda republicana em Pelotas-RS
(1880-1889)

Dissertação submetida, como requisito parcial para obtenção do grau de Mestra em História, Programa de Pós-Graduação em História, Instituto de Ciências Humanas, Universidade Federal de Pelotas

Data da Defesa: 03 de março de 2021

Banca examinadora:

Prof. Dr. Jonas Moreira Vargas (Orientador)

Doutor em História pela Universidade Federal do Rio de Janeiro

.....

Prof. Dr. Aristeu Elisandro Machado Lopes

Doutor em História pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

.....

Prof^a. Dra^a. Larissa Patron Chaves

Doutora em História pela Universidade do Vale do Rio dos Sinos

.....

Prof. Dr. Luiz Alberto Grijó

Doutor em História pela Universidade Federal Fluminense

Universidade Federal de Pelotas / Sistema de Bibliotecas
Catalogação na Publicação

P434a Peres, Jéssica Rodrigues Bandeira

Abaixo a monarquia: liderança política e propaganda republicana em Pelotas-RS (1880-1889) / Jéssica Rodrigues Bandeira Peres ; Jonas Moreira Vargas, orientador. – Pelotas, 2021.

139 f. : il.

Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em História, Instituto de Ciências Humanas, Universidade Federal de Pelotas, 2021.

1. História política. 2. Elites. 3. República. 4. Propagandistas. 5. Pelotas. I. Vargas, Jonas Moreira, orient. II. Título.

CDD : 981.65

Elaborada por Simone Godinho Maisonave CRB: 10/1733

Agradecimentos

Inicialmente, gostaria de agradecer ao Prof. Jonas Vargas por aceitar ser meu orientador em mais este desafio. Agradecer pelas contribuições, não só para esta pesquisa, mas também com questões outras que perpassam a trajetória de quem se dispõe a fazer parte do meio acadêmico.

Agradeço ao programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Pelotas e aos professores Aristeu Lopes e Larissa Patron, pelas inúmeras contribuições na banca examinadora de qualificação.

Ao Leandro, companheiro de vida, agradeço o incentivo, o cuidado e a força que sempre me deu ao longo dessa jornada e por me amar sempre, mesmo quando o estresse tomava conta de mim.

À amiga Bruna, agradeço pelas palavras de incentivo, por ter estado ao meu lado todo o tempo, pela ajuda desde os estudos preparatórios para ingressar na universidade. Tu sempre foste o meu maior exemplo!

Por último, e não menos importante, dedico este trabalho a duas pessoas que foram as principais responsáveis por toda a minha formação: meus pais Luiz Carlos Bandeira e Roselane Rodrigues Bandeira. Eles nunca mediram esforços para que eu chegasse até este momento. À minha mãe, que compartilhou comigo várias noites em claro durante a minha jornada acadêmica, minha eterna gratidão. Meu amor por vocês é infinito!

Resumo

O tema desta pesquisa é a propaganda republicana na cidade de Pelotas entre os anos de 1880 e 1889, a partir da atuação de uma parcela dos adeptos ao republicanismo na cidade. O trabalho objetiva, em um primeiro momento, analisar o perfil dos indivíduos que estiveram à frente do movimento, assim como os diferentes triunfos políticos que esse grupo obteve após proclamada a República no país. Nosso foco também recai sobre o leque de relações sociais em que alguns republicanos estavam inseridos, assim como o importante papel familiar para o sucesso na vida política desses indivíduos. E, por último, a adesão de novas ideias que estavam circulando no Brasil nos anos finais do século XIX, principalmente aquelas ligadas à emancipação e abolição dos escravos, ao federalismo e ao próprio entendimento de republicanismo. A utilização da prosopografia, e as noções de rede social e estratégia familiar, são alguns dos aportes teóricos metodológicos que permitem realizar esta investigação, e assim efetivar uma pesquisa alinhada a uma história social da política.

Palavras-chave: História política; Elites; República; Propagandistas; Pelotas.

Abstract

The research theme is the republican propaganda in the city of Pelotas, between the 1880 and 1889 years, from the acting of a number of followers of republicanism in the city. The working paper aims firstly at analyzing the profile of individuals who have been ahead of the movement, as well as the different political triumphs that this group obtained after the Republic had been proclaimed in the country. Our focus also relies on the range of social relations in which some republicans were inserted, as well as the important family role for the success in the political life of those individuals. And, lastly, the adherence to new ideas which were circulating in Brazil in the final years of the XIX century, mainly the ones related to the emancipation and abolition of slaves, the federalism and the own understanding of republicanism. The use of prosopography, and the notions of social networking and family strategy are some of the theoretical and methodological basis which allow the execution of this investigation, and thus implementing a research aligned with a social history of politics.

Keywords: Political History, Elites, Republic, Propagandists, Pelotas.

Lista de Figuras

Figura 1: Obelisco Republicano, bairro Areal, Pelotas - RS.....	123
Figura 2: Brasão de Armas Rio-Grandense, face frontal do Obelisco.....	124

Lista de Quadros

Quadro 2: Adesões republicanas em alguns municípios Rio-grandenses	32
Quadro 3: Propagandistas republicanos pertencentes ao Grupo A	36
Quadro 4: Propagandistas republicanos pertencentes ao Grupo A que conquistaram cargos políticos após 1889.....	39
Quadro 5: Propagandistas republicanos pertencentes ao grupo B	42
Quadro 6: Propagandistas republicanos pertencentes ao grupo C	46
Quadro 7: Fortuna dos charqueadores mais ricos de Pelotas (1810-1900).....	55

Sumário

1 Introdução.....	11
2 A inserção pelotense na vida econômica e política rio-grandense	19
2.1 A propaganda republicana na cidade de Pelotas (1880-1889)	26
3 “Família, redes de relações e ensino superior”: os pilares que sustentavam uma carreira política de sucesso no século XIX	50
3.1 Família, a primeira etapa da vida política.....	54
3.2 O ensino superior em Direito: o segundo grande pilar de uma carreira política de sucesso.....	63
4 “A exemplar abnegação pela nossa causa”: a propaganda republicana e o debate público	78
4.1 República, Democracia e Federalismo: algumas considerações acerca do discurso dos republicanos pelotenses	81
4.2 “Civilização e liberdade, Pátria e humanidade”: os propagandistas republicanos pelotenses e a questão da abolição.....	100
4.3 A Propaganda e os usos da História: a memória da revolução farroupilha por meio de um monumento à república	119
5 Conclusão	131
Referências	134

1 Introdução

No Rio Grande do Sul, a proclamação da República colocou no poder um grupo de políticos que já vinha militando pela queda da monarquia desde o início dos anos 1880. Liderados por Júlio de Castilhos e Assis Brasil, aqueles jovens, que até então eram minoria política na província, não atingiram seus objetivos sem ter de enfrentar uma ferrenha oposição. Na realidade, de todas as unidades da nova federação, o Rio Grande do Sul foi aquela em que os republicanos encontraram a resistência mais forte para manter-se no governo, materializada em uma das guerras civis mais sangrentas do país: a Revolução Federalista (1893-1895)¹. Assim sendo, é importante que se estude o período anterior, pois as bases do Partido Republicano Rio-Grandense e do seu jornal *A Federação*, criados respectivamente em 1882 e 1884, foram pilares fundamentais na propaganda rio-grandense alavancando o grupo liderado por Castilhos.

Contudo, apesar do processo que envolve a propaganda republicana e a Proclamação da República serem bastante trabalhados pela historiografia, são poucos os estudos que o analisam a partir de Pelotas. Tal ausência é bastante problemática, pois essa cidade era a principal produtora de charque do Brasil e foi palco de uma das elites mais notáveis do Império. Conforme Jonas Vargas (2013), os charqueadores estavam entre as elites mais ricas, prestigiosas e poderosas do Brasil e, politicamente, serviam como braço direito da monarquia na região. Defensores da escravidão e da monarquia, é de se destacar que poucos deles aderiram à propaganda republicana. Estudar os efeitos desta propaganda entre os anos 1880 e 1889, ajuda a conhecer melhor esse contexto político de nossa história, uma vez que Pelotas, à época, rivalizava em importância econômica e política com a capital Porto Alegre e parte significativa de suas elites tiveram papel proeminente no período.

Data do início do século XX o interesse da historiografia rio-grandense em relação ao movimento republicano. Embora alguns autores não tivessem como foco principal o período da propaganda republicana, contribuíram para esse tema, a partir

¹ A Revolução Federalista, ocorrida no Rio Grande do Sul, entre 1893 e 1895, colocou os republicanos (também chamados chimangos ou pica-paus), donos da situação, contra os rebeldes federalistas (ou maragatos), chefiados por Gaspar Silveira Martins e Joca Tavares. Estes se opunham à autoritária Constituição Estadual de 1891, defendiam o parlamentarismo e reuniam poderosos estancieiros da fronteira sul. Foi somente com a vitória sobre os federalistas que o Partido Republicano Rio-grandense, fundado em 1882, pode governar e consolidar a República de vez. Para mais informações sobre a Revolução Federalista, ver BARETTA (1985) e PESAVENTO (1983).

dos estudos memorialistas voltados aos principais líderes desse e de outros movimentos políticos do século XX. Autores como Deoclésio Paranhos Antunes (1936)², Othelo Rosa (1928)³, João Pio de Almeida (1928)⁴ e Paulo Brossard (1989)⁵, ligados ao Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul (IHGRS), escreveram biografias políticas que posteriormente serviram de instrumento para diversas pesquisas, mas que, no geral, sustentaram uma tendência historiográfica de mitificação dos principais líderes do PRR e dos movimentos republicanos da Província. Um dos grandes divisores de água, nesse sentido, é o trabalho biográfico que Sérgio da Costa Franco faz sobre Júlio de Castilhos nos anos 1960. É o primeiro texto mais biográfico construído por um historiador de ofício, e tinha como principal preocupação entender aquele contexto dos anos finais do império e iniciais da República a partir da trajetória de Castilhos. Já em fase acadêmica, e com uma pesquisa com maior rigor teórico e metodológico, Helga Piccolo (1974), ao romper com as práticas de mitificar os agentes políticos, foi uma das principais autoras a estudar o panorama político do Rio Grande do Sul nas décadas finais do Império. Contudo, analisando mais os discursos parlamentares e os programas partidários, Piccolo contribuiu bastante com a história da propaganda republicana no campo das ideias, deixando de lado vários aspectos da formação social dos partidos políticos.

Foi ainda na década de 1970 que a história social alcançou fortemente o campo da pesquisa profissional, constituída, principalmente, pela aproximação dos campos da história e das ciências sociais, gerando uma forte tendência que afetava também a história política (CASTRO, 1997, p. 4). No entanto, essa proximidade trouxe, para a história, grandes modelos de pesquisa que prevaleciam na área das Ciências Sociais desse período: estudos sócio-históricos quantitativos e seriais, em uma escala de pesquisa considerada macro, com os quais a busca por análise dos grandes eventos e personagens considerados principais encobriam detalhes importantes. A historiografia rio-grandense, ao acompanhar esse movimento, além de analisar os discursos de agentes políticos, também constituiu perfis sociais com os quais eles poderiam se encaixar. A maior parte desses estudos passou a associar o movimento republicano a novos grupos sociais que estavam surgindo na vida política

² O autor redigiu uma história dos partidos conservador, liberal e progressista, além do movimento republicano. Tratava-se de um trabalho que não apresentava de forma clara as referências e fontes.

³ O autor buscou realizar uma biografia de Júlio Prates de Castilhos nas condições supracitadas.

⁴ O autor buscou realizar uma biografia de Borges de Medeiros nas condições supracitadas.

⁵ O autor analisou as ideias republicano-democráticas e os escritos de ordem jurídica de Assis Brasil.

rio-grandense. Desse modo, Sérgio da Costa Franco (1966), Celi Pinto (1979), Silvio Duncan Baretta (1985) entre outros, apontam pelo menos uma característica social, econômica ou regional para defender a ideia de que os líderes do movimento republicano eram oriundos de famílias distintas daquelas que pertenciam aos partidos monárquicos (o Conservador e o Liberal), com base eleitoral no planalto norte e litoral, provenientes de setores socioeconomicamente intermediários e com um alto nível de educação superior, se comparados aos seus adversários políticos. Por outro lado, Joseph Love (1975), aprofundando-se ainda mais no tema, com um estudo notável, ponderou que principalmente a partir da revolução de 1893, logo após a Proclamação da República, uma mudança nos líderes políticos começou a ocorrer. Para o autor, essa mudança ocorreu pela troca de uma elite estancieira por outra elite próxima a esta. De maneira geral, os estancieiros continuaram com maior poder político durante a República, contudo, a grande diferença entre essas lideranças estava na sua origem regional: se, antes, eram oriundos, na sua grande maioria, da campanha, posteriormente, cada vez mais assumiam líderes oriundos da Serra.

Uma nova historiografia rio-grandense relativizou muitos desses pontos e trouxe uma maior complexidade para entender-se a história da propaganda republicana e de seus líderes no Rio Grande do Sul (GRIJÓ, 2005; VARGAS, 2010; SACCOL, 2013, MARTINY, 2018)⁶. Uma das principais contribuições foi demonstrar alguns equívocos ao associar, na sua totalidade, uma classe social a um partido político. Os propagandistas republicanos não pertenciam a uma classe média mais intelectualizada, urbana e distante da região da campanha. Analisando as origens sociais, educacionais e geográficas das principais lideranças propagandistas do Rio Grande do Sul, os autores demonstram que parte significativa deles também pertencia a famílias da elite agrária da campanha, algumas delas ligadas ao Partido Conservador e com títulos de nobreza. Ou seja, em termos socioeconômicos, os propagandistas pertenciam às mesmas camadas sociais dos monarquistas (VARGAS; SACCOL, 2010, p. 243).

Esses novos estudos apresentam uma abordagem distinta dos clássicos estudos dos anos 1980 e 1990. Neles, ao contrário de uma história das ideologias políticas e partidárias, sustentadas pelas fontes jornalísticas, discursos parlamentares

⁶ É importante mencionar que alguns aspectos dessa renovação analítica já tinham recebido suas primeiras considerações na obra de Joseph Love (1975).

e relatórios oficiais, existem pesquisas preocupadas, acima de tudo, com os atores sociais envolvidos em todo o mundo político, como, por exemplo, estudos sobre mediadores políticos, oficiais militares, as disputas das facções locais pelo controle dos cargos paroquiais, entre outras questões, configurando uma *História Social da Política*. Pode-se citar como exemplo a pesquisa de Carina Martiny (2018) que analisou a construção da República no Brasil, a partir do estudo da trajetória de Júlio Prates de Castilhos, ou o trabalho de Tassiana Saccol (2013), que buscou analisar como se deu o movimento republicano nas regiões de campanha e missioneiras do Rio Grande do Sul, além da circulação de ideias no Brasil nos últimos anos do século XIX, por meio da atuação de um propagandista principal: Joaquim Francisco de Assis Brasil. Ainda, Carlos Otoniel Pacheco (2018) dedicou-se a investigar os recursos, sejam eles econômicos, políticos, sociais ou simbólicos, que o político republicano Carlos Barbosa Gonçalves herdou (ou esforçou-se para adquirir) e assim ocupar a posição de líder político local de Jaguarão, cidade fronteiriça do Rio Grande do Sul. Assim como o trabalho de Diego Devincenzi (2018) que estudou o papel de mediador do senador José Gomes Pinheiro Machado na política nacional durante a Primeira República.

No que diz respeito à historiografia pelotense sobre o tema da propaganda e consolidação da República na cidade, alguns autores são importantes referências para esta pesquisa, mesmo que não tenham este tema como foco. Fernando Osorio (1997) foi um importante nome para as chamadas “histórias municipais”. Neste estudo, cuja primeira edição data de 1922, ele dedicou um capítulo para descrever algumas datas e nomes importantes no movimento republicano de Pelotas. Posteriormente, Mario Osorio Magalhães organizou as memórias do próprio Fernando Osorio, que narraram os acontecimentos do dia 15 de novembro de 1889 em Pelotas (OSÓRIO, 2011, 1ª ed. 1889). Recentemente, Aristeu Elisandro Machado Lopes (2006) também contribuiu para o tema. Aproveitando-se do desenvolvimento significativo que a imprensa pelotense obteve nos últimos anos do século XIX, o autor utilizou como fonte principal, os textos e crônicas, mas, principalmente, as caricaturas e desenhos humorísticos publicados nos periódicos da época. Com isso, analisou as representações do cenário político-imperial pelotense, concentrando-se mais nos indivíduos responsáveis pelo material divulgado nos jornais e em como eles utilizavam esse meio para defender suas posições sociais e políticas. Nesse trabalho, o

historiador dedicou um capítulo para explorar como a propaganda republicana foi apresentada por eles, trazendo informações importantes a seu respeito.

Em estudo anterior, em Trabalho de Conclusão de Curso (PERES, 2018), buscou-se investigar, de forma preliminar, os principais propagandistas republicanos pelotenses que mantiveram elevado status político durante a década de 1880 e posteriormente à instalação da República. Foi possível perceber que alguns deles eram pertencentes às mesmas famílias que detinham o poder político e econômico anteriormente. No entanto, a presente dissertação busca aprofundar outros aspectos igualmente importantes para a compreensão da história da propaganda republicana em Pelotas, como as ligações familiares, as redes de relações pessoais dos principais líderes e como eles manifestavam-se publicamente defendendo seus ideais.

É unanimidade na historiografia a ideia de que os republicanos, antes do 15 de novembro, formavam uma minoria política. Parte esmagadora da classe política brasileira era monarquista. No Rio Grande do Sul, apenas um republicano elegeu-se deputado provincial nos anos 1880 e, mesmo assim, hoje é sabido que Assis Brasil teve boa parte dos votos dados pelos eleitores do Partido Conservador (SACCOL, 2013). Em Pelotas, o número de republicanos pareceu ser menor que o de outras cidades do Rio Grande do Sul. Sua elite mais tradicional, formada por famílias charqueadoras, era, em sua grande maioria, monarquista e escravista, apesar de que, naqueles anos, alguns filhos de charqueadores, tendo estudado fora da Província e tido contato com ideias mais progressistas para a época, aderiram ao republicanismo. Assim, eles também acabaram fazendo parte do que alguns autores chamaram de “Geração de 1870”⁷, ou seja, um grupo de intelectuais que ao mesmo tempo escrevia e atuava politicamente em suas províncias fazendo oposição à escravidão e à monarquia, defendendo reformas estruturais na sociedade brasileira, e vindo a contribuir, alguns mais direta e outros mais indiretamente, com a queda do Império.

Alguns conceitos, como os de “elite” e “partido político”, são fundamentais para o desenvolvimento da presente pesquisa, pois ambos assumem importância especial ao longo do estudo. Flávio Heinz (2006) observa que não há uma só definição do que seja elite, mesmo que outros autores já tenham caracterizado esse termo,

⁷ Para mais informações sobre essa geração de intelectuais ver ALONSO, Angela. Ideias em movimento: a Geração 1870 na crise do Brasil-Império. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2002.

como por exemplo, Giovani Busino (1992), que a definiu como “[...] a minoria que dispõe, em uma sociedade determinada, em um dado momento, de privilégios decorrentes de qualidades naturais valorizadas socialmente (por exemplo, a raça, o sangue etc.) ou de qualidades adquiridas (cultura, méritos, aptidões etc.)” (BUSINO, 1992 apud HEINZ, p. 8.).

Além disso, o que se entende por partido político no século XXI é bem diferente da maneira como era pensado um partido ao final do século XIX e início do XX. No século XIX, nem todos os partidos possuíam programas, sedes e fichas de filiados, numa concepção mais moderna de instituição, típica de uma sociedade capitalista, urbanizada e democrática. Conforme Grijó (1999), esses partidos do século XIX eram constituídos mais por facções encabeçadas pelos seus líderes pessoais, clientelas e jornais oficiais. Era comum as ideias das lideranças confundirem-se com as ideias dos partidos. O PRR, por exemplo, podia ser considerado a expressão do castilhismo, enquanto o Partido Liberal representava, em termos ideológicos, os pensamentos de Gaspar Silveira Martins.

Assim sendo, a Dissertação está dividida em três capítulos. O primeiro capítulo foi destinado a analisar quem eram os indivíduos por trás da propaganda republicana na cidade, de que modo eles atuaram no movimento e as principais características que os hierarquizavam dentro dele. Para isso, os 142 republicanos que compuseram esta análise foram divididos em 3 grupos, no qual, o modo de atuação na propaganda foi o critério de maior relevância. Ainda, foi possível perceber, a partir do método prosopográfico, aquelas pessoas que já estavam inseridas na vida política do município, e aqueles que conquistaram cargos políticos após a Proclamação da República, ficando a cargo de uma pequena parcela dos propagandistas os cargos de nível Estadual e Federal.

No segundo capítulo, o foco da análise recai sobre os atributos necessários para ocupar cargos pertencentes a uma elite política – que apenas uma parcela pequena dos propagandistas pelotenses possuía – com atenção especial às relações familiares, que no período estudado são importantes esferas para serem analisadas. A questão política era muito forte no âmbito familiar, e em muitos casos, esse era um requisito para se alcançar cargos políticos. No caso dos propagandistas republicanos, existem muitos exemplos de familiares que já pertenciam a vida política rio-grandense, e estavam ligados principalmente aos partidos Liberal e Conservador. Além disso, as

relações que uma parcela dos propagandistas estabeleceu quando estudaram em outras províncias, principalmente em São Paulo e Rio de Janeiro, serviram como um dos pilares para sustentar suas carreiras políticas após 1889 – assim como a obtenção do diploma de ensino superior, particularmente os cursos jurídicos, que, conforme Grijó (2005) era um diferencial que poderia condicionar as carreiras políticas.

O último capítulo, que teve como objetivo o debate público, abordou a atuação desse grupo de republicanos a partir da análise das ideias políticas que defendiam. Além de periódicos, alguns documentos de fundos particulares, pertencentes a uma pequena parcela dos republicanos pelotenses, pôde ser analisada. O foco foi direcionado à análise das opiniões dos republicanos acerca dos principais temas que faziam parte da base ideológica dos partidos republicanos, como o federalismo, a abolição da escravidão e a própria noção de republicanismo. É importante mencionar a ressalva de que nem sempre foi homogênea a opinião desse grupo perante os temas supracitados, principalmente quando se tratou da emancipação e abolição dos escravizados, em que algumas divergências parecem ter ocorrido.

É importante destacar que a realização desta pesquisa teve início no ano de 2019, quando felizmente foi possível o acesso e consulta a inúmeras fontes históricas que aqui foram descritas e analisadas. Contudo, em decorrência da pandemia provocada pelo Covid-19, que afetou não só o Brasil, mas quase todos os países do mundo no ano de 2020, muitos pesquisadores tiveram seus trabalhos afetados. Para nós, historiadores, o impedimento ao acesso às mais variadas fontes históricas pelo fechamento temporário de bibliotecas, museus, arquivos, entre outros locais de pesquisa, acarretou atrasos e mudanças de última hora no cronograma, que antes mesmo de ingressar em um programa de pós-graduação, elaboramos com todo cuidado. Por sorte, o número de fontes que não consegui analisar por conta da situação supracitada, não acarretou danos maiores nesta pesquisa. Entretanto, o acesso a alguns documentos enriqueceriam ainda mais as análises que foram propostas, como por exemplo, alguns números da Revista Federal que não pude consultar pelo fato de a Bibliotheca Pública Pelotense ter permanecido fechada praticamente o ano inteiro de 2020, ou também os inventários *post-mortem* de alguns propagandistas pelotenses que havia encontrado no Arquivo Público do Estado do Rio

Grande do Sul (APERS) em visita realizada em 2019, mas não pude concluir a análise que pretendia realizar.

2 A inserção pelotense na vida econômica e política rio-grandense

Depois de se ter percorrido duas vezes em toda a sua largura a província do Rio Grande do Sul; depois de se ter estado em suas pretensas cidades e velas, Pelotas aparece aos olhos encantados do viajante como uma bela e próspera cidade.

Conde D'Eu 1865

No ano de 1865, Luís Filipe Maria Fernando Gastão, mais conhecido como Conde D'Eu⁸, esteve na Província Rio-Grandense, visitando várias de suas cidades e deixando por escrito inúmeras das impressões que teve ao conhecer essa região. Particularmente em Pelotas, essas impressões foram muito positivas, inclusive sugerindo que a capital da província, ao invés de Porto Alegre, deveria ser Pelotas. Talvez, se o Conde tivesse visitado a cidade nas décadas anteriores, não teria gozado de tal imagem, pois foi nos anos entre 1850 e 1890 que a cidade recebeu grandes investimentos urbanos e culturais, a partir do enriquecimento de sua elite, principalmente a charqueadora.

Pelotas aparece aos olhos encantados do viajante como uma bela e próspera cidade. As suas ruas largas e bem alinhadas, as carruagens que as percorrem (fenômeno único na província), sobretudo os seus edifícios, quase todos de mais de um andar, com as suas elegantes fachadas, dão ideia de uma população opulenta. O rápido desenvolvimento de Pelotas é um fato notável que não encontra análogo na província e que pressagia a esta cidade um futuro considerável. (D'Eu, Conde, 1981, p. 130-131)

O período colonial tardio no Rio Grande do Sul foi palco do surgimento da cidade de Pelotas, que na passagem do século XVIII para o XIX já estava em rápido processo de instalação de charqueadas. A economia pelotense percebeu a oportunidade de expandir seu comércio de charque quando as secas, que atingiram o norte da América portuguesa, resultaram na decadência da sua produção de carne seca. Os comerciantes que foram atraídos por esse episódio não estavam buscando preliminarmente prestígio social, mas principalmente o lucro proveniente dessas

⁸ Luís Filipe Gastão era neto do rei Luís Filipe I de França, nascido em 28 de abril de 1842. Renunciou aos seus direitos à linha sucessória do trono francês em 1864, quando se casou a então brasileira princesa Isabel.

atividades mercantis, que fez com que a cidade atraísse pessoas de muitos lugares. Contudo, a produção de charque pelotense enfrentou, no início do século XIX, um concorrente importante: a carne-seca fabricada no Uruguai e na Argentina. Esses lugares possuíam a vantagem de pastagens superiores, além do transporte marítimo, que conseqüentemente deixavam seu produto com menor custo para venda no Rio Janeiro. Todavia, em virtude do encadeamento de várias revoluções nessa região, no período entre 1810 e 1830, o Rio Grande do Sul conseguiu se manter muito forte no mercado do charque (VARGAS, 2013, p. 65).

Pelotas teve origem de uma área que inicialmente foi composta por sete sesmarias, entregues para diferentes proprietários. Foi a partir de 1780 que as charqueadas começaram a ser montadas. Nos seus primeiros anos, a cidade era um pequeno povoado que pertencia a Vila de Rio Grande. Em 1812, foi elevada a freguesia e então, assim, foi possível o primeiro cálculo acerca da sua população. No ano citado, o município apresentava 2.419 habitantes, sendo 1.226 escravos. Nas décadas seguintes, continuou um grande fluxo de entrada de africanos no município, que eram destinados principalmente ao trabalho das charqueadas. Como apresentado por Jonas Vargas (2013), no ano de 1833, 67,4% dos escravos (que já somavam 5.623) eram africanos, o que acaba demonstrando o grande poder aquisitivo dos charqueadores quando comparados aos criadores de gado do interior da Província.

Durante o século XIX, os charqueadores pelotenses estiveram entre os empresários mais ricos do Rio Grande do Sul. Com isso, Pelotas destacou-se tanto na concentração de escravos quanto em um potente complexo charqueador do Brasil. O charque serviu principalmente como item da alimentação dos escravos que trabalhavam nas *plantations*⁹ do país, fazendo com que o Rio Grande do Sul mantivesse mercado ativo com o sudeste e nordeste, chegando até mesmo a exportar pequenas quantidades para Cuba, Estados Unidos e Lisboa. Além do charque, o abate de milhões de bovinos nesse período resultou na exportação em larga escala de outro produto: o couro. Os charqueadores pelotenses foram responsáveis por grande parte da exportação de couro para a Europa, em que eram utilizados como matéria-prima e acessórios para os maquinários das fábricas.

É neste sentido que Pelotas inseria-se no *tasajo trail* atlântico (...) Seguindo estas premissas, pode-se perceber a ligação do charque com a manutenção

⁹ *Plantation* foi o nome utilizado para designar um tipo de sistema agrícola baseado em uma monocultura de exportação. Esse sistema utilizava mão de obra escrava, e no Brasil os produtos que eram cultivados mediante o mesmo, foram o de cana de açúcar, café, soja, entre outros.

do tráfico atlântico e da escravidão a partir de uma tripla relação. Ao mesmo tempo em que a mão de obra cativa foi essencial para a montagem das charqueadas e *saladeiros* no Rio da Prata e em Pelotas (aumentando a demanda por escravos na região), estas fábricas abasteciam as *plantations* atlânticas com um alimento rico em proteínas e de baixo preço. Além disso, o produto também acompanhava as tripulações dos negreiros que cruzavam o Atlântico garantindo os suprimentos dos escravos no retorno de suas viagens. (VARGAS, 2013, p.20)

As charqueadas possuíam safras de abate de animais e produção do charque que duravam em torno de seis meses, abrangendo as estações mais frias nessas planícies do Sul do país. Segundo Magalhães (1993) seria demasiada ingenuidade supor que os proprietários dessas charqueadas dedicar-se-iam apenas ao lazer durante o intervalo das safras. Para o autor, a preocupação fundamental desse grupo, autênticos burgueses, era o acúmulo de dinheiro, e, para isso, diversificavam-se a atividades complementares, como, por exemplo, fábricas de velas ou sabão ou curtumes – aproveitando ao máximo os materiais que vinham do abate dos animais. Ainda, mantinham atividades paralelas às safras, como pequenas olarias dentro das próprias propriedades charqueadoras, empresas de navegações, companhias de seguro e loteamentos etc. (MAGALHÃES, 1993, p. 113)

Pelotas, assim como várias outras cidades da época, contou com diferentes grupos sociais e, dentre eles, uma minoria que buscava se colocar com a elite do lugar. Entre os grandes proprietários e comerciantes, os charqueadores pelotenses se destacaram no interior desse grupo de famílias ricas. Além do poder político e econômico, o prestígio social que eles possuíam possibilitava uma comparação com as aristocracias europeias do velho mundo – ou, pelo menos, era assim que essa elite pelotense gostaria de ser vista. Mesmo que o termo “aristocrata” não fosse muito utilizado para o Brasil nos anos finais da monarquia, algumas famílias pelotenses foram descritas assim pelos viajantes de origem europeia que visitavam e descreviam algumas cidades brasileiras. A própria sociedade pelotense os tratava como tais, em especial os periódicos da cidade (MAGALHÃES, 1993). Como citado no início do capítulo, o próprio Conde D’Eu reconheceu tal traço entre essas famílias, registrando as seguintes impressões:

De fato, é Pelotas a cidade predileta do que chamarei a aristocracia rio-grandense, se é que se pode empregar a palavra aristocracia falando-se de um país do novo continente. Aqui é que o estancieiro, o gaúcho cansado de criar bois e matar cavalos no interior da campanha, vem gozar as onças e os patações que ajuntou em tal mister. (D’EU, 1981, p. 130)

Os títulos de nobreza e comendas honoríficas entregues a alguns homens dessas famílias são pontos importantes dessa distinção. Conforme Magalhães (1993), os auxílios econômicos prestados para financiar guerras nas quais o Império esteve envolvido, ou a liberdade antecipada de escravizados, são exemplos de serviços premiados com títulos a alguns charqueadores. Ainda conforme o autor, entre os anos de 1829 e 1888 foram entregues 11 títulos de barões e 2 títulos de viscondes para esses empresários escravistas ou seus familiares. Entre os barões estavam: Domingos de Castro Antiqueira (Jaguari), João Simões Lopes (Graça), Antônio Moreira (Butuí), Francisco Gomes da Costa (Arroio Grande), Felisberto Inácio da Cunha (Correntes), Leopoldo Antunes Maciel (São Luís), Aníbal Antunes Maciel (Três Cerros), Antonio Azevedo Machado (Azevedo Machado), Joaquim da Silva Tavares (Santa Tecla), Joaquim J. de Assumpção (Jarau) e Miguel Rodrigues Barcellos (Itapitacai). E os viscondes: Domingos de Castro Antiqueira (Jaguari) e João Simões Lopes (Graça). Além disso, conforme Jonas Vargas (2013), no início do oitocentos, pelo menos vinte charqueadores receberam patentes de capitão, tenente e coronel.¹⁰

Essa primeira geração de charqueadores fundou o Teatro Sete de Abril (1833), promoveu a criação do primeiro barco a vapor do sul do país e atingiu certo nível de riqueza que surpreendeu alguns viajantes estrangeiros. No fim da década de 1820, Nicolau Dreys deixou registrado:

Eles quiseram que o lugar prosperasse, e o lugar prosperou; cada um deles tem ali sua casa urbana; e quando, nos domingos e dias santos, a população das charqueadas ajunta-se na cidade para assistir ao serviço divino (...) é difícil fazer-se ideia do ar de vida e de opulência que respira então a cidade de Pelotas. (...): a par do carro popular, tosca testemunha da antiga indústria local, anda o ligeiro carrinho de construção europeia, como também entre os cavalos arreados de prata, luxo especial dos homens do país, aparecem ginetes ricamente ajaezados com selins bordados por mãos inglesas e montados por senhoras que não cedem em elegância e boas maneiras às mais graciosas parisienses (DREYS, 1961, p. 118).

Em 1834, foi a vez de Arsene deixar registrado:

“São Francisco de Paula é uma encantadora cidadezinha que não conta mais de uns dez anos de existência, e que, entretanto, já rivaliza com Porto Alegre pela atividade de seus habitantes, a importância de suas transações comerciais e o grande número de edifícios que se constroem diariamente (...). Há um teatro muito bonito, realmente elegante e cômodo. Existia apenas uma tipografia, no ano passado, mas circulam vários jornais políticos. A população já se elevava de sete a oito mil habitantes” (ISABELLE, 2006, p. 259).

¹⁰ Sobre o período de formação das charqueadas e a distribuição das famílias nas propriedades ver também GUTIERREZ (2011).

Portanto, os espaços de lazer frequentados por esse grupo e as suas práticas socioculturais também os distinguiram do resto da população. O incentivo de casamentos entre seus filhos e filhas, a educação superior, e imitação de alguns hábitos europeus, estão entre algumas dessas práticas. Conforme Mario Osório Magalhães (1993) foi comum o casamento entre os membros desta elite supracitada. Como exemplo, o autor cita o matrimônio do Barão do Arroio Grande com a irmã do Barão dos três cerros; a união das duas filhas do Barão de Butuí com os irmãos Barões de São Luís e Cacequi, entre muitos outros exemplos que poderiam ser aqui assinalados. Essa prática de união entre indivíduos aparentados, provavelmente favoreceu a concentração das fortunas nas mãos de poucos indivíduos, facilitando o advento de uma aristocracia (MAGALHÃES, 1993, p. 100-103).

Quando Vargas (2013) estudou os charqueadores pelotenses, percebeu que seus filhos e netos tiveram tempo e incentivo para dedicar-se aos estudos, letras e artes. Nesse período não existiam faculdades de direito, medicina e engenharia civil na Província do Rio Grande do Sul, então esses jovens, pertencentes a elite econômica da região, buscavam educação superior em outras cidades do Império, como por exemplo, São Paulo, Rio de Janeiro, Recife e Salvador. Alguns até mesmo concluíram seus estudos no exterior, graduando-se em Montevideú e Paris. Quando se tratou dos estudantes que se formaram em direito na Faculdade de São Paulo, Pelotas só perdia em quantidade para a então capital Porto Alegre. Tal informação é importante, pois os diplomas de curso superior eram um pré-requisito fundamental para tornar-se uma grande liderança política (VARGAS, 2010). Quando se tratou dos propagandistas republicanos pelotenses, como veremos, aproximadamente 18,3% deles exerciam profissões liberais que necessitavam desses diplomas, divididos entre advogados, médicos e engenheiros. E uma parcela deles estava fora da cidade, dedicando-se aos estudos em São Paulo e Rio de Janeiro nas décadas de 1870 e 1880.

Passada essa primeira geração de charqueadores, as décadas de 1850 a 1880 tiveram como característica um maior desenvolvimento socioeconômico da cidade, quando comparado aos anos anteriores, que antecedem a Revolução Farroupilha. Nessa época, mais especificamente em 1880, aproximadamente 50% da população pelotense residia na cidade. Pelotas contava com 3.348 domicílios

urbanos, sem contar com os prédios públicos, as casas comerciais, as fábricas, as escolas e os hospitais. Conforme Vargas (2013), em média, se cada um desses imóveis possuísse entre 4 ou 5 moradores, a população do espaço urbano seria estimada entre 13 mil e 17 mil pessoas, constituindo 44% a 55% da população pelotense no período. Para o contexto do Rio Grande do Sul nesta época, o índice de moradores era alto e, possivelmente, só se encontraria com uma cidade correspondente em Porto Alegre e Rio Grande. Contudo, apesar dessa incipiente urbanização, a riqueza era gerada majoritariamente no meio rural. Analisando inventários post-mortem dos pelotenses entre 1850 e 1890, Vargas percebeu que os animais vacuns, imóveis rurais e escravos nunca compuseram menos de 53% da soma dos patrimônios avaliados até os anos de 1870, podendo ultrapassar os 80% em vários casos.

Todos os investimentos realizados na cidade eram promovidos por essa economia charqueadora e os setores ligados a ela. Nesse sentido, quando se tratou da questão cultural, a elite pelotense, principalmente as famílias charqueadoras e de ricos comerciantes, investiram muito. Entre os anos de 1860 e 1880 a vida cultural da cidade contou com um avanço considerável, indo ao encontro do também crescimento da fortuna dos charqueadores. Além dos teatros, livrarias, clubes e associações de todos os tipos, os luxuosos bailes fizeram parte da vida deste grupo. Inclusive, a cidade contou com 8 sociedades de dança que eram classificadas como “aristocráticas”, “comerciais” e “plebeias”, e, conforme Jonas Vargas (2010), “as sociedades possuíam estatutos regidos pelos seus diretores e os bailes tinham seu protocolo previamente planejado, com rigorosa etiqueta, horários de chá, do café e das danças, tempo dos intervalos, entre outros aspectos.”

O desenvolvimento cultural da cidade estava ligado ao rápido crescimento econômico que passou a ter na metade do século XIX, além de uma modernização se comparada a outras regiões rio-grandenses, que teve participação direta dos vários estrangeiros se estabelecendo nos mais variados ramos de atividades. Até mesmo a arquitetura construída em torno de uma praça (atualmente conhecida como Praça Coronel Pedro Osório) em estilo Neoclássico, sucedeu-se nesse período de enriquecimento da sociedade pelotense. Aristeu Lopes (2006), quando investigou algumas questões relacionadas à modernização e desenvolvimento da cidade, percebeu que os periódicos ilustrados “destinaram uma parte significativa de suas

ilustrações para satirizar os percalços por melhorias urbanas e criticar as condições precárias dos serviços” (LOPES, 2006, p. 72). O autor demonstrou que entre as décadas de 1870 e 1880, foram construídos muitos prédios que se destacavam pela sua “imponência arquitetônica”. A construção do edifício que daria espaço a Câmara¹¹ foi iniciada no ano de 1879 e inaugurado em 1881, o Teatro Sete de Abril (construído em 1833) passou por uma grande reforma em 1870, a Bibliotheca Pública Pelotense foi fundada em 1875, os casarões conhecidos como casa 6 e casa 8, foram construídos respectivamente em 1879 e 1878, e o casarão conhecido como casa 2, erguido nos primeiros anos do século XIX, foi reformado em 1880, todos erguidos ao entorno da Praça Pedro II, como mencionado anteriormente, atual Praça Pedro Osório (LOPES, 2006, p. 73).

A própria praça onde estão situados estes luxuosos prédios supracitados, que foi projetada nos anos de 1830, só começou a receber investimentos para ser arborizado e jardinado na década de 1870, mais especificamente no ano de 1873, com a colocação de um chafariz importado da França¹². Além disso, outros 3 chafarizes foram importados e instalados em locais diferentes da cidade, bem como uma caixa d’água posta na Praça localizada em frente à Santa Casa de Misericórdia. É importante ressaltar que essas localidades descritas acima eram destinadas somente às famílias de altas camadas sociais, principalmente aquelas orientadas por normas europeias, e a presença de negros só ocorria de modo escondido ou vigiado, permitindo que eles frequentassem somente as áreas mais periféricas destes locais, destinando o centro das praças aos brancos (LOPES, 2006, p. 81).

Além disso, investimentos nos serviços urbanos também marcaram este período de abundância econômica da cidade. Um exemplo disso é a estrada de ferro construída na década de 1880, que ligava Rio Grande, Pelotas e Bagé, que, além do transporte de passageiros, serviria também para o transporte da produção das fábricas. Ainda, o serviço de esgotos foi iniciado no ano de 1887, a partir de um projeto de saneamento contratado pela Câmara Municipal, que havia sido coordenado pelo engenheiro civil francês Gregório Howyan. Mais um exemplo de investimento nos serviços urbanos deste período é a troca do serviço de iluminação pública que, até

¹¹ Atualmente este imóvel é sede da Prefeitura Municipal de Pelotas.

¹² O chafariz recebeu o nome de Fonte das Nereidas.

1871, era feita por lampiões a azeite, e, posteriormente, começou a ser realizada com gás hidrogênio (LOPES, 200, p. 96-99).

Os charqueadores mantinham agentes comerciais nos diferentes portos que recebiam ou enviavam charque pelotense. Os navios que levavam esse material para Bahia e Rio de Janeiro, para Europa ou Estados Unidos não voltavam vazios para a Província e cidade de Pelotas. Segundo Magalhães (1993) esses navios voltavam cheios de uma diversidade enorme de itens, que iam desde mantimentos, louças, móveis e quadros, até livros e magazines, normalmente vindos dos grandes centros. Essa troca proporcionava um “contato permanente com as civilizações do século XIX”. A percepção desse novo universo, longe dos limites pelotense, aguçou o interesse e a imitação, principalmente daquela elite econômica, que possuía acesso fácil às novas experiências. Possivelmente essa troca cultural e o acúmulo de riqueza gerados nesse período incentivou a elite pelotense a investir nas mais diversas áreas de urbanização, nos diferentes locais de trocas sociais, bem como na expansão de suas fontes de renda.

Assim sendo, estamos diante de uma cidade que se inseriu na economia brasileira, desde o início do século XIX, dando origem a uma importante elite regional. Os velhos charqueadores concentravam riqueza, poder e prestígio social, eram escravistas e monarquistas, mas seus dias de glória estavam cedendo espaço aos mais jovens, e seria bom para as suas famílias que esses moços fossem seus próprios parentes. Portanto, “esse período abarca não apenas o auge da indústria charqueadora escravista, como também o início da sua decadência.” (VARGAS, 2013, p.155). É interessante que a mesma década que varre a escravidão da história do país, acaba com a Monarquia e disferiu um duro golpe aos charqueadores escravistas. Os anos 1880, portanto, foram um cenário propício à mudanças e transformações, e converter-se ao republicanismo deve ter sido uma das muitas.

2.1 A propaganda republicana na cidade de Pelotas (1880-1889)

Algumas mudanças sociais e econômicas aconteceram no Rio Grande do Sul, principalmente após os primeiros anos da década de 1870. Assim como na Argentina, o investimento na imigração e as inovações tecnológicas auxiliaram no crescimento da Província. O investimento no transporte marinho e terrestre foi uma

importante contribuição para o aumento das vendas de charque, além dos navios a vapor, as estradas de ferro facilitaram o transporte e a durabilidade do produto. Também, a população da Província dobrou entres os anos de 1872 e 1890, principalmente por conta da entrada de aproximadamente 60 mil imigrantes (maioria italianos e alemães). A população que antes era de 447 mil pessoas, passou para 897 mil habitantes em 18 anos. Correspondendo com essas mudanças, os Liberais rio-grandenses fixavam seu poder político na Província, que até o ano de 1882 era disputado acirradamente pelos dois partidos, o Conservador e o Liberal (LOVE, 1975, p. 19).

Os republicanos rio-grandenses começaram a se organizar como movimento quando formaram os primeiros clubes no Rio Grande do Sul. Foram estes o de Palmeira em 1876, o de Porto Alegre em 1878, e o de São Borja em 1881¹³. Em 1880, o regresso de vários jovens que estavam concluindo seus estudos fora da província fez com que o movimento crescesse um pouco mais. No ano de 1882, o PRR (Partido Republicano Rio-grandense) regulou formalmente seu partido, efetivando seu programa, que por algum tempo foi baseado no Manifesto de 1870, tendo o federalismo como principal base. Além disso, outros dois traços marcantes da ideologia republicana rio-grandense foram a adesão forte a questão abolicionista (diferente do movimento paulista, por exemplo), e a relação com as doutrinas de Auguste Comte.¹⁴

O interesse dos rio-grandenses pelo positivismo comtiano, escola filosófica em voga no princípio da década de 1880, também deixou o PRR distante dos modelos paulista e carioca, malgrado Comte possuísse simpatizantes distribuídos por todo o país. Desde o princípio, o positivismo deu o tom no republicanismo gaúcho: o dístico de Comte, "ordem e progresso", foi adotado pelo PRR na reunião de fundação. (LOVE, 1975, p. 31)

Considera-se o Movimento Republicano Rio-Grandense frágil na década de 1870, se comparado com Rio de Janeiro e São Paulo. Helga Piccolo (1998) atribui este atraso rio-grandense ao caráter urbano do movimento e ao grande percentual de analfabetismo, que prejudicava o avanço desses ideais. A principal questão debatida pela autora é de que os republicanos não conseguiram competir com os liberais rio-

¹³ Nota-se que dois dos primeiros clubes republicanos fundados no Rio Grande do Sul não eram de cidades consideradas centros de cultura intelectual, como no caso de Porto Alegre, Pelotas e Rio Grande, o que será discutido ainda neste capítulo.

¹⁴ Isidore Auguste Marie François Xavier Comte, nascido no ano de 1798, foi um filósofo francês que formulou a doutrina do Positivismo.

grandenses. O discurso do partido Liberal, que tinha em Silveira Martins¹⁵ seu líder mais radical, ofuscava as pautas republicanas que não possuíam espaço de atuação. O partido era tão dominante que alguns republicanos como Francisco X. da Cunha, Ramiro Barcellos e Wenceslau Escobar só encontraram chances de se elegerem à Assembleia Provincial no interior das fileiras liberais (PICCOLO, 1998).

Outra questão importante para o estudo do período que antecede a República no Rio Grande do Sul, é entender como funcionavam as relações das elites rio-grandenses com os grandes polos econômicos e políticos do país, e como essas relações ajudaram na propagação dos ideais republicanos em cidades mais afastadas desses polos. Tassiana Saccol (2013) considerou que as cidades das Missões e da região da campanha, que não possuíam as mesmas características que municípios como Porto Alegre, Pelotas e Rio Grande — um número maior de teatros, bibliotecas e livrarias, que indicavam uma vida cultural mais ativa do que o resto da província — tiveram acesso às mesmas ideologias republicanas. A autora relata como as relações interpessoais e a maneira como as novas ideias políticas e sociais eram propagadas eram importantes nesse período. Não foi apenas nas instituições acadêmicas e associações intelectuais que esses assuntos se disseminavam. As relações profissionais e familiares foram importantes para isso, como, por exemplo, os negociantes e criadores de gado, que se deslocavam frequentemente para vender os rebanhos para abate nas charqueadas de Pelotas, trazendo informações e livros para as suas casas. Pode-se citar também as relações com regiões de fronteira platina, como o Uruguai, considerado um local de forte tradição intelectual. Essas relações foram tão importantes quanto as dos jovens estudantes da elite dessas regiões, que partiam para estudar fora de suas cidades e muitas vezes fora de sua província, e ao voltarem para suas famílias não portavam apenas o diploma, mas novas ideologias. Desses contatos interpessoais que começaram a ser organizadas agremiações políticas, jornais e a prática de conferências públicas.

[...] “esclarecer” a população sobre as benesses do novo regime e tinham como principais articuladores, em sua grande maioria, os homens mais ilustrados de cada município, e que tinham maior circulação e mais contatos com indivíduos de fora daquela região. (SACCOL, 2013, p. 42)

¹⁵ Líder do partido Liberal no Rio Grande do Sul, sucedendo Manuel Luís Osório no cargo. Nasceu no ano de 1834, no município de Bagé, e formou-se em direito no Rio de Janeiro.

O primeiro ato público de cunho republicano registrado na cidade de Pelotas aconteceu em 1880, por meio de um manifesto para lançar a primeira chapa de vereadores e juizes de paz republicanos que iriam concorrer às eleições municipais. A chapa foi composta por: Júlio de Mendonça Moreira (advogado), Adolfo da Silva Maia (comerciante), Leonardo Honório da Silva (charqueador), Hipólito Gonçalves Detroyat (proprietário), Ildefonso Menandro Corrêa (despachante) e Antônio Luiz Machado Júnior (comerciante), não elegendo-se nenhum dos indivíduos para essa legislatura.

Os republicanos da cidade de Pelotas apresentam-se hoje perante a urna não para a conquista dos cargos da municipalidade, mas para provar que a grande opinião sustentada pelos patriotas de 35 não está extinta. Não é o triunfo que os republicanos disputam, que esse seria impossível no estado de dúvida e de opressão em que jaz a maioria do país, e que tem sido mantido pelo sistema anárquico e indefinido dos partidos militantes. O que eles querem é acentuar com um sinal de vida a sua manifestação política. Completamente descredo, sem mais esperança na atual forma de governo, cansado de sofrer e ambicionando reformas imprescindíveis ao seu bem estar, à sua felicidade, o povo brasileiro começa a erguer-se para a luta em prol dos verdadeiros princípios democráticos [...]. (OSORIO, 1997, p. 182)

No ano de 1882 foi organizado o Partido Republicano de Pelotas, e em 15 de fevereiro, novamente uma chapa para vereadores e juizes de paz foi lançada, consagrando o médico Victor Brito como primeiro vereador republicano eleito na cidade. Não conseguimos maiores informações sobre tal Partido, mas o fato é que no mesmo ano de 1882 foi formado um clube republicano no município. No entanto, somente em 6 de junho de 1886 o Clube lançou seu estatuto em Assembleia Geral, sendo assinado por 41 pessoas (OSORIO, 1997, p.184). Depois de sua criação, o Clube Republicano de Pelotas foi modificado duas vezes, primeiro passou a se chamar Assis Brasil e, posteriormente, em 1888, foi coordenado para se tornar uma União Republicana. A última organização do clube teve como objetivo torná-lo um espaço beneficente, além de continuar propagando os ideais republicanos, recebendo um número grande de sócios, que chegou a 150 quando proclamada a República (LOPES, 2006, p. 169).

Para entender melhor o período da propaganda na cidade de Pelotas, utilizando-se de uma perspectiva mais social da história política, foi imprescindível investigar as pessoas envolvidas nesse movimento e, para isso, o primeiro passo foi estabelecer um perfil social desse grupo de indivíduos. A partir desse enfoque, o uso da prosopografia tem se tornado cada vez mais comum e, com o auxílio desse método, a análise das redes sociais, o estudo das estratégias familiares, a vinculação

dos políticos com seus eleitores, as características econômicas e sociais desses agentes tornaram-se instrumentos importantes de observação, configurando uma nova maneira de pensar e analisar a vida política no Rio Grande do Sul (VARGAS, 2010; SACCOL, 2013; MARTINY, 2018). Nos últimos anos, a prosopografia vem ganhando espaço na historiografia brasileira, principalmente entre os estudiosos das elites, que buscam interpretar as disposições sociais de um determinado grupo. Também conhecida como método das “biografias coletivas”, vale-se de uma série de dados biográficos, coletados em fontes diversas, a partir de uma forte tendência de recolher informações de pessoas com posições importantes. Considerado um autor clássico sobre o método, Stone (2011) traz a seguinte perspectiva sobre a prosopografia:

A investigação das características básicas comuns de um grupo de atores na história por meio do estudo coletivo de suas vidas. O método empregado é o de estabelecer o universo a ser estudado e formular um conjunto uniforme de questões – sobre nascimento e morte, casamento e família, origens sociais e posição econômica herdada, lugar de residência, educação, tamanho e origens das fortunas pessoais, ocupação, religião, experiência profissional, etc. Os vários tipos de informação sobre indivíduos de um dado universo são então justapostos e combinados e, em seguida, examinados por meio de variáveis significativas. Essas são testadas a partir de suas correlações internas e correlacionadas com outras formas de comportamento e ação. (STONE, 2011, p. 115)

O autor definiu, na prática, alguns fundamentos teóricos para esse método, principalmente a partir do estudo da elite inglesa contemporânea (entre os séculos XVI e XVII), expondo como organizou sua pesquisa, ao reunir, desenvolver e evidenciar os dados coletados. Vargas (2010) foi responsável por estudo semelhante quando analisou as elites políticas no Rio Grande do Sul, investigando os vínculos entre a política praticada na Corte e a que era experimentada nas paróquias. Ao investigar as estratégias utilizadas para chegar ao poder, por jovens de uma elite distante do governo central, o autor descreve que esse método tem como uma de suas orientações, a preponderância das características comuns. No que diz respeito aos propagandistas no Rio Grande do Sul, Saccol (2013) aplicou o mesmo método para saber quem eram as suas lideranças na província, identificando alguns padrões que contrariavam as teses clássicas a respeito do período. Contudo, não existem trabalhos que apliquem o método num recorte mais localizado para identificar o perfil desses republicanos, e é isso que se pretende realizar.

Assim sendo, o principal objeto de estudo nesta pesquisa é o grupo de pelotenses que estavam defendendo os ideais republicanos na própria cidade ou em

províncias mais afastadas do Rio Grande do Sul. Dentro de uma perspectiva de uma história mais social da política, a grande pergunta que estimula esse estudo é justamente quem eram esses homens e de que modo eles atuaram na propaganda republicana pelotense.

A partir de três fontes distintas, foi possível definir uma lista de pessoas associadas a propaganda republicana na cidade de Pelotas: o jornal *A Federação*, veículo de divulgação do Partido Republicano Rio-grandense, publicava adesões aos partidos republicanos de todas as cidades da Província entre os anos de 1885 até 1889¹⁶, além de algumas informações sobre a formação das primeiras administrações dos clubes, partidos e candidatos republicanos nas eleições. No dia 26 de outubro de 1885, o periódico elucida as razões para a decisão de acompanhar as adesões ao movimento em todo país:

Já são numerosas as adesões que tem conquistado o partido republicano brasileiro nestes últimos tempos. Os jornais que recebemos raramente deixam de consignar novas conquistas, feitas pelos princípios salvadores que congregam os que lutam pelo advento da República. Resolvemos por isso abrir uma sessão especial, para ir reproduzindo as notícias sobre adesões republicanas. O Rio Grande do Sul que aprecie o movimento que se opera nas outras províncias, principalmente na de S. Paulo, onde o partido republicano já é uma grande força.¹⁷

Assim como o periódico, o estudo de Fernando Osório (1997) trouxe informações do movimento em Pelotas desde o ano de 1880 e, ao final de seu livro, capítulo que Osório intitulou como “*A Propaganda Republicana*”, uma lista de eleitores do partido¹⁸. A terceira fonte consultada foi o Estatuto do Club Republicano pelotense de 1886¹⁹ que contém assinaturas das pessoas presentes no dia da sua elaboração.

Foram encontrados 142 nomes relacionados de algum modo ao movimento republicano em Pelotas. E, para traçar um perfil destes eleitores, foi utilizada uma série de fontes estatísticas do período, que trazem principalmente informações sobre ocupação, idade, filiação paterna, estado civil, residência e os cargos políticos alcançados antes e depois de proclamada a República. Dentre essas fontes está uma

¹⁶ As listas com as adesões republicanas estão localizadas no Jornal *A Federação*. Ano 1889, edição 00173, p. 1 e ano 1921, edição 0034, p. 1.

¹⁷ *A Federação*, 26 de outubro de 1885, p. 1. Hemeroteca digital - BNRJ

¹⁸ Fernando Osório cita como fonte para a lista contendo 83 nomes e profissões de eleitores republicanos, o “*Almanaque Popular Brasileiro*”, que está localizado online no site da Biblioteca Nacional, mas apenas para os anos 1894, 1897 e 1904.

¹⁹ O Estatuto está localizado na Biblioteca Pública Pelotense, no fundo “Partidos políticos”

lista de qualificação de votantes da cidade, do ano de 1880²⁰, uma lista dos irmãos da Santa Casa de Misericórdia de Pelotas²¹ e anuários contidos no Almanak Laemmert²², dos anos de 1862 e 1914, além de uma pesquisa bibliográfica em obras sobre a história de Pelotas e dicionários históricos e biográficos de alguns personagens de sua história.

O número de republicanos pelotenses, quando comparado com outras cidades do Rio Grande do Sul que também foram alvos de estudos semelhantes, pode ser considerado pequeno. Em trabalhos anteriores, Saccol (2013) e Pacheco (2018), ao analisarem a trajetória de dois importantes nomes da política republicana Rio-grandense (Assis Brasil e Carlos Barbosa Gonçalves), também investigaram algumas informações de cunho social dos propagandistas das respectivas cidades e, para isso, buscaram montar uma lista com as adesões ao movimento na década de 1880. Conforme a tabela abaixo, o movimento em Pelotas, em proporção ao número de habitantes e comparado aos demais, não tinha tantas adesões no período da década de 1880.

Quadro 1: Adesões republicanas em alguns municípios Rio-grandenses

Município	Adesões	População geral no ano de 1890
Pelotas	142	78 014 (0,18%)
Jaguarão	161	9 382 (1,71%)
Uruguaiana	117	32 639 (0,35%)
São Gabriel	86	14 384 (0,59%)
Alegrete	71	19 560 (0,36%)
São Borja	126	11 829 (1,06%)

Fonte: Pelotas – A autora; Jaguarão – Carlos Otoniel Pacheco (2018); demais cidades – Tassiana Saccol (2013).

²⁰ Lista de qualificação de votantes de Pelotas de 1880 (Biblioteca Pública Pelotense – transcrição cedida pelo Professor Jonas Vargas).

²¹ Esta lista contém informações relativas a diversos cargos ocupados por irmãos da Santa Casa entre os anos de 1847 até 1922 e foram cedidas para essa pesquisa pelo Professor Jonas Vargas.

²² A fonte se trata de um almanaque produzido no Rio de Janeiro pela Editora Laemmert, lançado em 1844, tendo publicações anuais até 1943. O mesmo trazia informações administrativas de diversos setores das cidades da Corte Imperial e do Rio de Janeiro, informações de espaços de lazer, culturais, religiosos (colégios privados e públicos, aulas avulsas, sociedades de leitura, instituições religiosas, associações, além de possuir textos literários, humorísticos etc.), informações de todo tipo de espaço comercial e industrial, além de profissões liberais.

Analisando somente os percentuais em relação à população dos municípios, pode parecer que esse índice próximo a 1% seja considerado uma insignificante minoria. Contudo, é importante considerar que somente os homens livres maiores de 21 anos e com renda superior a 100\$000 anuais votavam. Com esses pré-requisitos, em 1880 cerca de 13% da população brasileira foi às urnas. No entanto, com a Lei Saraiva, aprovada em 1881, o voto tornou-se facultativo, os analfabetos tiveram seus direitos eleitorais excluídos e a renda necessária para votar dobrou. Tal medida fez o mesmo percentual diminuir de 13% para 1% da população total brasileira, em 1881, variando para mais ou para menos dependendo da cidade (VARGAS, 2010, p. 147-148). Em Pelotas, por exemplo, qualificaram-se 1350 votantes no ano de 1880. Assim sendo, os 142 republicanos identificados ao longo da década representariam aproximadamente 10,5% do eleitorado da cidade. Portanto, o peso dos republicanos era bem menor que o dos monarquistas, mas de forma alguma pode ser considerado insignificante.

Tanto nesta pesquisa, como nos outros dois estudos citados, a profissão/ocupação dos propagandistas foi a informação mais alcançada. Quando se trata de pesquisas de nível local, esse tipo de informação não é tão acessível, principalmente se tratando de pessoas de diferentes classes sociais. Contudo, foram localizadas informações sobre ocupação de 114 republicanos, alcançando um percentual de 80,2%. Somente a título de comparação, Saccol (2013, p. 121) localizou 40% de 399 republicanos distribuídos em 4 cidades, e Carlos Pacheco (2018, p. 147) atingiu 58,3% das profissões de 161 republicanos em Jaguarão. Portanto, nossa amostra é bem considerável.

O movimento republicano na cidade de Pelotas reuniu indivíduos de diferentes classes sociais, que mantiveram diversos modos de atuação na propagação dos ideais republicanos e nas formas de apoio ao partido. Desse modo, esses republicanos foram divididos em 3 grupos distintos, que chamaremos de grupo A, grupo B e grupo C. A principal razão das divisões desses grupos foi a forma de atuação no movimento entre os anos de 1880 e 1889. Ao grupo A ficaram destinadas as pessoas que apresentaram o menor número de informações, possivelmente por não terem participado de forma tão ativa na propaganda republicana na cidade e região. Isso se deve ao fato de elas não estarem presentes em nenhum documento encontrado ligado às agremiações e ao partido, ou qualquer menção nos arquivos

particulares de republicanos que estavam à frente da propaganda. Eles não eram lideranças do partido e formavam o contingente mais numeroso.

Por sua vez, os indivíduos que compuseram o grupo B atuaram de maneira mais efetiva na propaganda, formando as primeiras direções do Club e Partido Republicano da cidade, além de concorrerem aos cargos de vereador e juiz de paz pelo partido republicano durante a década de 1880. Apesar de serem as grandes lideranças da propaganda, mantiveram sua atuação a nível local e, após proclamada a República no país, os cargos políticos que ocuparam também foram aqueles da esfera municipal. Ocupavam, portanto, uma posição intermediária na hierarquia interna do partido na cidade. Já o grupo C foi composto pelos jovens republicanos que, apesar de nascidos e criados em Pelotas, estavam fora da província do Rio Grande do Sul durante alguns anos da década de 1880, concluindo seus estudos de nível superior e graduando-se em direito, medicina e engenharia. Todos eles já possuíam algum tipo de prestígio político na cidade, herdados em boa parte pelos seus familiares, que além de pertencerem à elite econômica da cidade, faziam parte da vida política rio-grandense. Esta parcela de indivíduos adeptos ao republicanismo ocupou cargos políticos de nível estadual e federal após 1889, tornando-se deputados, senadores e até mesmo ministros – ao longo desta pesquisa, alguns dos fatores que levaram esses homens a atingir um maior sucesso político na Primeira República serão analisados.

Embora o grupo A não tenha tido papel proeminente no período imperial, alguns indivíduos se dedicaram ao partido após a Proclamação da República, chegando a serem eleitos para cargos políticos locais e estaduais. Eles foram classificados por Fernando Osório como “eleitores” do Partido, e estão presentes em notícias de jornais como adesistas ao republicanismo. Das 99 pessoas que compõem esse grupo, apenas 7 seguiram ativos na vida política do município. Contudo, não se pode excluir a sua importância para o avanço do movimento na cidade, pois provavelmente esse grupo desempenhava papel de apoio aos representantes republicanos nas eleições municipais, espalhavam as ideias para familiares, amigos e colegas de trabalho, além de serem o público dos inúmeros discursos e eventos de cunho republicano e abolicionista que aconteceu durante a década de 1880.

É possível perceber, pela leitura das informações, que o conjunto com maior diversidade entre seus membros foi o grupo A. É válido supor que as condições

econômicas diferentes dessas pessoas seja o fator principal. Por exemplo, apenas 3% das profissões/ocupações desse conjunto necessitavam de um diploma de ensino superior, além de alguns deles apresentarem atividades que, para o período, seriam consideradas para classes econômicas baixas – eles também não aparecerem nenhuma vez nos outros grupos, como por exemplo, marceneiros, operários e artistas.²³ Além disso, essas diferenças estavam presentes também na idade dos republicanos no período de propaganda. Ainda que apenas 12,1% dos dados sobre a idade dos propagandistas no ano de 1889 tenha sido encontrada, foi possível estabelecer uma média de 45 anos para a faixa etária desse grupo, e também pelo menos 3 pessoas apresentaram idades superiores a 50 anos, o que acontece apenas 1 vez no grupo B e nenhuma no C (grupos que tiveram alcance superior para essas informações).

²³ É possível que entre os “Sem profissão” também houvesse outros com tais características socioeconômicas.

Quadro 2: Propagandistas republicanos pertencentes ao Grupo A

Nome	Profissão/ocupação principal	Ocupou cargo político após 1889
Abel Ferreira da Silva	S/info.	
Adolfo Gonçalves Ferrugem	Guarda-livros	
Afonso Emílio Massot	Professor	
Albino Borges Filho	Comerciante	
Alfredo Gastal	Comerciante	
Amandio Franco de Souza	S/info.	
Anacleto da Costa Barcelos	Guarda-livros	Vereador
Annibal A. de Rezende Antunes	S/info.	
Antenor Barcelos de Amorim	Guarda-livros	Deputado Estadual
Antonio Agostinho Duarte Junior	Comerciante	
Antonio Carlos Soveral	S/info.	
Antonio Coelho da Silva	S/info.	
Antônio de Oliveira	Artista	
Antônio Ferreira as Silva Telles	Comerciante	
Antônio Francisco da Silva	S/info.	
Antônio Gabriel Portella	Guarda-livros	
Antônio J. de Almeida Guimarães	S/info.	
Antônio José Ferreira Coutinho	Comerciante	
Antônio Manoel de Azevedo Caminha	Criador	
Antônio Planella	Comerciante	
Antônio Vieira Braga	Comerciante	
Armando Aquiles de Álvares	Artista	
Arthur de Assumpção Dutra	S/info.	
Arthur Guilherme da Costa	Comerciante	
Artur Ravaza dos Santos	Comerciante	
Benito Echenique	Comerciante	
Benjamin F. França Mascarenhas	Comerciante	
Benjamin Gastal	Comerciante	
Bernardo Madureira	S/info.	
Boaventura Setembrino Barcelos	Comerciante	
Caetano da Silva Bordallo	Comerciante	
Carlos Alberto Roxo	Comerciante	
Carlos Echenique	Comerciante	
Dario da Fontoura Barcelos	Guarda-livros	Vereador
Diogo Simões Gaspar Filho	Guarda-livros	
Edmundo Gastal	Dentista	Vereador

Eduardo da Silva Maia	Comerciante	
Eduardo Messeder	S/info.	
Eduardo Raymundo do Nascimento	S/info.	
Eduardo Rodrigues Cordeiro	Guarda-livros	
Estácio Xavier de Azambuja	Comerciante	
Eugênio Cunha	Comerciante	
Faustino da Cunha	S/info.	
Floro Pedro Alvarez	S/info.	
Francisco Boaventura borraz	Comerciante	Vereador
Francisco Cândido Paredes	Comerciante	
Francisco de Paula Faria	Comerciante	
Francisco de Paula Medeiros	Operário	
Francisco de Paula Nunes Baptista	S/info.	
Fronzino Lopes Vieira	Artista	
Gervásio Alves Pereira	Médico	Vereador
Henrique Marques Corrêa	Comerciante	
Hermann Boyunga	S/info.	
Horácio Rodrigues de Carvalho	Comerciante	
Izidoro Pinto	Artista	
J. J. Toscano Barbosa	S/info.	
João Antônio Pinheiro	Comerciante	
João Antônio Pinto	S/info.	
João Batista da França Mascarenhas	Fazendeiro	
João Corrêa Simões	Artista	
João Frutuoso Lucas	Comerciante	
João Jacinto de Mendonça	Advogado	
João José da Silva Braga	Comerciante	
João Rodrigues de Lima	Comerciante	
João Simões Lopes Neto	Escritor	Vereador
João Tolentino de Souza	Comerciante	
Joaquim Assumpção da Silva	Comerciante	
Joaquim Felipe Ramos	S/info.	
Joaquim Fernandes da Cunha	Marceneiro	
Joaquim Gonçalves Mariano Jr.	Industrial	
Joaquim Raimundo Gomes Jr.	Comerciante	
Jorge de Macedo Dias	S/info.	
José A. Koboldt	S/info.	
José Fidel Echenique	Comerciante	

José Joaquim da Silva Dias	S/info.	
José Maria da Cunha	S/info.	
José Maria Soares Falcão	S/info.	
José Pinto de Oliveira	S/info.	
José Rodrigues Pinto	Arista	
José Teófilo de Leon	Advogado	
Lourenço Botelho	Comerciante	
Luiz C. Lacé Borges	S/info.	
Luiz Pereira de Sá Peixoto	S/info.	
Manoel de Oliveira e Silva	S/info.	
Manoel Lamas Sobrinho	S/info.	
Manuel Celestino Gomes	Comerciante	
Manuel Etchegaray	Industrial	
Marcilio de Oliveira	S/info.	
Miguel Arcanjo Fabres	Comerciante	
Miguel Silveira Assumpção	Comerciante	
Narciso Clara	S/info.	
Pedro Antônio Marques	Comerciante	
Pedro Leão de Almeida Barcelos	Comerciante	
Possidônio Mâncio da Cunha	Capitalista	
Rodolfo Barcelos de Amorim	Comerciante	
Sebastião Planella	Comerciante	
Segifredo Rodrigues de Carvalho	Industrial	
Tomás Teixeira Brasil	Fazendeiro	
Victor Varella	S/info.	

Fonte: A autora, 2021, baseada nas fontes citadas anteriormente.

Como já mencionado por Tassiana Saccol (2013), quando estudou os propagandistas republicanos das cidades da campanha e missionárias da província do Rio Grande do Sul, os membros dos clubes daquela região não atuavam isoladamente no movimento, pois em muitos casos eram vizinhos, amigos ou até mesmo familiares. Na cidade de Pelotas não foi muito diferente. Alguns republicanos pertenciam a famílias que já detinham poder político na região, como veremos melhor nos próximos grupos analisados. Ademais, alguns indivíduos do grupo A, mesmo não tendo exercido papel importante nas lideranças do clube ou partido, eram familiares de outros republicanos que estavam envolvidos mais a fundo no movimento, inclusive se candidatando para eleições municipais e provinciais. Logo, presume-se que esse

grupo atuava também como cabo eleitoral de candidatos republicanos. Podemos citar como exemplos Afonso Emílio e Luiz Carlos Massot, ambos elencados como republicanos, mas que atuaram de maneiras distintas no movimento, mesmo exercendo a mesma profissão (professores) e sendo da mesma família. Luiz Carlos Massot (pertencente ao grupo B) promoveu conferências com o clube e foi orador do partido em 1884, além de participar ativamente da imprensa pelotense, dirigindo por alguns anos o periódico *Diário Popular*. Já seu irmão, Afonso Emílio Massot (pertencente ao grupo A), dedicou-se à sua profissão durante os anos de propaganda, fundando e administrando, em Pelotas, o colégio Evolução, não apresentando uma atuação mais orgânica entre os dirigentes do clube republicano. Quando proclamada a República, Luiz Carlos Massot chegou a exercer o cargo de Deputado Estadual, enquanto Afonso Emílio trocou a profissão de professor pela de militar, se tornando Comandante da Brigada Militar do Rio Grande do Sul, o que demonstra que possuía certo prestígio com os líderes da capital.

É importante ressaltar que, por mais que alguns indivíduos do grupo A não tivessem atuação de forma mais profunda na propaganda, após proclamada a República no país, desfrutaram de um engajamento maior no partido republicano pelotense; alguns deles, por terem aderido ao movimento poucos meses antes do 15 de novembro – como é o caso de Gervásio Alves Pereira, que já ocupava cargos políticos no período imperial por outros partidos, e após 1889 assumiu papel importante no partido republicado da cidade. Também, por razões que desconhecemos, alguns republicanos do grupo A, por mais que tivessem alguns requisitos importantes para ocupar cargos políticos (como fortuna, prestígio social e familiar e pertencimento à vida intelectual da cidade), não tiveram desempenho tão relevante antes da proclamação, se inserindo no mundo político após 1889, como por exemplo João Simões Lopes Neto²⁴ e Pedro Osório.

Quadro 3: Propagandistas republicanos pertencentes ao Grupo A que conquistaram cargos políticos após 1889

Profissão/ocupação principal	N.	Conquistou cargo político após 1889	Nome
Advogados	2		
Artistas	6		

²⁴ Para mais informações sobre a vida e obras de João Simões Lopes Neto, ver PORTO (2019).

Comerciantes	40	Vereador (1)	Francisco Boaventura Borraz
Fazendeiros	2		
Industriais	3		
Escritor	1	Vereador (1)	João Simões Lopes Neto
Professor	1		
Criador	1		
Capitalista	1		
Guarda-livros	7	Vereador (2) Deputado Estadual (1)	Anacleto da Costa Barcelos (Ver) Dario da Fontoura Barcelos (Ver) Antenor Barcelos de Amorim (Dep)
Operário	1		
Dentista	1	Vereador (1)	Edmundo Gastal
Médico	1	Vereador (1)	Gervásio Alves Pereira
Marceneiro	1		
Sem informações de profissão	31		

Fonte: A autora, baseada nas fontes citadas anteriormente.

O grupo B atuou de um modo mais visível no movimento, reunindo os indivíduos que foram os protagonistas, tanto nas comissões diretivas do clube e partido quanto nas candidaturas republicanas a cargos de vereador, juiz de paz, deputados gerais e provinciais, mas que mantiveram sua atuação na propaganda fixada, principalmente, na cidade de Pelotas. Assim sendo, a sua margem de atuação foi mais ampla e seu prestígio junto aos republicanos maior que os do grupo A. Foi notório que dentro do próprio conjunto, existiam pessoas de diferentes esferas da sociedade pelotense. Dos 25 indivíduos pertencentes a este grupo, apenas dois deles alcançam cargos políticos a nível estadual ou federal após 1889: Júlio de Mendonça Moreira e Luiz Carlos Massot, sendo o primeiro, justamente aquele pertencente à família que já detinha poder político, econômico e prestígio social na cidade. Ficou evidente que a outra parcela do grupo B, mesmo estando a frente do movimento na cidade por quase todos os anos de 1880, teve sua atuação política restrita a nível local após proclamada a República. Elegendo-se 8 pessoas entre os cargos de Vereador, Intendente e fazendo

parte da primeira junta administrativa da cidade. É muito provável que sua esfera de influência não ultrapassasse os distritos rurais do município, mesmo que tivessem contatos com republicanos de outras cidades.

Nesse grupo, o grau de instrução e as experiências intelectuais se mostraram maiores se comparadas ao primeiro.²⁵ Além de haver mais pessoas com cursos de nível superior (24% dos membros), pelo menos outros três indivíduos pertenciam à vida intelectual da cidade. Bernardo Taveira Junior, Alberto Coelho da Cunha²⁶ e Luiz Carlos Massot, assim como agentes da vida política no município, também se dedicaram ao mundo das letras e das artes. Foram professores, escritores, e estiveram, na maioria das vezes, à frente dos discursos proferidos nos eventos de cunho republicano. Destaca-se como exemplo, notícia publicada no jornal *A Federação*, do dia 27 de julho de 1885:

Em Pelotas, realizou-se na Bibliotheca Pública a anunciada sessão literária em homenagem à memória de Victor Hugo. Além de outros cidadãos, pronunciaram discursos os nossos correligionários Dr. João Jacintho de Mendonça Jr., Luiz Carlos Massot e José Gomes Corrêa. A sessão foi presidida pelo Dr. Joaquim Jacintho de Mendonça.²⁷

Conforme pode ser identificado, as posições que essas pessoas exerceram dentro do clube e partido careciam de um nível de instrução maior. Eles não só exerciam práticas orais, como também estavam engajados na imprensa pelotense, local que em muitas ocasiões foi instrumento de doutrinação dos correligionários. No grupo B, pelo menos 5 pessoas fizeram parte das redações ou colaboraram com periódicos pelotenses ou de outras cidades da província. Luiz Carlos Massot foi redator do jornal *A Penna*²⁸ e, após Proclamada a República, dirigiu o *Diário de Pelotas*. Guilherme Echenique, além de ser proprietário de uma editora e livraria (*Livraria Universal*), que realizou publicações de textos de alguns deles, como João Simões Lopes Neto e Alberto Coelho da Cunha, também esteve à frente do jornal *A*

²⁵ João Simões Lopes Neto que pertence ao grupo anterior, mesmo sendo considerado um dos grandes nomes da literatura gaúcha, durante o período da propaganda republicana ainda não se dedicava totalmente às letras. Entre 15 de outubro e 14 de dezembro de 1893, publica em forma de folhetim "A Mandinga", poema em prosa, no periódico *Correio Mercantil*. As próximas obras em que se lança como dramaturgo são: *O Boato* (1893/1894), *Os Bacharéis* (1894), *Mixórdia* (1894/1895), *O Bicho* (1896), *A Viúva Pitorra* (versões de 1896 e 1898) e *A Fifina* (1899).

²⁶ Alguns dados sobre Alberto Coelho da Cunha serão apresentados ao longo do texto, mas para maiores informações sobre sua trajetória literária, ver SOUZA (2017).

²⁷ *A Federação*, 27 de julho de 1885, p. 1. Hemeroteca digital – BNRJ.

²⁸ Jornal pelotense fundado em 1884, como órgão do Clube Literário Apolinário Porto Alegre. O periódico passa a ter papel importante na campanha pela emancipação dos escravos em Pelotas. Entre os seus fundadores estão: Luiz Carlos Massot, Alfredo Ferreira Rodrigues, Guilherme Echenique e José Calero.

Penna. Bernardo Taveira Junior teve sua vida dedicada às letras, e participou muitas vezes da imprensa rio-grandense. Bernardo teve grande importância também na propaganda abolicionista, sendo redator do jornal pelotense *A Voz do Escravo* e publicando alguns textos que questionavam a escravidão, como por exemplo um poema intitulado “Liberdade” na revista literária *Arcádia*. Fez parte também da Sociedade do *Partenon* Literário, o Grêmio Literário Rio Grandense e Ensaio Literários, publicando alguns textos na revista mensal do *Partenon Literário*.²⁹ Alberto Coelho da Cunha, que usava os pseudônimos Vitor Valpério e Jatyr, para publicar poemas e artigos em diversas revistas literárias, assim como Bernardo, também colaborou com a revista *Arcádia* e *Partenon* literário.

Conta Spalding que Alberto e Bernardo passaram por um episódio semelhante, quando tiveram textos negados para publicação pela revista *Partenon literário*, no início de sua circulação. Algumas hipóteses foram formadas para explicar esse acontecimento, e a principal delas, é que esses artigos foram julgados inadequados por estarem carregados de questões de cunho republicano, e os sócios da revista serem veementemente monarquistas (SPALDING, 1969, p. 260). Esse caso pode nos servir para pensar o quanto era importante ter uma livraria, como Echenique a tinha, nesse contexto. Seu estabelecimento, assim como a sede de jornais e cafés, também devia servir de espaço de sociabilidade dos republicanos da cidade, publicando seus textos e traduções de autores estrangeiros. A premissa de “propagandear” a república também significa divulgar suas ideias, simplificando e “traduzindo” para a linguagem mais popular algumas noções de república, federação, democracia, entre outras.

No que diz respeito à faixa etária, esse grupo parece estar num ponto intermediário entre os grupos A e C. Tomando como base a data de 1889, ano em que é proclamada a república, 75% dos dados coletados para análise da faixa etária não passam dos 40 anos de idade, ou seja, eram mais jovens que os do grupo A.

Quadro 4: Propagandistas republicanos pertencentes ao grupo B

Nome	Profissão/ocupação principal	Atuação no movimento republicano	Cargo político após Proclamação da República
Adolfo da Silva Maia	Comerciante	Candidato a Vereador 1880	

²⁹ Para mais informações sobre a vida literária de Bernardo Taveira Junior, ver Mariana Couto Gonçalves (2015).

Alberto Coelho da Cunha	Comerciante	Assinou Manifesto Republicano em 1882	
Álvaro Drummond de Macedo	Médico	Secretário do Partido em 1884	Intendência Municipal em 1904, 1912 e 1916
Antônio Luiz Machado Junior	Industrial	Candidato a vereador em 1880	
Arthur Pinto de Araújo Corrêa	Guarda-livros	Secretário do Clube em 1887	
Augusto Leão Pinheiro	Comerciante	Tesoureiro do Clube em 1887	Vereador em 1901
Bernardo Taveira Junior	Professor/ escritor	Orador do Clube e Partido em 1882	
Cipriano Corrêa Barcellos	Engenheiro	Presidente do Clube em 1884	Vereador em 1891
Cristóvão da Silva Maia	Guarda-livros	Tesoureiro do Partido em 1884, comissão de qualificação do Clube em 1887	Vereador em 1891 e 1896
Guilherme Echenique	Guarda-livros	Secretário do Clube em 1886	Vereador em 1891, Presidente do 1º Conselho consultivo de Pelotas, e Vice Intendente
Hipólito Gonçalves Detroyat	Proprietário	Candidato a Vereador em 1880	
Horácio José de Souza	Comerciante	Candidato a Juiz de Paz em 1882	
Ildefonso Menandro Corrêa	Despachante	Candidato a Vereador em 1880	Primeira Junta Administrativa, Vereador em 1890
José Cipriano Nunes Vieira	Médico	Comissão de qualificação em 1884, presidente do Clube em 1887	
José Zeferino da Cunha	Advogado	Comissão de qualificação em 1884	
Júlio de Mendonça Moreira	Advogado	Candidato a Vereador em 1880	Deputado Estadual 1891
Leonardo Honório da Silva	Charqueador	Candidato a Vereador em 1880, presidente do Partido em 1882	
Lúcio Cincinato Soveral	Comerciante	Comissão de qualificação em 1884, Vice-presidente do Clube em 1887	
Luiz Carlos Massot	Professor / Notário	Orador do Partido em 1884, promoveu conferencias com o Clube	Deputado Estadual 1891-1900
Luiz Felipe de Almeida Junior	Tabelião	Assinou Manifesto Republicano	
Mario José Menna Barreto		Candidato a Juiz de Paz em 1882	
Olavo Afonso Alves	Comerciante	Comissão de qualificação do Partido em 1884	
Pedro Luiz da Rocha Osorio	Industrial	Ajudou a funda a União Republicana em 1888	Primeira junta administrativa, Vice-presidente do Estado em 1903

Serafim José Rodrigues de Araújo Jr.	Comerciante	Candidato a Juiz de paz em 1882	
Victor Brito	Médico	Presidente do Clube em 1882, Candidato a Vereador em 1880	Vereador em 1882

Fonte: A autora (2021), baseada nas fontes acima mencionadas.

Diferente dos dois primeiros grupos analisados, os propagandistas pertencentes ao terceiro grupo (grupo C) não fizeram parte somente do movimento republicano em Pelotas. Esse grupo foi composto por estudantes que deixaram o município para concluir sua formação no Rio de Janeiro ou São Paulo, nas décadas de 70 e 80 do século XIX, quando os novos ideais republicanos estavam fervilhando nas grandes cidades, principalmente após o manifesto republicano de 1870. Além disso, formaram duas importantes agremiações republicanas constituídas apenas por Rio-grandenses fora da Província: o “Club 20 de setembro” – em homenagem à Revolução Farroupilha – que teve como um dos fundadores Álvaro Chaves e que reunia alunos da faculdade de Direito de São Paulo, e o “Clube Rio-grandense do Rio de Janeiro”, composto por rio-grandenses residentes na Corte, muitos deles estudantes das Faculdades de Engenharia e de Medicina.³⁰ Só por essa informação já podemos ter ideia de que se tratava de um grupo seletivo, totalmente distinto do grupo A, por exemplo.

O grupo C era composto pelos advogados Alexandre Cassiano do Nascimento, João Jacintho de Mendonça Junior, Adolpho Luiz Osório, Henrique Martins Chaves, Álvaro José Gonçalves Chaves, Possidônio Mâncio da Cunha Junior e José Vieira da Cunha, além do jornalista Ismael Simões Lopes, todos residindo em São Paulo no período de propaganda. E também os médicos Bruno Gonçalves Chaves, Edmundo Berchon des Essarts e Domingos Pinto de Figueiredo Mascarenhas, além dos engenheiros José Gonçalves Chaves, Ildfonso Simões Lopes e José Barbosa Gonçalves, todos residindo no Rio de Janeiro, no mesmo período.

Depois de analisar o perfil dos três grupos de republicanos que foram construídos para compreender melhor como se deu a propaganda, percebe-se que o grupo C diferenciou-se dos dois primeiros em alguns aspectos. Além de terem participado de modo diferente na propaganda, tornando-se o vínculo entre o

³⁰ Sobre os republicanos rio-grandenses nas faculdades de Direito e Medicina ver LOVE (1975), MARTINY (2018) e PACHECO (2018).

movimento de Pelotas com outras cidades do país, esse grupo era todo composto por pessoas pertencentes às elites locais e carregados de privilégios que eram importantes para o mundo político do período. Esse é o grupo que possui o perfil mais homogêneo, tanto nas questões econômica e profissional, como no campo familiar. Predominava entre eles as profissões liberais que necessitavam de formação superior e estavam disponíveis apenas fora do Rio Grande do Sul. Dos 17 propagandistas desse grupo, apenas 1 não tinha ensino superior: Ismael Simões Lopes (que é apresentado em todas as fontes como jornalista³¹), mas assim como os outros, era pertencente à uma família da elite econômica e política da região. Além do grau alto de instrução, era preciso um certo tipo de comportamento e domínio de códigos específicos, que faziam a diferença para circular entre os líderes republicanos do centro do país. O grupo também se manteve homogêneo na sua faixa etária. Foram analisadas informações sobre a idade de 13 indivíduos (76,4% do grupo), e estes apresentaram a menor média de idade no ano de 1889 (30 anos), se comparado com os outros dois conjuntos.³² Além disso, contraposto aos membros da elite política monarquista, que possuíam em média 50 anos, em meados dos anos 1880 (SACCOL, 2013, p. 141), seguramente os propagandistas pelotenses formavam um grupo bem jovem.

O prestígio político que os integrantes do Grupo C possuíam entre seus correligionários fica perceptível, principalmente, quando são analisadas as atas do Clube Republicano Rio-Grandense em conjunto com o periódico *A Federação*. As publicações que mencionam esses indivíduos são dedicadas a enaltecer as suas trajetórias e o trabalho que eles realizaram tanto no movimento republicano quanto no abolicionista³³. Álvaro Chaves é um dos grandes exemplos da notoriedade que possuía esse grupo. A sua partida do Rio de Janeiro, em 1888, quando regressou para Pelotas, foi motivo de muitas homenagens do Clube Republicano Rio-Grandense, que foi relatada em ata (11 de abril de 1888) com lamentações do então presidente do Clube, Romaguera Correa “[...] O Snr. Presidente lamenta a falta do Dr. Álvaro Chaves, orador oficial do clube, rememorando o auxílio prestado pelo mesmo

³¹ É importante salientar que no período estudado ainda não existia a institucionalização do jornalismo enquanto campo universitário. Para maiores informações, ver MELO (2004).

³² Se tomarmos como média a época em que se formaram nas faculdades, ela provavelmente cai para menos de 25 anos.

³³ O movimento abolicionista teve 3 fases em Pelotas, a primeira com a organização do jornal *A Voz do Escravo* em janeiro de 1881, a segunda com a fundação do jornal *A Pena* em 1884, e a última quando foi criada uma entidade abolicionista (Associação Abolicionista Dom Sebastião) em 1887.

[...]”. O periódico *A Federação* publicou em 6 de março de 1888, o depoimento do jornal carioca *O Paiz*³⁴, no qual recordou o grande auxílio prestado por Álvaro Chaves ao movimento republicano no Rio de Janeiro.

[...] No paquete Rio Paraná, seguiu para Pelotas o Dr. Álvaro Chaves, filho da província do Rio Grande do Sul, onde vai estabelecer-se como advogado. [...] Desde os bancos acadêmicos conquistou Álvaro Chaves a reputação de talentoso e estudioso, prendas que, reunidas a um caráter ao mesmo tempo severo e ameno, granjearam-lhe facilmente o apreço e a estimação pública. [...] N'esta capital revelou-se como orador discreto em várias conferencias que realizou, e como jornalista emérito na Revista Federal e na Gazeta Nacional. [...] Jovem ainda, é um dos conselheiros Mais autorizados do partido republicano pela austeridade na observância dos princípios democráticos e pela lucidez da sua cultivada inteligência [...].³⁵

Com relação às atividades que exerciam junto à imprensa, mais de 50% do grupo foi ativo durante a década de 1880. Os jornais pelotenses *A Discussão*, *Diário de Pelotas*, *A Voz do Escravo* e *A Pátria*, contaram com a colaboração de propagandistas do grupo B (como citado anteriormente) e, em alguns períodos, também do grupo C, principalmente quando estavam retornando à cidade. Entretanto, essa parcela dos propagandistas teve muito destaque também na imprensa fora da província, fundando, dirigindo e colaborando com periódicos principalmente no Rio de Janeiro e São Paulo. Praticamente todos aqueles que fizeram parte do clube republicano no Rio de Janeiro estiveram por trás da fundação e direção da *Revista Federal*. Da mesma forma, pode-se citar a atuação de José Gonçalves Chaves, na *Gazeta Federal*, e o tempo em que Álvaro Chaves foi redator-chefe do jornal *A Republica*, em São Paulo. Além da participação de alguns deles no jornal que foi órgão do partido republicano no Rio Grande do Sul, *A Federação*.

Quadro 5: Propagandistas republicanos pertencentes ao grupo C

Nome	Profissão/ocupação principal	Atuação na propaganda republicana	Cargo político exercido após a República
Álvaro José Gonçalves Chaves	Advogado	Clube Republicano 20 de Setembro/ Redator-chefe de A República/ Partido Republicano Pelotense/ Promotor da comissão que em 1885 erigiu a coluna Domingos de Almeida/ Redator de A Federação/ Revista Federal	-

³⁴Jornal estabelecido no Rio de Janeiro em 1884 que tinha como principal função a propaganda dos movimentos de deposição da monarquia no Brasil, o abolicionismo e com o Partido Republicano.

³⁵ *A Federação*, 6 de março de 1888, p. 1. Hemeroteca digital – BNRJ.

Bruno Gonçalves Chaves	Médico	Clube Republicano 20 de Setembro/ redator da Revista Federal	-
José Gonçalves Chaves	Engenheiro Civil	Clube Republicano Rio-Grandense/ Revista Federal Centro Republicano da Escola Politécnica/ Gazeta Nacional /Foi um dos fundadores do jornal A Federação	Deputado Estadual
Domingos Pinto de Figueiredo Mascarenhas	Médico	Clube Republicano Rio-Grandense/ Revista Federal	-
Ildelfonso Simões Lopes	Engenheiro Civil	Clube Republicano Rio-Grandense/ Revista Federal	Deputado Estadual / Deputado Federal / Ministro da Agricultura
José Barbosa Gonçalves	Engenheiro Civil	Clube Republicano Rio-Grandense/ Revista Federal	Deputado Federal / Ministro do Estado / Intendente de Pelotas
Edmundo Berchon des Essarts	Médico	Clube Republicano Rio-Grandense/ Revista Federal	-
Alexandre Cassiano do Nascimento	Advogado	Clube Republicano 20 de setembro Orador do Clube Republicano de Pelotas	Deputado Federal / Ministro das Relações Exteriores / Clube Republicano 20 de setembro / Ministro da Justiça e Negócios Interiores / Ministro da Fazenda / Senador
João Jacintho de Mendonça Junior	Advogado	Clube Republicano 20 de setembro	Deputado Estadual
Adolpho Luiz Osório	Advogado	Clube Republicano 20 de setembro	-
Ismael Simões Lopes	Jornalista	Clube Republicano 20 de setembro Redator de A Pátria	Deputado Estadual
Henrique Martins Chaves	Advogado	Clube Republicano 20 de setembro Comissão de qualificação do Clube Republicano de Pelotas	Primeira Junta Administrativa Republicana de Pelotas / Primeiro Vice Intendente de Pelotas
Possidônio Mâncio da Cunha Junior	Advogado	Clube Republicano 20 de setembro	Deputado Estadual Deputado Federal
José Vieira da Cunha	Advogado	Clube Republicano 20 de setembro	-

Fonte: A autora, baseada nas fontes acima mencionadas.

Assim sendo, tendo em vista o que foi exposto, é possível considerar que, quando se reduz a escala de análise, aquela imagem de um grupo de republicanos com certo caráter social homogêneo dá lugar a um grupo muito mais diversificado. A questão que norteou o presente capítulo foi a seguinte: tendo em vista que as lideranças políticas liberais e conservadoras estavam profundamente vinculadas às famílias dos charqueadores mais ricos de Pelotas, qual o perfil dos líderes republicanos que começaram a protagonizar a propaganda nos anos 1880? Se

tomarmos a listagem de indivíduos que aderiram ao republicanismo em Pelotas e suas respectivas profissões e atividades econômicas, perceberemos que ela contava somente com um charqueador, Luís Honório da Silva, e ele não estava entre os mais ricos. Defendendo a escravidão e a monarquia, mantendo a ordem social local, ajudando a financiar as guerras que o Brasil participou e as eleições que garantiam as maiorias parlamentares dos gabinetes que apoiavam, os barões do charque podiam se considerar um sustentáculo do Império e da escravidão na fronteira sul.

Contudo, como já afirmamos nesse texto, e como outros autores também demonstram, as famílias foram construídas com importantes atores políticos do período, de forma que é equivocado analisar os indivíduos arrolados nas tabelas acima de forma isolada. Portanto, quando se analisa o grupo de republicanos com um olhar voltado para as relações familiares, percebemos que alguns deles eram, sim, herdeiros do charque. Tal ligação é menos presente nos grupos A e B, ou seja, aqueles que não conseguiam ultrapassar a barreira provincial da propaganda. Mas quando se observa o grupo C, pelo próprio sobrenome de alguns, já é possível identificar sua ligação com algumas das mencionadas famílias charqueadoras mais ricas: Simões Lopes, Mendonça, Cunha, Osório, Gonçalves Chaves, Almeida. Eram fortunas erguidas ao longo do tempo com a exploração do trabalho escravo e do latifúndio. Fortunas que viabilizavam a manutenção de filhos e netos nas academias imperiais e renderam títulos de nobreza e poder político. Trataremos melhor disso no próximo capítulo.

Tendo apresentando os três grupos ao leitor, é necessário fazer algumas ressalvas. Apesar das distinções entre eles, esses grupos não eram estanques e sua elaboração foi apenas para uma melhor compreensão de como a propaganda reunia indivíduos mais proeminentes do que outros. Além do mais, alguns propagandistas do grupo A, por exemplo, podiam até ter uma atuação mais presente na cidade do que alguns do grupo C, mas, em termos de classe social e de poder de influência, o grupo A não era capaz de competir com o grupo C. É como se o grupo A reunisse os cabos eleitorais dos indivíduos do grupo B, mas principalmente do C. Isso significa que no cotidiano eles podiam interagir conjuntamente pelas ruas e cafés da cidade, mobilizavam-se coletivamente nas eleições, podiam até mesmo estar conectados por laços familiares e de compadrio, mas sua identidade principal dizia respeito ao seu

posicionamento crítico com relação à monarquia e à escravidão, desejando mudanças sociais e políticas para o futuro.

Contudo, algumas tendências são bem evidentes. Quando se tem um foco mais minucioso no grupo de propagandistas aqui estudados, vemos que, enquanto alguns estavam mais reservados à esfera local, outros possuíam mais poder de mediação entre o local e o nacional, sendo que alguns estavam intimamente conectados com as redes republicanas de fora do Rio Grande do Sul. Enquanto alguns tinham acesso à educação superior e eram bastante jovens, outros não possuíam nem recursos para se manter fora da cidade e tinham uma idade mais avançada. Assim sendo, os republicanos pelotenses compartilhavam de múltiplas identidades sociais locais, faziam partes de redes de relações distintas, e atuavam em uma sombra de ação política marginal que acabou se tornando hegemônica após a proclamação da República – o que não é facilmente perceptível em uma análise mais macrossocial sobre a crise da monarquia e da escravidão, que caracterizou a década de 1880 no Brasil, mas somente no estudo de algumas trajetórias individuais.

3 “Família, redes de relações e ensino superior”: os pilares que sustentavam uma carreira política de sucesso no século XIX

No dia 1^o de outubro de 1885, à rua 7 de setembro, na cidade do Rio de Janeiro, reuniam-se pouco mais de uma dúzia de esperançosos jovens rio-grandenses, em mais uma das tantas reuniões que mantiveram entre os anos da década de 1880, para delinear os próximos passos da campanha republicana em que estavam engajados.³⁶ Uma vez ou outra, esses encontros se tornavam ainda mais importantes, e a presença de líderes do movimento fluminense e paulista, como Quintino Bocaiuva e Silva Jardim, aumentavam ainda mais o leque de relações que esses rapazes possuíam.

No dia 20 de Setembro de 1888, num dos salões do Congresso Brasileiro, à rua Visconde do Rio Grande, 69 [...] A diretoria convidou os Snrs. Silva Jardim, Quintino Bocayuva, João Penido e Monteiro Manso a tomar assento na mesa de seus trabalhos. [...] Foram distribuídos “*A Republica no Brasil*”, trabalho de propaganda popular da autoria do Dr. Silva Jardim, publicado pelo Club e uma poesia do Dr. Ramimo Barcellar³⁷. (Ata da sessão magna a 20 de setembro de 1888 do Club Republicano Rio-grandense)

Esses homens, de vinte e poucos anos, tinham muito mais em comum do que apenas ideologias e escolhas político-partidárias, a começar pela oportunidade de estarem estudando medicina em outra província, que não a sua de nascimento. Demandava muito esforço financeiro mandar um filho estudar fora da Província, além de todo investimento com os estudos preparatórios que nem sempre eram realizados em suas cidades de origem. Sustentar, durante meia década, as mensalidades do curso, os gastos em alimentação e moradia, a compra de livros, era um investimento que poucas famílias poderiam realizar nesse período. Portanto, “não resta dúvida de que esses estudantes faziam parte de uma camada privilegiada da sociedade brasileira” (VARGAS, 2007, p.43).

Em São Paulo, outra parcela de jovens entusiastas do republicanismo, estudantes do curso jurídico da Academia de Direito do Largo de São Francisco,

³⁶ Informação contida nas atas do Club Republicano Rio-grandense estabelecido na cidade do Rio de Janeiro. As atas encontram-se no arquivo particular de Ildfonso Simões Lopes, na Biblioteca Nacional.

³⁷ Apesar de o documento trazer o nome Ramimo Barcellar, provavelmente trata-se de Ramiro Barcelos, médico, formado na faculdade de Medicina do Rio de Janeiro e importante político rio-grandense. Fez parte da propaganda republicana, elegendo-se senador da República pelo Rio Grande do Sul de 1890 a 1899 e de 1900 a 1906.

organizavam sociedades literárias, periódicos, clubes e diversos encontros para debates de todo o tipo. Alguns pelotenses, oriundos de famílias de muitas posses, também ocuparam esses espaços, em que se tornaram importantes propagandistas republicanos na década de 1880. Ao mesmo tempo, na cidade de Pelotas, outra parcela dos adeptos ao movimento se reunia para discutir os principais passos a serem tomados para sustentar a propaganda. Vimos, no capítulo anterior, portanto, que o eleitorado republicano em Pelotas era bastante heterogêneo. Muitos se converteram ao republicanismo depois de militarem décadas nos partidos monarquistas. Outros, trocaram de lado por conta de influências familiares ou de amigos. E também tiveram aqueles que adotaram o novo credo na juventude, por meio de contato com colegas e novas leituras. Se a análise prosopográfica traçou coletivamente o perfil social do grupo estudado, temos agora que avançar para as singularidades dos propagandistas, observando suas trajetórias, relações familiares e redes sociais. Nos últimos anos, uma nova historiografia nos inspira a realizar tal tipo de abordagem.

No entanto, como citado no início desse trabalho, alguns autores do segundo e terceiro quartéis do século XX foram responsáveis pela elaboração de várias biografias políticas dos personagens que eles consideraram principais no período de propaganda e consolidação da República no Rio Grande do Sul. Muitos desses trabalhos reduziram as análises da atuação desses propagandistas a suas ideias e práticas políticas, não articulando a sua trajetória pessoal, familiar, econômica e social. Nesse contexto, esses indivíduos surgem como pessoas nascidas para se tornarem grandes líderes políticos – caminho que, de certa forma, seria fácil e inevitável.³⁸ Contudo, para compreender como essa parcela de republicanos pelotenses chegou ao poder depois de proclamada a República, deve-se relacionar o cenário dos anos finais da década de 1880 com as circunstâncias históricas instituídas no período imperial. Sendo assim, este capítulo tem o intuito de identificar os contextos que tornaram possíveis o acesso à vida política de alguns republicanos analisados. Sejam essas características de procedências econômicas, sociais ou familiares, como defendeu Carina Martiny:

³⁸ Mencionamos esses estudos na introdução desta Dissertação. Referimo-nos aos trabalhos biográficos de Assis Brasil (Paulo Brossard, 1989), Borges de Medeiros (Othelo Rosa, 1928), e Júlio de Castilhos (Sérgio da Costa Franco, 1966).

A trajetória de cada um dos republicanos – e em especial das lideranças – à frente do novo regime de governo instalado no Brasil em 1889 resultou de condições históricas e conjunturais que precisam ser melhor analisadas para que possamos compreender suas ações no âmbito da política. Assim, a condição de liderança é entendida como resultado de um processo maior, que envolvia escolhas e estratégias não somente individuais como também familiares, condições econômicas e relações sociais. (MARTINY, 2018, p. 33)

Para aprofundar a análise, será apresentada parte da trajetória dos propagandistas republicanos que percorreram caminhos distintos para alcançar poder político após proclamada a República. No primeiro capítulo deste trabalho foi possível identificar quem foram os indivíduos que se dedicaram à propaganda republicana, e de que modo ajudaram a fortalecer o movimento na cidade e na província do Rio Grande do Sul. Agora, interessa-nos entender melhor o que definia o sucesso e o fracasso nesse difícil projeto. Já vimos, no capítulo 1, como a formação superior e a profissão foram fundamentais na diferenciação dentro do grupo, mas é necessário superar esses indicadores quantitativos e avançar em uma análise mais qualitativa a respeito desses fenômenos, pois outros aspectos não são muito bem capturados em uma análise prosopográfica.

Recentemente, a autora Maria Fernanda Martins (2005) mencionou que é necessário concentrar a atenção para as famílias dos membros da elite política, como também as redes de relações em que estavam inseridos, para melhor entender o sistema político imperial. Ao divergir de outras interpretações, a autora constatou que as inclinações do Conselho de Estado não eram desprezadas dos interesses das elites provinciais e o órgão máximo da elite política necessitava manter fortes vínculos com os proprietários de terra e negociantes de várias localidades. Além disso, a presença de redes de sociabilidade e de parentesco que surgiam da Corte e ingressavam em várias regiões do Brasil foram identificadas pela autora. Se na política cortesã as articulações envolvendo as famílias de elite, as redes e as negociações clientelísticas não estavam ausentes, na esfera provincial elas são ainda mais perceptíveis. Percorrendo o caminho inverso, mas concordando com Martins, Jonas Vargas (2010) demonstrou como as famílias da elite política rio-grandense também investiam na formação educacional dos filhos, perseguiram bons casamentos e manejavam bem as suas clientelas políticas para conseguir acessar os principais espaços de poder no interior daquele sistema.

Os trabalhos que envolvem trajetórias e as estratégias familiares na política, há algum tempo vêm conquistando um importante espaço nas pesquisas sobre a província rio-grandense e o Brasil imperial.³⁹ No âmbito das relações econômicas, a família e suas relações sociais também era importante. Pode-se citar, por exemplo, a pesquisa de Luís Augusto Farinatti (2007) sobre o papel central dos estancieiros e suas famílias na cidade de Alegrete e as formas de reunir recursos militares e políticos, estrategicamente. Estudando os charqueadores de Pelotas, Jonas Vargas (2013) percebeu o protagonismo das famílias nesse ramo de negócios, que incorporavam filhos, genros e parentes em diferentes espaços de atuação, desde a pecuária até o comércio. Carina Martiny (2018), por sua vez, percebeu a importância das relações sociais e familiares do pai de Júlio de Castilhos no seu negócio de comércio de mulas no norte da Província. Assim sendo, praticamente todos esses trabalhos pensam a família como uma unidade política fundamental que não absorvia todas as iniciativas e contatos dos seus membros, mas que conferia importantes fontes de recursos materiais e imateriais, favorecendo a iniciação das carreiras eleitorais e a inserção em redes políticas mais amplas. Nesse sentido, a noção de família naquele contexto refere-se a uma família extensa, como bem definiu Richard Graham:

As famílias representavam importante fonte de capital político. Naturalmente, como em outros lugares, elas dedicavam-se a aumentar sua propriedade, e, ao longo de várias gerações sucessivas, famílias bem-sucedidas acumularam recursos significativos. Os vínculos que levavam homens a cargos oficiais e ao domínio local constituíam parte importante desses recursos e, através da política, famílias lutavam para preservá-los, muitas vezes contra outras famílias (...). Os limites de uma família iam muito além do pai, da mãe e dos filhos. A proteção em troca de lealdade, importa pelos vínculos familiares, estendia-se primeiramente a uma ampla gama de relacionamentos consanguíneos e, em seguida, a um número igualmente grande de ligações por meio do casamento (...) Todos esses laços familiares implicavam obrigações mútuas de ajuda nas eleições ou na garantia de cargos no governo. (GRAHAM, Richard. Op. Cit., 1997, p. 35-37)

O pertencimento a uma família de elite bem estabelecida, quando bem aproveitado, favorecia melhores arranjos matrimoniais, um encaminhamento mais qualificado nas carreiras profissionais, o recebimento de boas heranças nos momentos de sucessão patrimonial, o acesso a informações mais qualificadas vindas

³⁹ Ver, por exemplo, Jonas Vargas (2010), Carla Menegat (2009), Tassiana Saccol (2013), Carina Martiny (2010; 2018).

dos grandes centros, entre outros aspectos. Os recursos financeiros de uma família de elite local também viabilizavam o acesso à educação superior, algo que podia ser fundamental na diferenciação e nas possibilidades de ascensão nas carreiras políticas, como demonstrou Luiz Alberto Grijó ao comparar a trajetória de Manuel Vargas e José Gomes Pinheiro Machado (GRIJÓ, 2005). Portanto, as carreiras políticas dos propagandistas, muito embora pudessem ser construídas a partir de méritos e talentos individuais, também precisam ser percebidas a partir do seu pertencimento a famílias muito bem estabelecidas política e economicamente. Para uma melhor compreensão desses argumentos, desenvolveremos a seguir a análise da trajetória de algumas famílias e indivíduos pelotenses que atuaram na propaganda.

Como demonstrado por Mariana Couto Gonçalves (2015), a Nova história francesa, a micro-história italiana, os novos marxistas britânicos, entre outros, demonstraram um interesse no resgate da importância das trajetórias, colocando de lado as biografias tradicionais que, além de factuais e cronológicas, não proporcionavam possibilidades de compreensão dos contextos históricos e também das discussões mais amplas. Assim como a autora, pretende-se analisar uma parcela dos propagandistas pelotenses a partir de uma perspectiva defendida por Giovanni Levi, “na qual é ressaltada a biografia e o contexto”, ou seja, a ideia de que “a época, o meio e a ambiência também interferem e explicam a singularidade das trajetórias” (GONÇALVES, 2015, p. 218).

3.1 Família, a primeira etapa da vida política

Apesar dos charqueadores dividirem o topo da hierarquia socioeconômica do Rio Grande do Sul com os comerciantes das cidades de Rio Grande e Porto Alegre, e os estancieiros da região da campanha, mantinham os maiores planteis de escravos da província, tendo, os maiores proprietários, mais de 150 escravizados. Além das charqueadas, esses homens também investiam em embarcações, imóveis urbanos, ações, fazendas e criações de animais. Entre as décadas de 1820 e 1850, o número de charqueadas no município subiu de 18 para 38. Esses estabelecimentos funcionavam como verdadeiras empresas familiares. Era comum o charqueador contar com a sociedade de filhos, genros e parentes próximos, tanto na criação do gado, quanto na produção e comercialização do charque e dos couros. Alguns,

distribuíam seus parentes por diversos pontos estratégicos, desde o Uruguai até os portos do litoral brasileiro. Portanto, se, no mundo da política, a família formava um núcleo de ação importante, na esfera econômica ela também era fundamental. Contudo, apenas uma parcela dos charqueadores estava inserida na alta roda da elite pelotense, pois a acumulação de riqueza não estava à disposição de todos os charqueadores da cidade. As décadas de 1850 e 1860 apresentaram uma conjuntura econômica favorável para somente um grupo desses empresários escravistas, pois outras entraram em falência (VARGAS, 2013).

É possível considerar que a história destas 12 famílias se confundia com a história de seus estabelecimentos e que as mesmas concentraram em suas mãos uma parcela considerável das charqueadas analisadas, vedando o acesso das mesmas a outras famílias. Esta concentração fica mais evidente quando se percebe que das 12 famílias apontadas, 9 estavam ligadas entre si por meio de matrimônios estabelecidos entre filhos e filhas, o que ampliava mais ainda essa concentração. (VARGAS, 2011, p. 6)

Enraizadas em Pelotas desde o início do oitocentos, algumas dessas famílias acabavam incorporando negociantes e genros ambiciosos na sua árvore genealógica, mas sempre deixando espaço para casar suas filhas e filhos com membros da própria elite, o que concentrava mais ainda a riqueza. Assim sendo, muitos dos jovens republicanos pelotenses dos anos 1880 pertenciam a troncos familiares que ajudaram a manter a monarquia e a escravidão na fronteira sul, nascendo em lares com muitos recursos financeiros. Como dito anteriormente, apenas 12 famílias estavam inseridas no alto da pirâmide econômica charqueadora, e com maior concentração patrimonial, os 4 charqueadores mais ricos da cidade acumulavam 40% da riqueza do grupo dos 12 mais ricos, como pode-se perceber na tabela abaixo.

Quadro 6: Fortuna dos charqueadores mais ricos de Pelotas (1810-1900)

Charqueadores	Monte-mor (libras)	Monte-mor (mil réis)	Ano
Joaquim J. de Assumpção (Barão de Jarau)	254.811	6.152:393\$500	1895
Aníbal Antunes Maciel (Coronel)	189.563	1.893:256\$602	1871
José Antônio Moreira (Barão de Butuí)	173.162	1.829:905\$407	1877
João Simões Lopes Filho (Visconde da Graça)	143.320	2.894:415\$540	1893

José Inácio da Cunha	78.035	749:137\$798	1865
Antônio J. de Oliveira Castro (Comendador)	66.124	634:797\$351	1848
José Rodrigues Barcellos (Comendador)	65.409	546:030\$572	1850
Antônio José da Silva Maia	63.482	736:155\$500	1844
João Simões Lopes (Comendador)	58.444	736:155\$500	1853
Joaquim da Silva Tavares (Barão de S. Tecla)	56.808	1.435:164\$080	1900
Antônio J. Gonçalves Chaves Filho (Doutor)	52.132	500:467\$360	1872
Felisberto Inácio da Cunha (Barão de Correntes)	51.183	500:163\$173	1877

Fonte: VARGAS, 2013, p. 378.

Esses foram os charqueadores mais ricos de Pelotas na segunda metade do século XIX que deixaram inventários possíveis de serem analisados. Vargas (2013) percebeu que essas mesmas famílias não concentravam somente a riqueza. Seu acesso aos títulos de nobreza, aos altos cargos políticos e número de filhos com curso superior também estavam bem acima do restante de famílias charqueadoras menos ricas. Para o autor, não necessariamente a riqueza determinava os outros campos de atuação. Ou seja, o poder político, o prestígio social e o acesso a informações mais qualificadas em diferentes áreas, quando bem gerenciadas pelo charqueador e sua família, favoreciam uma transmissão de patrimônio e de outros recursos que geravam mais riqueza para as gerações posteriores. Portanto, enviar um filho para estudar Direito em São Paulo era somente um capítulo da história dos investimentos dessas ricas famílias (VARGAS, 2013).

Joaquim José de Assumpção, o Barão de Jarau, foi o charqueador mais rico da cidade durante o século XIX, e evidentemente não concentrava sua fortuna apenas na fabricação do charque, atuando também como criador, comerciante, capitalista e banqueiro, tendo 74% da sua fortuna composta por apólices da dívida pública do Brasil, investidas no Rio de Janeiro, acumulando a maior riqueza do Rio Grande do Sul no século XIX. Conforme Vargas:

Tal postura se assemelhava a de alguns grandes cafeicultores estudados por João Fragoso e Ana Lugão Rios. A partir dos anos 1860, o Comendador Manoel Vallim, o Barão de Nova Friburgo e o Barão de Itapeninga, entre alguns outros, deixaram de comprar escravos e terras, passando a inverter

os vultosos lucros de seus cafezais em apólices da dívida pública. Conforme os autores, tratava-se de uma saída precavida contra o esperado fim da escravidão, mas que rendia bem menos que os negócios com o café. (VARGAS, 2013, p. 378)

Se no campo das ideias políticas e filosóficas, os anos 1870 e 1880 foram cheios de novidades, no âmbito da economia, o capitalismo penetrava cada vez mais na região, provocando transformações e readaptações. Algumas famílias pelotenses foram abandonando os negócios com o charque, enquanto outras insistiam no setor. Além do Barão do Jarau, seu cunhado, o charqueador João Simões Lopes Filho, também diversificou seus investimentos, emprestando grandes quantias de dinheiro ao Estado, e sendo agraciado, assim, com seu título de Visconde da Graça. Alguns eram chefes do Partido Conservador na cidade. Nesta perspectiva, pode-se considerar que Simões Lopes Filho, mesmo sendo um grande escravista, abandonou lentamente os investimentos com charque, transformando seus capitais para outras áreas, “colaborando com a disseminação de práticas mais capitalistas no Sul do Brasil.” (VARGAS, 2013, p. 379).

Não há evidência de que nenhum desses charqueadores mais ricos tenha se tornado republicano antes de 1888. Boa parte da família Silva Tavares trocou o Partido Conservador pelo PRR somente após o 13 de maio de 1888, como represália à abolição – atitude também tomada com outros fazendeiros conservadores por todo o Brasil. Até meados da década de 1880, eles também eram escravistas convictos. No entanto, muitos deles tiveram filhos, sobrinhos ou parentes próximos que aderiram tanto à campanha abolicionista quanto ao republicanismo. Sua riqueza favoreceu a formação superior de alguns de seus filhos e o maior acesso a espaços de atuação restritos aos principais intelectuais da época. Portanto, uma história da propaganda e dos propagandistas que não leve em conta suas ligações familiares e os recursos socioeconômicos privilegiados dos quais eles tinham acesso nos parece incompleta.

Logo, não é difícil perceber que os republicanos pelotenses nasceram em famílias monarquistas, muitas delas proeminentes na política regional, convertendo-se ao republicanismo durante a sua juventude nos anos 1880. Ao invés de ser visto como um problema, acreditamos que isso foi um facilitador, pois os propagandistas podiam herdar as redes de relações e as clientelas políticas de seus pais, favorecendo seu início de carreira (VARGAS; SACCOL, 2010). Soma-se a isso o fato de que o aprendizado político já era iniciado dentro de suas próprias casas, como argumentou

Grijó (2005). Tratava-se de um diferencial capaz de condicionar o sucesso em algumas trajetórias. Portanto, precisamos conhecer melhor essa elite política rio-grandense, ligada aos partidos liberal e conservador, e o seu protagonismo no interior do sistema político para perceber porque alguns republicanos pelotenses foram favorecidos por já terem nascido em famílias com notável potencial eleitoral entre os conservadores ou liberais da cidade.

Conforme Vargas, os charqueadores e seus familiares estiveram atuando em todas estas esferas de poder local. O comando da Guarda Nacional, por exemplo, ficou nas mãos de João da Silva Tavares (visconde de Serro Alegre), o Comendador João Rodrigues Ribas, o Visconde da Graça e o Barão de Corrientes. Por óbvio que uma densa “engenharia matrimonial” também ligava os charqueadores a outras famílias de comerciantes, militares, juízes, médicos e advogados – “isso quando não eram os seus próprios filhos que exerciam tais ocupações”. Os bacharéis Joaquim Augusto de Assumpção, Ildefonso Simões Lopes, Ovídio Trigo Loureiro, Amaro J. Ávila da Silveira, Joaquim J. Afonso Alves, entre outros (todos filhos, genros ou parentes de charqueadores ricos), exerceram a função de juiz municipal durante muito tempo. Na ausência de juízes diplomados, algo bastante corriqueiro em meados do oitocentos, os próprios charqueadores assumiam o cargo, como José Inácio da Cunha e José Antônio Moreira (VARGAS, 2013, p. 436).

A construção dessa hegemonia política local dos charqueadores e de seus familiares tinha longa história. Desde que a Câmara municipal de Pelotas foi criada (1832), e a Assembleia Legislativa Provincial teve as suas primeiras eleições (1835), os charqueadores estiveram sempre presentes entre os mandatários. Entre os anos de 1832 e 1889, das 89 pessoas que exerceram o cargo de vereador em Pelotas⁴⁰, 29 (32,6%) eram charqueadores e 28 (31,4%) eram parentes próximos deles. Juntando somente os 14 presidentes da Câmara (o mais próximo do que poderia ser identificado como um prefeito da cidade, por exemplo), 28,5% deles eram charqueadores e 42,8% eram seus parentes próximos. “Portanto, cerca de 2/3 da edilidade pelotense recebia influência direta das famílias charqueadoras” (VARGAS, 2013, p. 437)

⁴⁰ A listagem pode ser encontrada em OSÓRIO, Fernando. Op. cit., v. 1.

Além disso, no Rio Grande do Sul, entre 1845 e 1889, dos 55 indivíduos que assumiram a presidência da província como titulares nomeados ou como vice-presidentes, 22 (40%) eram rio-grandenses. Destes, 7 eram charqueadores ou seus parentes próximos. As famílias Mendonça, Silva Tavares, Antunes Maciel, Rodrigues Barcellos e Simões Lopes foram as que concentraram tais cargos. Na alta política parlamentar (deputados gerais e senadores) o número de charqueadores e seus familiares também foi importante. As mesmas famílias citadas concentravam esses mandatos, além de Fernando Osório e Antônio Seve Navarro, genros de charqueadores. Entre os senadores, pode-se destacar Gaspar Silveira Martins (afilhado do charqueador Heleodoro de Azevedo e Souza, cujos pais e um cunhado comerciante residiam em Pelotas) e o general Manoel Luís Osório (que casou seus filhos com familiares dos Barões do Jarau, Butuí e os Antunes Maciel – charqueadores mais ricos de Pelotas) (Vargas, 2016, p. 438).

Foi difícil que um propagandista pelotense não pertencente a essas tradicionais famílias ascendesse a um cargo de grande liderança republicana na cidade. Portanto, os parágrafos acima são importantes para entender os meios familiares em que estavam inseridos alguns propagandistas republicanos dos grupos B e C, anteriormente analisados, principalmente aquela parcela que ocupou os cargos de uma elite política republicana. Entre os 12 charqueadores mais ricos supracitados, pelo menos 5 tinham filhos envolvidos no movimento republicano entre os anos de 1880 e 1889. Felisberto Ignácio da Cunha (Barão de Corrientes) era pai de Alberto Coelho da Cunha (Grupo B), republicano também conhecido pelo pseudônimo de Vitor Valpírio. Antônio J. Gonçalves Chaves Filho era pai de Álvaro e Bruno Chaves. João Simões Lopes Filho era pai de Ildefonso Simões Lopes e Ismael Simões Lopes, netos do Comendador João Simões Lopes. Antônio José da Silva Maia, era pai de Adolfo José da Silva Maia. Além disso, muitos outros republicanos pertenciam a famílias charqueadoras igualmente abastadas, mas que estão ausentes da análise de Vargas por não possuírem inventários post-mortem no período ou não serem mais charqueadores nessa época. Nesse grupo pode-se citar Epaminondas Piratinino de Almeida e Luiz Felipe de Almeida, filhos de Domingos José de Almeida; Alexandre Cassiano do Nascimento, filho de Manuel Lourenço do Nascimento, e Possidônio Mâncio da Cunha Junior, filho de Possidônio Mâncio da Cunha e neto do Barão de Corrientes, citado acima, entre outros.

Nascendo em uma destas famílias, as primeiras proximidades com a vida política aconteciam prematuramente “pois, se não eram políticos da elite, os seus pais eram, na sua maioria, estancieiros, comerciantes ou empregados públicos, o que os qualificava como eleitores em potencial e homens de alto prestígio em suas localidades” (VARGAS, 2007, p. 44). Desde a adolescência, acontecia um desenvolvimento de aprendizado de cunho político. O jovem estudante que antes carregava posições políticas vindas da sua própria casa, de sua devida família, agora conhecia outros jovens que também estavam cursando as escolas preparatórias ou cursos superiores, também carregados de informações e experiências particulares.

Após passarem pela jovem militância nos colégios e cursos preparatórios, inaugurava-se uma nova fase de amadurecimento político: a ida para as academias imperiais. Em São Paulo, os estudantes veteranos recebiam os calouros com o seguinte verso: “Nem tudo que reluz é ouro/ Nem todo sopapo é burro/ Nem odo burro é calouro/ Mas, todo calouro é burro”. Era nova a experiência em meio a estes jovens de outras províncias certamente provocava um choque cultural na vida destes rapazes.” (VARGAS, 2007, p. 44)

Alguns desses políticos analisados por Vargas pertenciam às mesmas famílias dos jovens republicanos que iriam ocupar posteriormente muitos desses cargos: Ildefonso Simões Lopes, advogado conservador que foi deputado geral, irmão de João Simões Lopes (Visconde da Graça), era tio dos republicanos pelotenses Ildefonso Simões Lopes, que foi um dos grandes nomes do republicanismo pelotense, além de ocupar o cargo de deputado estadual e federal, foi ministro da agricultura, da indústria e do comércio após a Proclamação da República, e Ismael Simões Lopes, jornalista e importante nome na imprensa pelotense, exercendo o cargo de Deputado Estadual após 1889. Em Pelotas, foi responsável pela fundação e edição do periódico *A Pátria*, jornal que seu sobrinho, João Simões Lopes Neto, começa sua carreira de escritor. Simões Lopes Neto também esteve presente na propaganda republicana da cidade, não tendo uma atuação tão efetiva antes da proclamação da república, mas ainda assim ocupando o cargo de vereador no ano de 1896.

Parte do prestígio econômico, social e político que alguns republicanos pelotenses possuíam, e que faziam parte desse conjunto de fatores que favoreceu suas carreiras políticas, evidentemente foi herdado pelos seus familiares, principalmente pelos seus pais, avós, tios ou sogros, quando se tratava de uma união entre duas famílias. Tais questões podem ser identificadas na pesquisa que Carla Menegat (2009) realizou investigando a família de Domingos de Almeida. A partir de

seu estudo, compreende-se que o patrimônio transmitido de pais para seus filhos não era apenas material, “mas composto por um conjunto de insígnias sociais”.

Nem todos os representantes da elite pelotense estiveram presentes no movimento republicano, e por quase todo o período imperial, famílias como os Silva Tavares, os Moreira e os Antunes Maciel, se mantiveram fiéis aos partidos monárquicos dos quais faziam parte: Liberal e Conservador. Entretanto, essas famílias perderam espaço político após 1889, não mais assumindo muitos dos cargos políticos que lhes eram concedidos costumeiramente. Na data em que foi proclamada a República no país (15 de novembro de 1889), o presidente da Câmara de Pelotas era o Dr. Arthur Antunes Maciel, e, poucos dias após o ocorrido, começaram os preparativos para despossar Arthur de seu cargo. Conforme anotações de Fernando Luís Osório sobre o dia 15 de novembro, reunindo lembranças próprias dos acontecimentos na cidade, “a primordial ideia, após a Proclamação da República em Pelotas, era retirar o Dr. Arthur Maciel da Presidência da Câmara” (MAGALHÃES, 2011, p. 62). Arthur Maciel tentou resistir, em um primeiro momento, à vontade de alguns indivíduos da cidade, que de uma maneira ou outra estavam envolvidos com a vida política pelotense. É importante ressaltar que, mesmo que grande parte dos propagandistas republicanos da cidade ainda não ocupassem cargos políticos antes de 1889, foram eles (junto com mais alguns adesistas de última hora, como por exemplo o próprio Fernando Luís Osório), que pressionaram pela deposição dos vereadores que haviam sido eleitos no período imperial. Mais importante ainda é esclarecer que entre esses republicanos estavam aqueles que os familiares já pertenciam a vida política da cidade, como Alexandre Cassiano do Nascimento e Epaminondas Piratinino de Almeida, conforme descrito por Fernando Luís Osório:

Enquanto isso se dava, chegou-se a mim o Dr. Alexandre Cassiano do Nascimento, dizendo: “- E se, em resultado da conferência, o Maciel não resignar, o que pensas que devemos fazer?” “- Acho que deves subir em cima de uma cadeira e num discurso convidar todo o povo aqui reunido a exigir do Maciel sua renúncia. Se ele recalcitrar, deverá ser deposto.” “- Está bem”, respondeu Nascimento. (OSORIO, 2011, p. 64)

É possível acreditar que, para algumas famílias, a adesão ao republicanismo por seus jovens parentes tenha sido uma possibilidade de manter-se atuando no meio político, por acreditarem ser inevitável algumas mudanças e reformas demandadas. Ou seja, talvez um dos motivos para que algumas dessas famílias tenham se conservado no poder é perceber que um bando de novas ideias

estava chegando nos anos 1880, e que ao invés de lutar contra, e deixar que um novo grupo político estivesse à frente da “revolução”, são os próprios que o fazem. Contudo, outras famílias permaneceram com seus filhos monarquistas até o último momento, apresentando um campo de possíveis escolhas na qual a orientação ideológica não era a única a pautar suas posições.

Ademais, também existiram aqueles grupos familiares em que irmãos apostaram em diferentes correntes políticas partidárias. Tal fenômeno não devia ser muito incomum, podendo dividir algumas famílias. Pode-se citar o caso dos Almeida, em que Domingos José de Almeida, rico charqueador pelotense, casado com Bernardina Barcellos, filha do charqueador Bernardino Rodrigues Barcellos, família responsável por concentrar a maior parte das charqueadas por consequência da “sucessão de enlaces matrimoniais” que ocorreram ao longo do século XIX. Domingos de Almeida, vindo das Minas Gerais, chegou na cidade de Pelotas para organizar tropas de mulas 5 anos antes de se casar, em 1824, com Bernardina. É plausível imaginar que essa união auxiliou e muito os negócios de Domingos, assim como o ajudou a iniciar sua carreira política na cidade.⁴¹

O casamento foi celebrado no oratório da charqueada de João Simões Lopes, pai daquele que se tornaria Visconde da Graça, neste local estava a imagem de Santo Antonio de Pádua, doada por Antônio José Gonçalves Chaves, amigo e futuro sócio de Domingos no Vapor Liberal. Ao propor casamento, Domingos já possuía a charqueada contígua à de Bernardino, fruto de seus negócios como comerciante. É possível supor que para um forasteiro sem família na região, o matrimônio com uma jovem de família tão extensa e estabelecida há algum tempo lhe trouxesse vantagens. (MENEGAT, 2019, p. 50).

O casal Domingos e Bernardina teve 13 filhos, dos quais apenas 8 chegaram à vida adulta. Pelo menos 4 de seus filhos, além de se ocuparem com os negócios da família herdados, primeiro, pelo seu avô, Bernardino Rodrigues Barcelos, e depois pelo seu pai, Domingos, também estiveram presentes na vida política da cidade e província. Contudo, seguindo passos diferentes, o terceiro e o sétimo filhos do casal, Junius Brutus Cassius de Almeida e Bernardino Bráulio de Almeida, dedicaram-se às atividades ligadas ao charque, assim como também ocuparam cargos na Câmara Municipal por pelo menos uma legislatura, mantendo-se constantes adeptos ao

⁴¹ Informações mais aprofundadas sobre a família Almeida estarão presentes no capítulo 3.

Partido Liberal. Já seus irmãos, Luiz Felipe de Almeida e Epaminondas Piratinino de Almeida, quarto e décimo terceiro filhos de Domingos, destinaram-se às profissões públicas e liberais e, diferentemente dos irmãos, migraram para o partido republicano da cidade. Luiz Felipe tornou-se Tabelião em Pelotas, e Epaminondas formou-se em Direito no ano de 1870, em São Paulo, atuando como advogado posteriormente em Pelotas. Epaminondas teve grande destaque no movimento abolicionista da cidade, como será aprofundado no próximo capítulo, além de exercer papel importante no movimento republicano. Assim como os colegas de partido que alcançaram carreira política de sucesso após proclamada a República, Epaminondas foi Delegado de polícia na cidade e, em 1891, foi eleito deputado à Assembleia Constituinte do Rio Grande do Sul, onde ocupou uma cadeira até 1892, e, em 1884, novamente é eleito Deputado Federal pelo 4º distrito do Rio Grande do Sul. (MENEGAT, 2009, p. 49-56)

Todos os 4 filhos homens de Domingos detinham a mesma posição social e todas as oportunidades que a fortuna e o prestígio do seu pai e avô materno ofereciam naquele contexto. Talvez por opção pessoal, nem todos os filhos dedicaram-se intensamente à vida política, como pareceu ter se dedicado Epaminondas. Talvez os cargos políticos exercidos em nível local por Junius e Bernardino já fossem suficientes para alcançar os objetivos econômicos traçados por eles. Ainda, Segundo Menegat, a permanência no partido Liberal, diferente dos irmãos que ingressaram no movimento republicano, pode ter sido um erro lamentado pelos dois posteriormente, ou apenas uma tática política de dividir os interesses e relações familiares. Contudo, o único que alcançou cargos políticos de nível estadual após proclamada a República no país, foi aquele irmão que construiu uma importante rede de relações com outros republicanos quando estudou Direito em São Paulo. Por conta disso, é necessário analisar um pouco mais a importância da formação jurídica para os republicanos pelotenses dessa época.

3.2 O ensino superior em Direito: o segundo grande pilar de uma carreira política de sucesso

Com tantos estudos sobre a história política imperial, já não é mais necessário afirmar que os diplomas de curso superior eram fundamentais na

ascensão das carreiras políticas.⁴² Talvez o que traga alguma contribuição é o estudo desse mesmo fenômeno entre as elites provinciais e municipais, uma vez que as singularidades regionais podem evidenciar diferentes tipos de recrutamento e recursos manejados pelas elites. No caso desta pesquisa, apesar de os médicos e engenheiros também estarem presentes entre os propagandistas pelotenses, os bacharéis em Direito foram de longe os que mais protagonizaram a organização do Clube, a atuação na imprensa e a conquista de cargos após o 15 de novembro. Portanto, nossa atenção estará mais voltada para essa formação em específico.

Na década de 1820, logo após a independência do Brasil, o debate sobre a criação de cursos jurídicos começou a permear a Assembleia Constituinte reunida no ano de 1823. No período anterior, as pessoas que viviam no Brasil e procuravam instrução de nível superior na área jurídica precisavam ir para fora do país, dirigindo-se, principalmente, para a Universidade de Coimbra. Foi então no ano de 1828 que foram instalados os primeiros e únicos cursos jurídicos do Império, na Província de São Paulo, no mês de março, e em Olinda no mês de maio do mesmo ano. Como assinalado por Luiz Alberto Grijó (2005), a criação desses cursos tinha como principal estímulo formar homens que, além de advogados e magistrados, seriam capazes de assumir empregos públicos, como os diplomáticos, servidores em postos administrativos, ou os Deputados e Senadores. Ao longo do século XIX, a formação jurídica assumiu elevado valor para a obtenção de notoriedade na sociedade “O que fica claro na leitura da transcrição dos debates então travados a respeito da conveniência do estabelecimento de cursos jurídicos é que as preocupações relativas à carência de pessoal habilitado a assumir posições na estrutura estatal em formação eram uma das principais justificativas a favor de sua criação.” (GRIJÓ, 2005, p. 28). Além disso, recomendações sobre as pessoas que deveriam buscar seus diplomas jurídicos também fizeram parte do debate, e os homens ricos e proprietários faziam parte dos grupos sociais indicados.⁴³

Os cursos jurídicos formados nesse período “eram instituições oficiais, portanto controladas pelo governo e a ele sujeitas administrativamente” (GRIJÓ, 2005, p. 25). A cargo do governo, ficavam as decisões sobre os recursos, o currículo, a

⁴² Ver, por exemplo, ADORNO (1998), CARVALHO (2003), MARTINS (2005), VARGAS, (2010).

⁴³ Sobre a importância da formação jurídica superior entre os membros da elite política imperial, ver José Murilo de Carvalho (1980). No caso da elite política rio-grandense, ver Jonas Vargas (2010).

escolha dos professores, diretores e até mesmo as disciplinas, ficando sujeitas, assim, as “flutuações das conjunturas das disputas político-partidárias”. Contudo, ficou a cargo do próprio núcleo de bacharéis em direito que estavam a frente dos cargos parlamentares, e que haviam se formado na faculdade de Coimbra nos anos anteriores, decidir os rumos que os cursos jurídicos tomariam.

Esses "ex-alunos de Coimbra", espelhando-se em suas próprias vivências acadêmicas e formações escolar e cultural, se posicionavam entre uma importação mais próxima do modelo da instituição portuguesa, refletindo as preocupações dos grupos favoráveis a centralização monárquica, e a criação de cursos, embora ainda tendo como modelo a escola da ex-metropole, que representassem uma manifestação de maior autonomia do país que se propunham a estruturar e de suas províncias, refletindo a posição dos grupos de "liberais" mais ou menos "exaltados". (GRIJÓ, 2005, p. 37)

Ademais, tanto o curso de São Paulo quanto o de Olinda sofreram diversas críticas ao longo dos anos. Ainda conforme Grijó (2005), durante todo o período imperial muitos foram os conflitos deflagrados, envolvendo não só os alunos das instituições mas também o corpo docente e diretores, “havia desentendimentos, que não raro descambavam para pesados atritos verbais e mesmo desforços físicos, entre alunos e professores, entre os próprios professores, entre os alunos e outros habitantes da cidade, entre as autoridades provinciais e os alunos, entre o governo central e os professores, e outros tantos” (GRIJÓ, 2005, p. 42). Além disso, várias outras questões geraram queixas nas academias, como a falta de professores e principalmente de um estatuto que regulasse a contratação dos “lentes”, que na falta dele, permitia que fossem selecionados alunos recém formados. E ainda existia o problema que a instituição de Olinda sofria, com vários professores que ao mesmo tempo se dedicavam às carreiras políticas e moravam fora da cidade. Com isso, surgem as desaprovações sobre os cursos servirem apenas para a preparação para assumirem, posteriormente, cargos políticos, e nem ao menos habilitavam esses alunos para as atividades ligadas ao direito. Portanto, os alunos se mostravam mais interessados nas atividades paralelas do que nas disciplinas ofertadas pela academia. “Os ambientes privilegiados de socialização eram os jornais e revistas que os alunos organizavam, redigiam e editavam, os clubes e sociedades mais ou menos secretos aos quais se filiavam, eram as pensões e “repúblicas” nas quais moravam, os cafés que frequentavam” (GRIJÓ, 2005, p. 45).

Por mais que o corpo docente da academia de direito fosse formado majoritariamente por homens com alguma espécie de vínculo com a militância político-

partidária, e sucessivamente, seus alunos teriam também esse vínculo, ao que tudo indica, os jovens ingressantes dos cursos superiores não eram inexperientes quando se tratava de disputas políticas, e a militância político partidárias desses estudantes vinha do próprio convívio social familiar. Esses jovens vinham de regiões diversas do país e, na sua maioria, eram filhos de grandes proprietários rurais ou comerciantes, juizes, ou pessoas que possuíam cargos públicos. Seus familiares ou amigos já estavam inseridos em facções políticas, e podiam até mesmo contar com chefes políticos entre seus familiares. Contudo, o pertencimento a um prestigioso círculo familiar, ou posições alcançadas a partir dos títulos escolares, não garantiam aos agentes políticos desse período a chegada ou permanência em seus postos políticos. Também eram fundamentais outros recursos como as práticas de patronagem e clientela⁴⁴, e de suas posições proporcionadas “pelos serviços prestados ao Imperador, pela retórica e a eloquência, pelas experiências, conhecidos e conhecimentos adquiridos em viagens ao exterior, pela desenvoltura nas letras jurídicas, principalmente, e/ou literárias em geral”, entre outros (GRIJÓ, 2005, p. 71.).

Ao concluir a formação superior, o aluno habitualmente voltava para sua província de origem, em alguns casos responsabilizando-se pelas atividades econômicas ou políticas de seus pais ou familiares. Esses jovens, após formados, contavam não somente com uma nova bagagem de conhecimento, mas também com uma nova rede de relações que serviria como uma espécie de ponte para uma melhor relação com o “Estado”, já que contariam com ex-colegas ocupando posições fundamentais se, por acaso, carecessem de algo.

As escolas, portanto, serviam como um lugar de cruzamento de trajetórias sociais, onde uns e outros adquiriam estatutos formalmente semelhantes e passavam a compartilhar de um espaço de intensas relações entre vivências, lógicas e *ethos* diferentes, mas com a tendência geral de que os elementos relacionados com o que se considerava como legítimo nas disputas político-partidárias pelas elites que gravitavam em torno do Rio de Janeiro se impusesse (GRIJÓ, 2005, p. 77).

Na segunda metade do século XIX novas ideologias começaram a se espalhar pelo país, ganhando força na década de 1870.⁴⁵ Penetradas principalmente em uma “elite letrada”, essas ideias se constituíam em uma conjuntura histórica conturbada, tanto na esfera internacional quanto na nacional. Como destaca Grijó, a

⁴⁴ Para mais informações sobre patronagem e clientelismo, ler Richard Graham (1997).

⁴⁵ Sobre essas ideias novas, ver também Angela Alonso (2002). No próximo capítulo essas questões serão tratadas de forma mais aprofundada.

Alemanha e a Itália estavam passando pelos decursos de unificação, e a França pelo estabelecimento da Terceira República. Já no Brasil, que passava pelo fim da Guerra com o Paraguai, demandas sobre a mão-de-obra, as relações entre Estado e Igreja, e principalmente as reformas de algumas instituições políticas, começavam a ser arduamente debatidas nesse período. Com isso, “em tomo das escolas superiores e, dentre elas, das faculdades de direito, essas questões teriam uma intensa acolhida, ou mesmo a partir destes espaços algumas se originariam e espraíariam.” (GRIJÓ, 2005, p. 93). Algumas regiões do país tiveram engajamento mais rápido dessas “ideias novas” do que outras. Em Recife, por exemplo, algumas escolas e professores se tornam referência nesse quesito, enquanto em São Paulo, essas ideologias geram também grandes repercussões, mas que se dão principalmente na literatura e imprensa por parte de alguns professores e alunos das escolas e academia.

O ensino superior imperial não formou cientistas e acadêmicos, formou construtores de Estado e agentes políticos aptos a operarem com a realidade das divisões sociais internas do país, seus conflitos e sua inserção no mundo de então. [...] Mesmo que aqui ou ali despontasse um jurista propriamente dito, ou algum cientista voltado para o estudo de uma área específica do conhecimento das ciências naturais, exatas ou humanas, não era ou não foi essa a principal característica da forma ao propiciada pelo ensino superior do período. (GRIJÓ, 2005, p. 112)

Foi nesse contexto que, no ano de 1880, o jovem pelotense Alexandre Cassiano do Nascimento, já formado, voltou para sua província de origem. Primeiro, se estabelecendo na cidade de Rio Grande e assumindo o posto de Promotor público, e, logo em seguida, passando a atuar como juiz municipal na cidade de Santana do Livramento. No ano de 1884, voltou a residir em Pelotas, primeiramente exercendo advocacia e participando com mais efetividade do movimento republicano. Cassiano do Nascimento foi responsável por organizar o Partido Republicano no sul da província, ao lado do companheiro político e colega de profissão Álvaro Chaves, que logo tornou-se seu parente, por conta do matrimônio entre seus irmãos. Nas viagens que realizou pela província, na década e 1880, associou seu trabalho às campanhas políticas em prol do movimento republicano.

Nestas viagens pela região meridional do Rio Grande do Sul, realizadas em boa parte com fins de exercer a advocacia, Cassiano do Nascimento aproveitava a oportunidade de estar em diversas cidades para organizar comícios e pronunciamentos à população, para falhar-lhes dos ideais republicanos [...] (DOGENSKI, 2013, p. 19).

Portanto, Alexandre ganhou destaque no Partido Republicano da cidade, e foi o único pelotense a candidatar-se à Assembleia Provincial antes de proclamada a

República, no ano de 1884. Conforme publicações sobre as principais novidades do movimento republicano da província e do país, que eram reproduzidas pelos periódicos *A Federação* e *Revista Federal*, Alexandre participou ativamente dos cargos diretórios do Club e Partido republicanos da cidade. No ano de 1887, por exemplo, foi nomeado orador oficial do Club⁴⁶. Além disso, ajudou a organizar agremiações republicanas em outras localidades da província, como informado pela *A Federação*:

De Pelotas escreveram à Gazeta Mercantil do Rio Grande: “Ao contrário do que aqui se propalou, o ilustre excursionista republicano Dr. Alexandre Cassiano do Nascimento tem sido muito bem recebido em todas as localidades que há percorrido e na maioria das quais fundou clubes com o concurso de numerosos adeptos à república”.⁴⁷

Em uma nova ocasião, com a República já proclamada no país, Cassiano concorreu para ocupar uma das 16 vagas à disposição no Estado, para a elaboração e aprovação da nova constituição, que formularia as diretrizes do Partido Republicano. Cassiano foi eleito no dia 15 de setembro de 1890, com aproximadamente 35 mil votos, e diplomado Deputado Federal e Constituinte no dia 6 de novembro de 1890. Após o início de sua legislatura, precisou ir morar no estado do Rio de Janeiro, dando ponta pé inicial a sua carreira política nacional. Já nos primeiros anos de carreira, Alexandre assume os cargos de Ministro das Relações Exteriores, da Fazenda, do Interior e da Justiça, entre os anos de 1891 e 1894. Contudo, a partir do ano de 1894, vivencia uma pequena pausa na sua influência nacional, com o fim do governo de Marechal Floriano e início do de Prudente de Moraes, “que daria início à política ‘café-com-leite’ em âmbito nacional, caracterizada pela hegemonia de São Paulo e de Minas Gerais” (DOGENSKI, 2013).

Em 15 de novembro de 1894, assim que encerrou o mandato de Floriano Peixoto como presidente do país, Cassiano deixou os cargos que ocupava no Ministério. Sua passagem foi marcada pela firmeza com que conduziu as pastas que lhe foram atribuídas, principalmente o Ministério das Relações Exteriores, além de ficar conhecido na História pelo fato de gerir diversas pastas ao mesmo tempo. (DOGENSKI, 2013, p. 47).

Contudo, Cassiano continuou candidatando-se para o cargo de Deputado Federal em diversas ocasiões, elegendo-se em 7 legislaturas entre os anos de 1890 e 1909. Entre essas legislaturas, Cassiano volta a residir em Pelotas e assume a

⁴⁶ Conforme publicação do periódico *A Federação*, do dia 3 de junho de 1887, p. 1. Hemeroteca Digital – BNRJ.

⁴⁷ Conforme publicação do periódico *A Federação*, do dia 8 de agosto de 1889, p. 1. Hemeroteca Digital – BNRJ.

diretoria do jornal Diário Popular, que havia sido fundado no ano de 1890 como um órgão independente de partidos políticos, mas acabou sendo comprado pelo Partido Republicano, tornando-se seu órgão oficial logo após sua fundação. Em um dos primeiros textos publicados por Cassiano no periódico, ele evidencia seus principais propósitos à frente do jornal:

[...] O “Diário Popular” continuará a ter como supremo ideal a República, como definitivo escopo a Federação, isto é: continuará a bater-se pela autonomia dos Estados como meio mais eficaz de tornar-se a República forte e grande, tal como a idealizou o legislador constituinte. Para concretização desse objetivo, nos constituímos em eco das grandes aspirações do Partido Republicano do Rio Grande do Sul, tomando como bandeiro – o sábio estatuto político de 14 de julho de 1891: sustentar os princípios aí estabelecidos; defender as garantias consagradas nesse código político, é contribuir para o desenvolvimento autonômico do Estado, e, conseqüentemente, cooperar para o engrandecimento da República, sob as bases da Federação. [...] (Diário Popular, 5 de abril de 1896, *apud* DOGENSK, 2013).

Depois de um período pequeno de tempo, durante o exercício da sétima legislatura como Deputado Federal, Cassiano foi selecionado por Borges de Medeiros para concorrer a uma vaga ao Senado Federal pelo PRR, tomando posse ao cargo durante a 43ª Sessão Ordinária do Senado, em julho de 1909. Contudo, sua segunda legislatura como Senador foi interrompida pela sua morte, que aconteceu no dia 9 de setembro de 1912.

Alexandre Cassiano do Nascimento foi um dos políticos pelotenses e gaúchos com maior prestígio durante a Primeira República, ocupando espaços destinados à elite política brasileira e presumivelmente fazendo de suas redes de relações o mais importante pilar, sustentando uma carreira política de sucesso por tanto tempo. É importante que se diga que ao estudar Direito na Faculdade de São Paulo, teve a oportunidade de se tornar colega de Júlio de Castilhos e Assis Brasil, os dois principais líderes do Partido Republicano Rio-grandense na propaganda. Cassiano foi homem de confiança de Castilhos em Pelotas, sendo indicado por ele para os ministérios durante o governo do Marechal Floriano Peixoto. Além disso, reforçou laços com os indivíduos que viriam a ser seus próprios colegas de partido na cidade de Pelotas, como Álvaro e Bruno Chaves, Piratinino de Almeida, Marçal Pereira Escobar, entre outros, que proporcionariam a Cassiano apoio político dentro e fora da cidade. No período que residiu em São Paulo, esteve presente na organização do Club Republicano 20 de setembro, e, em Porto Alegre, envolveu-se com a criação do

periódico A Federação. Mesmo quando estava passando suas férias em Pelotas, durante os recessos do curso de Direito, trocava correspondências com os colegas paulistas, o que evidencia as potencialidades de ampliação de sua rede de relações costuradas na Academia.

Conforme uma listagem produzida por Sérgio da Costa Franco, 163 estudantes rio-grandenses se formaram na Academia de Direito de São Paulo entre os anos de 1832 (ano da primeira turma) e 1889, e, conforme análise de Vargas (2007), dos 113 indivíduos que foi possível localizar a informação sobre o local de nascimento, 20% eram da região da campanha, 23% nascidos em Porto Alegre, 37% provinham de Pelotas e apenas 5% representavam o planalto norte do Rio Grande do Sul. Não é de se estranhar que Pelotas e Porto Alegre eram regiões que apresentavam uma maior concentração de riqueza. “Neste sentido, fortuna familiar, acesso ao ensino superior e ingresso na elite política estavam intimamente relacionados” (VARGAS, 2007, p. 81).

Portanto, o diploma de bacharel em Direito também desempenhava papel importante para a busca por uma forte rede de relações, que os grupos de elite pertencentes a regiões mais afastadas da Corte procuravam alcançar com aquelas elites do centro do país. Nem sempre esses laços eram criados por todos os jovens que saíam de suas cidades para cursar o ensino superior, o que poderia reduzir as chances de sucesso nas suas carreiras públicas ou políticas, já que suas redes de relacionamento seriam menores. Outro fato que não era incomum acontecer, eram as desistências na metade de suas formações por questões financeiras, principalmente em períodos de crises econômicas. Um bom exemplo para essa questão é a trajetória de Bernardo Taveira Junior, que até finalizou os estudos preparatórios no Rio de Janeiro, mas sua família não teve suporte financeiro suficiente para que continuasse a instrução no curso jurídico de São Paulo. A partir de uma biografia de Bernardo, analisada por Mariana Couto Gonçalves, e que foi escrita por Alfredo Ferreira Rodrigues, que era seu afilhado e cunhado, foi possível o acesso a algumas informações sobre a sua vida. Ele nasceu na cidade de Rio Grande, no dia 05 de junho 1836, filho de Gertrudes Maria de Melo e do comerciante português Bernardo Taveira⁴⁸, que antes de vir para o Brasil em busca de uma vida melhor, era Capitão

⁴⁸Foram geradas algumas dúvidas acerca da paternidade de Bernardo. Bernardo Taveira (pai), afirmava em seu testamento que era solteiro e não havia deixado herdeiros. Contudo, instituiu a mãe de

da Cavalaria do exército português. Com ajuda e incentivo dos pais, Bernardo foi morar em São Paulo para estudar na Faculdade de Direito do Largo do São Francisco. Contudo, ele somente finalizou os estudos preparatórios por dificuldades financeiras da família. Após trabalhar um curto prazo em São Paulo e posteriormente no Rio de Janeiro, ocupando um cargo no escritório da casa Sousa & Irmão, voltou a morar no Rio Grande do Sul no ano de 1856, estabelecendo-se na campanha para dedicar-se a sua saúde, que estava fragilizada no período. No ano de 1866, já casado, Bernardo passa a residir em Pelotas, período em que a cidade viveu seu auge econômico e cultural. (GONÇALVES, 2015, p. 218).

Bernardo focou sua carreira nas letras, atuando, principalmente, como professor de português, história, retórica, filosofia, poética e de diversos idiomas, incluindo alemão, inglês, francês e latim. Ao analisar os papéis pertencentes ao Fundo Particular de Bernardo, localizado na Bibliotheca Pública Pelotense, é possível identificar muitos documentos escritos nas línguas supracitadas, além de alguns em italiano, espanhol, sueco e grego. Também existem listas de autores e notas fiscais de alguns livros adquiridos por ele que não estavam na sua língua materna. Ele ficou fortemente reconhecido como um grande tradutor e, em 1875, publicou um livro chamado *Poesias Alemãs*⁴⁹, em que apresenta traduções e originais de escritores alemães. Nos planos de aula construídos por Bernardo, percebe-se o conhecimento sobre áreas como gramática, física, lógica e linguística. Ou seja, a formação e os interesses intelectuais dele não são diferentes de alguns dos membros da Geração de 1870 como Tobias Barreto, Silvio Romero e outros (ALONSO, 2002). Apesar de não pertencer a uma família da elite política e econômica pelotense, ele foi certamente membro do que se pode chamar de uma elite intelectual dela, conquistando um lugar de prestígio principalmente nos locais de trocas culturais e sociabilidade frequentados pela aristocracia da época.

Esse aspecto se reflete a partir das entidades de ensino que colocavam o seu nome e de outros professores nos anúncios de jornais como uma forma de atrair novos alunos e demonstrar a qualidade de seu corpo docente e de suas acomodações. Sobre Bernardo, anunciavam: “[...] um dos nossos mais ilustres professores, a quem não falta capacidade, ilustração e método para ocupar com distinção o honroso lugar que lhe está confiado [...]” (GONÇALVES, 2015, p. 2019)

Bernardo Taveira Junior, Gertrudes Maria de Mello, como herdeira de seus bens e dívidas. A possibilidade mais plausível é que o escritor seja realmente filho do português Bernardo Taveira, no entanto seus pais não se casaram legalmente pelo fato de Gertrudes já houvera se casado uma vez e era viúva de Antonio Rodrigues, o que impossibilitava a legalização do novo casamento.

⁴⁹ O livro foi publicado pela tipografia Deutsche Zeitung.

A poesia foi mais de um dos aspectos que compôs a carreira intelectual de Bernardo. Segundo Gonçalves (2015), remete-se ao ano de 1857 um de seus primeiros registros literários: uma poesia em manuscrito, chamada *Num leito de dores*. Uma de suas principais publicações na década de 1860 foi o livro intitulado *Poesias Americanas*, editado pela tipografia *Arcádia*, da cidade de Rio Grande, “no prefácio, Bernardo queixava-se de não encontrar um editor para publicar o livro e afirmava que o maior pesadelo dos neófitos da literatura era o editor [...]” (GONÇALVES, 2015, p. 220). No contexto do período em que Bernardo vivia, era realmente difícil a publicação de um livro, e, além disso, era muito restrito o público que consumia a literatura neste formato. Segundo Gonçalves (2015) Bernardo era ciente que a publicação de suas poesias em periódicos abrangia uma parcela maior da população, de diferentes camadas sociais. Ademais, Bernardo foi autor ativo em dois periódicos literários do período: A revista literária *Arcádia* (fundada em 1867, na cidade de Rio Grande), e a *Sociedade Partenon Literário*⁵⁰ (fundada em 1868, na cidade de Porto Alegre), que tinha como publicação mensal a *Revista Mensal do Partenon Literário* (1869-1879). Ao manter contato próximo com os membros do Partenon, Bernardo dialogava com os principais intelectuais da capital da província, muitos deles republicanos, abolicionistas, maçons e críticos da Igreja católica.⁵¹

A obra de Bernardo que ganhou mais destaque e foi mais reverenciada pelos jornais do período foi a chamada *Provincianas*. Ela foi impressa pela tipografia da livraria evangélica, no ano de 1886, e trata sobre o tempo em que Bernardo se estabeleceu no interior da Província, narrando a província rio-grandense por meio de seus costumes e tradições. O seu último livro foi publicado no ano de 1888, e recebeu o título de *O enterro*. A obra abordava a libertação dos escravos no país, uma das questões que Bernardo debateu fortemente em periódicos da época, principalmente a partir dos anos de 1880 (GONÇALVES, 2015, p. 224).

Mais velho que a mocidade republicana pelotense que liderou o movimento nos anos 1880, Bernardo Taveira Junior utilizou toda a sua experiência, vantagem intelectual e oral, para atuar de modo ativo na propaganda republicana. Durante a

⁵⁰ Conforme a autora Regina Zilberman (1993), a literatura rio-grandense, tem seu início de fato, no mesmo período em que os escritores que formavam essa agremiação começam a publicar seus trabalhos.

⁵¹ Sobre o Partenon Literário, a trajetória de seus principais líderes e as ideias que defendiam ver SILVEIRA (2008).

década de 1880, permaneceu como orador do Club e Partido Republicano da cidade. Esteve à frente do movimento abolicionista e, nos seus inúmeros artigos e crônicas publicados na imprensa pelotense e região, debateu durante muitos anos as principais questões que permeavam principalmente os núcleos republicanos do país: abolição, federalismo, democracia e o próprio republicanismo, além de severas críticas ao regime vigente, como será visto de forma aprofundada no próximo capítulo. Entretanto, Bernardo nunca consolidou uma carreira política, ao contrário de outros colegas de partido. Nesse sentido, não devemos desprezar também a questão geracional. Velhos republicanos, como Apolinário Porto Alegre, Francisco Xavier da Cunha e próprio Bernardo talvez tivessem dificuldade em se inserir nos fechados círculos da juventude acadêmica republicana liderada por Júlio de Castilhos e Assis Brasil, por exemplo, apresentando mais um obstáculo às suas carreiras políticas.

Também não pode ser desconsiderada a hipótese de que Bernardo não almejava conquistar cargos políticos de alto nível, ou mesmo aqueles executados a nível local, e que tinha como principal objetivo nesta caminhada auxiliar, com seus escritos e discursos, nas grandes reformas nas instituições monárquicas, pretendidas por inúmeros republicanos do período. Mas é perfeitamente plausível também que o acesso ao mundo intelectual atingido por Bernardo não tenha sido suficiente para que ele ocupasse acento na Câmara municipal ou Assembleia Legislativa, após 1889, já que, ao fim, Bernardo não era pertencente a uma família com grandes posses ou envolvimento político. Ele nem ao menos conseguiu finalizar o curso de Direito em São Paulo, justamente numa época em que eles começavam a dominar os cargos políticos mais importantes (CARVALHO, 2003).

Não menos importante que estabelecer alianças com os membros das elites de outras regiões, o matrimônio, que também era encarado como um negócio entre famílias, podia ser um passo fundamental para a carreira de jovens ambiciosos. Entre os propagandistas pelotenses, existem claros exemplos de uniões matrimoniais que possivelmente serviram no auxílio do fomento de suas profissões, negócios ou carreiras políticas. Pode-se citar nesse contexto o caso de Guilherme Echenique, que contraiu matrimônio com Silvana Belchior da Cunha, filha do Barão de Correntes. Sua esposa, além de ser filha de um importante charqueador e político – o Barão foi eleito vereador e deputado provincial pelo Partido Liberal, além de conquistar o posto de comandante da Guarda Nacional – era irmã de um importante colega de partido de Guilherme, o propagandista Alberto Coelho da Cunha, que por vezes era mais

conhecido pelo codinome que utilizava na publicação de seus inúmeros artigos literários, Vitor Valpírio. Echenique, nascido em 1864, era filho de uma pelotense, Isabel Francisca de Carvalho e do argentino José Fidel Echenique, recém chegado na cidade em busca de asilo político por volta de 1850. Com a morte prematura de seu pai, Guilherme precisou começar a trabalhar jovem para ajudar no sustento de sua família, e com ajuda financeira de seu amigo Pedro Osorio, que no período era charqueador, fundou (em 1887) a Livraria Universal. Junto com seu irmão e sócio, Carlos Echenique, mais tarde abriu filiais da livraria em Porto Alegre e Rio Grande (SPALDING, 1969, p. 245).

No período da propaganda, Echenique atuou como secretário do Clube Republicano Pelotense, no ano de 1886, embora sua participação tenha ido muito além desse cargo. Com a sua Livraria, foi responsável pela publicação de livros sobre o movimento republicano, que possivelmente auxiliavam na doutrinação de colegas que não possuíam instrução escolar do mesmo nível, principalmente daqueles que se dedicavam a uma vida mais intelectual como Bernardo Taveira Junior e Alberto Coelho Cunha, ou que possuíam diplomas de ensino superior. Echenique esteve ligado a fundação e direção de alguns jornais pelotenses do período, como por exemplo, o periódico *A Penna*, e utilizou da imprensa também para atuar no movimento abolicionista pelotense. Após proclamada a República na cidade, ele participou do primeiro conselho consultivo, foi eleito vereador em 1891, posteriormente eleito vice intendente, além de Coronel da Guarda Nacional (SPALDING, 1969, p. 245). Portanto, o mundo das letras parece ter sido um percurso, entre outros possíveis, capaz de conferir prestígio junto ao grupo de jovens propagandistas. A participação e a circulação em clubes literários, na redação de jornais, em cafés, teatros e outros espaços de sociabilidade mais intelectualizados aproximava indivíduos de camadas sociais distintas, propiciava trocas de ideias, livros e informações, contribuindo para a ampliação da propaganda na cidade.

Diferente de Bernardo Taveira Junior e Guilherme Echenique, Alexandre Cassiano do Nascimento pertencia a uma família com maior poder econômico e prestígio político na cidade. Contudo, é plausível crer que não foi esse o principal suporte para o sucesso da carreira política atingido por Cassiano, que se tornou um dos nomes mais importantes da vida política gaúcha na Primeira República. Talvez a maior dissemelhança entre os três indivíduos seja a conquista de um diploma de nível superior e de todos os benefícios adquiridos quando Alexandre estava cursando

Direito, em São Paulo, que serão aprofundados nesta parte da pesquisa. Por mais que Bernardo e Guilherme também tivessem tido acesso a alfabetização, conhecimento e doutrinas político-partidárias e filosóficas, ao não ingressarem em um curso de nível superior, que só estivera presente em outras províncias neste período, privaram-se de um enorme leque de relações pessoais e políticas, que eram formados principalmente nas faculdades.

Alexandre Cassiano do Nascimento nasceu em Pelotas, no ano de 1859⁵². Filho de Casemira Lúcia Faria do Nascimento e Manoel Lourenço do Nascimento Filho, cresceu em uma família com influência política e econômica na cidade. O casal Manoel e Casemira Lúcia teve 4 filhos, o primogênito chamava-se Manoel, assim como o pai, o segundo filho, Alexandre, e duas meninas foram as suas irmãs mais novas, Fortunara e Casemira. (DOGENSKI, 2013). O pai de Cassiano era natural de Rio Pardo. Filho do português Manoel Loureço do Nascimento e da brasileira Gertrudes Alexandrina do Nascimento, esteve envolvido com a Revolução Farroupilha como coletor de impostos na cidade de Alegrete. As cidades que foram tomadas pelos farroupilhas durante a Revolução precisavam de coletores de impostos, e esse cargo foi ocupado por Manoel até meados do ano de 1840⁵³ (PORTO, 2013, p. 39). Assumiu o cargo de juiz de paz e vereador (em diversas legislaturas) em Pelotas após o término da Revolução. A partir da década de 1860, o seu poder político foi ampliado, exercendo o cargo de deputado provincial pelo Partido Liberal. Manoel esteve envolvido também na Guerra do Paraguai (1865-1870), desta vez, com ajuda militar e também financiando insumos para o exército, sobretudo com doações de cavalos para as frentes de batalha. Os seus esforços na Guerra renderam-lhe o título de Major Comandante da 1ª Seção de Batalhão de Infantaria de Serviço Ativo da Guarda Nacional da Província do Rio Grande do Sul. Faleceu em 1893, mas antes disso foi mais uma vez vereador em Pelotas, no ano de 1886 (DOGENSKI, 2013, p. 17).

⁵² A data de nascimento de Alexandro Cassiano do Nascimento aparece em discordância em diferentes fontes e trabalhos historiográficos. Conforme Larissa (sobrenome) (2013), o ano de 1859 parece ser a data correta de seu nascimento, a partir da análise do título de eleitor de Cassiano, juntamente com a entrevista concedida pela filha de Cassiano (Maria de Lourdes Nunes do Nascimento) ao jornal Diário Popular, no dia 6 de novembro de 1988. Contudo, alguns autores como Fernando Osório e Achylles Porto-Alegre, acreditam que a data correta seria o ano de 1856.

⁵³ No trabalho de conclusão de curso de DOGENSKI (2013), que não tem o Manoel Loureço Nascimento Filho como foco, e sim seu filho, Alexandre Cassiano do Nascimento, traz a informação de que Manoel também foi secretário particular de David Canabarro durante a Revolução Farroupilha, acentuando ainda mais sua contribuição com a Revolução.

Ainda que Manoel Lourenço tivesse sido comerciante e charqueador em Pelotas, não estava inserido entre as famílias mais ricas e tradicionais da cidade estudadas por Vargas (2016), o que não impediu que ele fizesse parte da elite pelotense, e formasse redes de relações econômicas, políticas e familiares importantes para o período. Sua filha Casemira, irmã de Alexandre, casou-se com Bruno Gonçalves Chaves, filho de Antônio José Gonçalves Chaves, pertencentes a uma das famílias supracitadas. Além disso, como já exposto anteriormente, Bruno Chaves esteve à frente do movimento republicano junto com seu então cunhado Alexandre Cassiano do Nascimento, como também com seu irmão Álvaro Chaves. Manoel Lourenço do Nascimento acabou se tornando um intermediário político dos charqueadores pelotenses com a capital da Província, e foi nesse contexto que adquiriu riqueza e prestígio social suficientes para inserir pelo menos um dos seus filhos na vida política imperial. Cassiano do Nascimento fez seus estudos preparatórios no Rio de Janeiro e, no ano de 1876, ingressou na Faculdade de Direito de São Paulo, lugar que colou grau no ano de 1880. Anos depois, ele se casou com a filha de Francisco Nunes de Souza, importante comerciante atacadista da cidade, que também foi vereador nos primeiros anos da República.

A questão que norteou o presente capítulo foi a seguinte: tendo em vista que uma parcela pequena dos propagandistas republicanos ocupou cargos políticos após proclamada a República, em 1889, e uma parcela menor ainda alcançou cargos da elite política gaúcha, os recursos utilizados para a hierarquização na obtenção desses postos precisaram ser discutidos. Como já afirmado neste texto e como outros autores também demonstram, as famílias eram constituídas em importantes atores políticos do período, de forma que é equivocado analisar os indivíduos de maneira isolada. Portanto, quando se analisa o grupo de republicanos com um olhar voltado para as relações familiares, percebe-se que alguns deles eram herdeiros de grandes fortunas, o que por si só já era um requisito importante para ingressar com vantagem na vida política nesse período (principalmente almejando cargos de nível provincial ou geral), mas, além disso, esses indivíduos também herdaram prestígio social e político que já estavam presente em suas respectivas famílias por décadas. O poder financeiro que possuíam proporcionou a entrada também na vida intelectual, logrando mais uma das características que os diferenciavam dos concorrentes políticos o diploma de ensino superior em direito, medicina ou engenharia. No período que passavam fora da província, mantinham contato com outros jovens propagandistas e

estabeleciam redes de relações que ajudariam a manter-se no poder após 1889. Estas características são menos presentes nas pessoas que configuraram os grupos A e B, ou seja, aqueles que não conseguiam ultrapassar a barreira provincial da propaganda.

É perceptível que em Pelotas, quanto maior a importância das lideranças políticas, dentro não só dos partidos liberal e conservador, mas também do republicano, mais intimamente ligados às famílias de ricos charqueadores eles estavam. Portanto, as altas lideranças republicanas eram pertencentes às mesmas famílias que durante as décadas anteriores dominavam a vida política e econômica da cidade. Em resumo, a proclamação da República conduziu ao poder político, pelo menos em Pelotas, um grupo de indivíduos do mesmo estrato social que os líderes monarquistas, mas com um ideário político renovado e um projeto de nação mais moderno, pelo menos em termos teóricos.

4 “A exemplar abnegação pela nossa causa”: a propaganda republicana e o debate público

Meu bom Guilherme [...] Releio tua excelente carta em resposta a que te dirigi a propósito da qualificação. É mais uma prova da tua exemplar abnegação pela nossa causa [...] Assim tivéssemos mais dois companheiros do teu quilate [sic], e o progresso do partido se unificaria em dois anos.

Álvaro Gonçalves Chaves (1886)

No dia 9 de setembro de 1886, Álvaro Gonçalves Chaves, que se encontrava em viagem pela província do Rio de Janeiro, escreveu para o então companheiro de partido, Guilherme Echenique. Na carta, ele ressaltava o quanto o trabalho de Guilherme, em Pelotas, o deixava satisfeito, e que ansiava por mais colaboradores como ele. Na divisão do trabalho político, nem todos atuavam como publicistas das ideias do partido, manifestando-se na imprensa ou em discursos públicos. A tarefa intelectual da propaganda cabia a poucos e executá-la com sucesso era uma preocupação constante.

Portanto, assim como o perfil social das lideranças do grupo, o debate público é importante instrumento de investigação do período da propaganda republicana na cidade de Pelotas. Entender melhor as posições defendidas pelos republicanos, e se havia também divergências em suas propostas políticas, é tão importante quanto os fatores que os diferenciavam no campo social. A história das ideias, como foi intitulada, tem suas questões conduzidas ao texto, discurso ou mensagem, sem deixar de compreender a contextualização. "O historiador que tome as ideias como objeto não as deve conceber como descoladas dos agentes-produtores e dos contextos de sua produção, entendidos ambos como processos históricos" (GRIJÓ, 2005, p. 91). Contudo, para essa fase da pesquisa, uma parcela pequena dos 142 republicanos listados pode ser estudada, predominando aqueles que pertenciam ao terceiro grupo aqui analisado, o grupo C. As principais fontes utilizadas para essa parte da pesquisa foram os periódicos *A Federação*, *A Discussão* e a *Revista Federal*, além de alguns documentos presentes em acervos particulares de republicanos da época, com atenção especial às atas do Clube Republicano Rio-Grandense.

Como descrito no capítulo anterior, na segunda metade do século XIX novas ideologias começaram a se espalhar pelo país. “Ideias novas” como chamou Grijó (2005), ganharam força principalmente na década de 1870, penetradas em uma “elite letrada”, e “em uma conjuntura histórica bastante tumultuada”, tanto na esfera internacional como na nacional. Para o autor, os historiadores que utilizam as ideias como objeto de estudo não podem idealizá-las de modo descolado dos seus agentes-produtores ou contexto no qual essas ideias estavam sendo produzidas.

As ideias passam, pois, a ser entendidas como o resultado de um cruzamento entre processos que seriam os da: 1) dinâmica histórica geral e específica, ou seja, o contexto histórico; 2) produção e posição relativa do produtor e seu discurso entre tantos outros produtores e discursos, ou seja, o que, quem e como se posiciona contra o que, quem e como enquanto produtor e divulgador de ideias; 3) publicização e recepção dos conteúdos, ou seja, como se atinge e quem se atinge, os destinatários dos discursos veiculadores de ideias. (GRIJÓ, 2005, p. 91)

Ainda, é importante ressaltar que essas novas ideias dispunham de um intenso acolhimento dentro das academias imperiais, principalmente as faculdades de direito do país, até mesmo tendo questões originando-se a partir destes espaços. Entretanto, não foram todas as regiões do país que essas “ideias novas” tiveram engajamento rápido. Em Recife, por exemplo, algumas escolas e professores se tornam referência neste quesito, enquanto em São Paulo, essas ideologias geram também grandes repercussões, mas que se dão principalmente na literatura e imprensa por parte de alguns professores e alunos das escolas e academia.⁵⁴

A Revista Federal fez parte dos assuntos abordados em quase todas as reuniões do Clube Republicano Rio-grandense, em consequência de ela ter sido produzida como forma de propaganda e doutrinação política desses indivíduos. A revista publicava mensalmente artigos e notícias, principalmente sobre o movimento republicano no país, além de severas críticas ao regime imperial, ajudando a diminuir a aceitação do mesmo, promovendo a ideia de que ele se encontrava em meio a uma crise de legitimidade. O seguinte trecho do jornal *A Federação*, do dia 13 de janeiro de 1887, elucida um pouco dos assuntos abordados por ela:

Temos a vista o n. 8 da Revista Federal, a excelente publicação do Club Republicano Rio-grandense estabelecido no Rio. Esse número correspondente ao mês de dezembro, contém, como os anteriores, bons artigos de sã doutrina, além das magnificas Efemérides republicanas e interessantes notícias sobre o movimento republicano no país. Ao artigo

⁵⁴ Como já foi dito, duas importantes obras sobre esse contexto relativo às novas ideias e a Geração de 1870 são os trabalhos de ALONSO (2002) e SCHWARTZ (1993).

inicial sobre assumpto de propaganda política segue-se o segundo artigo que o venerado publicista Saldanha Marinho escreve sobre a questão militar. Depois de ter no primeiro discutido a matéria sob o ponto de vista do direito constitucional e da legislação militar, o sábio jurisconsulto aprecia no segundo as represálias que o governo está exercendo contra os militares e demonstra que elas só podem ser funestas à seriedade do poder público, que assim se degrada e provoca resistência aos seus abusos.⁵⁵

Essa revista foi importante instrumento para a análise das ideias políticas dos propagandistas pelotenses. No dia 6 de fevereiro de 1886, na terceira reunião do Clube Rio-grandense, no Rio de Janeiro, foi lançada a ideia de criar um periódico que ajudasse a fortalecer a propaganda republicana. A revista foi criada no mesmo ano, sendo publicada seu primeiro número em 30 de Maio, contando com dois pelotenses na sua comissão redatora: Álvaro e Bruno Chaves, além dos correligionários Paula Maiwald e Romaguera Corrêa. Nessa primeira publicação, os redatores deixaram claro o seu objetivo com o periódico: propagar os ideais republicanos, analisando fatos passados e atuais para confirmar as suas doutrinas (ou seja, um uso político da História), também trazendo notícias do movimento no Brasil e exterior. Assim escrevia Álvaro Chaves, no texto que estampava a primeira página do periódico:

[...] Os Redatores da Revista Federal, mais do que fazer figura no jornalismo, alvejam utilizar a direção política de seu país, sob inspirações patrióticas do grupo, que os constituiu. [...] Eis porque insistiremos em reclamar, com empenho, a transformação do sistema monárquico, que nos atrofia e degrada, pelo republicano, que desenvolverá as nossas forças, nobilitando-nos com a consagração fiel da soberania do povo.⁵⁶

Em meados da década de 1880, muitos jornais e revistas como essa circulavam nas grandes e médias cidades do Império, nos auxiliando a compreender melhor a mobilização dos republicanos na sua propaganda. O uso da imprensa como fonte tem recebido muito destaque na historiografia brasileira. Tania Regina de Luca (2008) reuniu vários trabalhos que usaram a imprensa brasileira como fonte para escrever a história de determinadas épocas. Contudo, em 1970, eram poucos os textos que utilizavam esta metodologia, mesmo que já na década de 1930 a Escola dos Annales defendesse essa prática. A autora mostra como era forte a concepção de que os jornais não representavam os tipos de documentos usados na busca pela “verdade”. Os periódicos da época eram na sua maioria ligados a interesses partidários ou

⁵⁵ *A Federação*, dia 13 de janeiro de 1887, p. 1. Hemeroteca Digital - BNRJ

⁵⁶ *Revista Federal*, 30 de maio de 1886, p. 1. Hemeroteca da Bibliotheca Pública Pelotense.

movimentos sociais, que para vários autores caracterizavam a subjetividade e as informações parciais, como explicado pela autora:

Estabeleceu-se uma hierarquia qualitativa dos documentos para a qual o especialista deveria estar atento. Nesse contexto, os jornais pareciam pouco adequados para a recuperação do passado, uma vez que essas "enciclopédias do cotidiano" continham registros fragmentários do presente, realizados sob o influxo de interesses, compromissos e paixões. Em vez de permitirem captar o ocorrido, dele forneciam imagens parciais, distorcidas e subjetivas. (LUCA, 2008, p. 112)

As alterações ocorridas na disciplina de História nos fins do século XX, principalmente as que estavam ligadas a renovação temática buscada pelos historiadores, contribuíram também para um novo olhar sobre fontes históricas antes ignoradas. Tania de Luca cita alguns historiadores que começaram a utilizar a imprensa, seja para relatar a história dos jornais ou usá-los como fonte para descrever outras histórias. Vários são os exemplos de metodologias aplicadas aos periódicos, como o estudo dos significados do vocabulário e da escrita (para análise das variantes nos discursos políticos publicados em um determinado período a autora cita Arnaldo Contier (1973), como exemplo), da análise de interesses políticos, econômicos e sociais de pessoas ou grupos identificados na atuação de algum jornal (como feito por Maria Helena Capelato e Maria Ligia Prado (1974)) ou das páginas criminais, como fez Sidney Chalhoub (2001).

Assim sendo, nesta pesquisa utilizamos os jornais não apenas para rastrear as principais lideranças políticas envolvidas nos acontecimentos da época, mas também nas manifestações contrárias à monarquia, à escravidão e/ou artigos de ordem política e intelectual relacionados à propaganda. Nesse sentido, a metodologia se aproxima parcialmente da realizada por Angela Alonso (2002), tecendo análises mais aprofundadas a respeito dos aspectos sociais desse grupo de propagandistas, uma vez que, ao estudar a Geração de 1870, a autora, além de perseguir as trajetórias sociais dos principais membros, também analisou os seus escritos contestatórios, articulando uma história social da política com uma história social das ideias.

4.1 República, Democracia e Federalismo: algumas considerações acerca do discurso dos republicanos pelotenses

Nos últimos anos, vários trabalhos voltados para a história política analisaram como os republicanos espalhados pelo país entenderam, defenderam e

praticaram a propaganda, quando se tratou dos assuntos mais debatidos nas últimas décadas do governo imperial. Federalismo, democracia e abolição assumem papel de destaque entre as inúmeras questões debatidas pelas pessoas que advogavam pelo movimento republicano no país. É perceptível que nenhuma dessas questões tenha gerado uma posição homogênea entre os propagandistas, causando até mesmo cisões dentro de núcleos republicanos.

Existiu no Brasil um pluralismo do ideário republicano, amparado por meio do imaginário e dos símbolos. No texto *A Formação das Almas* (1990), José Murilo de Carvalho analisou pelo menos três modelos de república circulando nos últimos anos do século XIX: o republicanismo brasileiro foi alicerçado na disputa entre projetos baseados no liberalismo americano, no positivismo e no jacobinismo ao estilo francês. Esses modelos foram fundamentados nas ideias defendidas pelos seus respectivos círculos propagandistas. Assim como Karulliny Silverol Siqueira (2019) discutiu para a província dos Espíritos Santo, principalmente os temas de federalismo, representatividade e democracia, dentro do pluralismo do ideário republicano, buscaremos analisar a experiência republicana da cidade de Pelotas, destacando algumas das apropriações feitas pelos propagandistas da cidade com referência a temas caros ao movimento republicano nacional.

Bem como a própria concepção de republicanismo foi mudando ao longo dos séculos, sendo que o que se pensava por República no Brasil da década de 1880 não é o mesmo que a república de Veneza, no século XVII, ou a República clássica romana. Trata-se de um republicanismo que vai se difundindo pós Revolução Americana e Revolução Francesa e que chegaram ao Brasil ainda no século XVIII, guiados pelo iluminismo e que começaram as primeiras reivindicações contra a autoridade da Corte portuguesa. Esses ideais estiveram presentes em várias revoltas do período Imperial, representados na luta de várias camadas sociais, mas podiam ser vistas desde o período colonial. A elite da Inconfidência Mineira em 1789 é um exemplo, assim como os artesãos e soldados de Salvador em 1798. No Rio Grande do Sul, considera-se a Revolução Farroupilha como uma destas experiências republicanas, na qual foi proclamada em Jaguarão (1836) uma República Rio-Grandense, e posteriormente, liderada por Bento Gonçalves, uma República em Piratini (1838). Essas revoltas divergiam em alguns aspectos, mas o sentimento separatista era mantido em comum (VAINFAS, 2002, p. 264).

Mesmo não existindo partidos políticos no Brasil antes de 1837, algumas organizações políticas tiveram início já no período Regencial. Pode-se falar também de eventos que acarretaram em movimentos políticos, como, por exemplo, a abertura das Câmaras, em 1826, em que ocorreu, pela primeira vez, uma assembleia de deputados e senadores. Isso ajudou a iniciar uma ação de caráter liberal, que tinha como objetivo proporcionar uma resistência para algumas práticas realizadas por D. Pedro I. As organizações políticas que existiram antes da Independência do Brasil possuíam um caráter mais sigiloso, consideradas mais como “sociedades secretas” do que propriamente partidos políticos, e foi depois da Independência que surgiram organizações mais públicas (CARVALHO, 1999, p. 204).

Após a Abdicação de Dom Pedro I, esse grupo de liberais que fora criado para resistência não se manteve unido. Alguns apenas queriam que o imperador realizasse os princípios constitucionais, mas uma pequena parcela mais radical já possuía uma corrente Republicana. Três novos grupos políticos surgiram no Brasil após a abdicação, os chamados moderados, que buscavam manter as estruturas do governo vigente. Os exaltados ou farroupilhas, que queriam mudanças na constituição e adotavam um liberalismo mais radical. E os caramurus, que lutavam pela volta do Imperador ao trono brasileiro. A morte de D. Pedro I trouxe mudanças para essas organizações políticas, uma vez que os Caramurus, não possuindo mais objetivos para manter o movimento, se aliaram aos moderados (GUIMARÃES, 2002, p. 563).

Foi apenas durante o período Regencial que as conformações partidárias começaram a ficar mais nítidas, quando organizados os dois principais partidos da época Imperial. O Partido Conservador teve origem da aliança entre ex-moderados e ex-restauradores, defendendo causas como o fortalecimento do poder central e o maior controle da magistratura e da polícia. E o Partido Liberal, que surgiu da organização de defensores da lei descentralizadora, que legitimavam uma maior autonomia provincial e a separação da polícia e a justiça. Em 1864 surge o Partido Progressista que era formado por dissidentes conservadores e liberais históricos, apresentando pela primeira vez um programa partidário, mas tendo efêmera duração.⁵⁷ (GUIMARÃES, 2002, p. 566).

⁵⁷ O Partido Progressista chega ao fim em 1868 com a queda do Gabinete de Zacarias. O liberal Zacarias Góis de Vasconcelos é substituído pelo conservador Joaquim José Torres Rodrigues, e essa troca foi entendida como um golpe de Estado pelo Partido Liberal.

Os republicanos brasileiros possuíam um amplo leque de exemplos para inspiração. Até que se formasse a primeira grande República moderna — os Estados Unidos da América — o seu conceito foi empregado a diferentes formas de governo, que foram desde o Senado permanente de Esparta, até as nobrezas hereditárias dos Países Baixos. Contudo, o que não divergia no conceito para os fundadores da República eram suas bases filosóficas, em que o interesse individual e a felicidade pessoal vinham em primeiro lugar, tendo como inspiração o chamado utilitarismo de Hume⁵⁸. Existiram, também, três modelos de República francesa, sendo o primeiro e terceiro modelo pontos de referência para outros países. Foram os ideais da terceira República francesa que chegaram até o Brasil no período que está sendo estudado, por intermédio de diversos autores, incluindo também os positivistas, que sendo ortodoxos ou heterodoxos, se guiavam pelos textos de Comte, principalmente o *Appel aux conservateurs*, publicado em 1855 (CARVALHO, 1990, p. 18).

O partido republicano surge da radicalização de alguns liberais, unidos a dissidentes progressistas, que já em 1866, contrariados com a moderação do programa progressista, lançaram o movimento liberal-radical, que teve seu programa publicado pelo jornal *A Opinião Liberal*. Esse programa, que foi considerado o mais avançado do Império, se concentrava em extinguir definitivamente algumas instituições que os liberais queriam apenas reformar. Falava em extinguir o Poder Moderador, a Guarda Nacional e até mesmo a escravidão, sem indenização aos proprietários (COUTO, 2019, p. 4). Em 1870 ocorreu o pontapé inicial para a sua formação, quando o Manifesto Republicano é lançado no Rio de Janeiro. O Manifesto teve 57 assinaturas, sendo a de Saldanha Marinho (Deputado e ex-Presidente das províncias de Minas Gerais, São Paulo e Pernambuco) uma das poucas assinaturas políticas. Os escritores do Manifesto solicitavam o sistema federalista, culpando o centralismo do poder, pela má administração que vinha sendo feita. Para eles, a Corte concentrava parte gorda das receitas e distribuía mal para as províncias, além de controlar a nomeação de empregados públicos que podiam ser da alçada dessas localidades, desatando a lentidão da burocracia imperial. Claro, solicitavam também a implantação da República e de uma Assembleia Constituinte, pois o problema era do arranjo institucional, que precisava ser reformado. Assim sendo, os republicanos

⁵⁸ O Utilitarismo é uma doutrina ética, no que diz respeito a ações e felicidade. Para serem consideradas boas ações, elas precisam promover a felicidade, e quando promovem o oposto, são consideradas más ações.

começam a se organizar no Rio Grande do Sul no início da década de 1880, e é isso que trataremos a seguir (CARVALHO, 1999, p. 204).

Conforme José Murilo de Carvalho (2011) as províncias de São Paulo e Rio de Janeiro tiveram os principais núcleos do movimento republicano no país, tendo um partido com capacidade de competição eleitoral e maior organização e disciplina somente em São Paulo. Na origem do partido fluminense, as adesões vinham de pessoas pertencentes às camadas médias urbanas, que na sua maioria esmagadora apresentavam profissões liberais. Ao passo que, em São Paulo, a maioria dos membros do partido era formada por cafeicultores ou seus familiares (COUTO, 2019, p. 5). De maneira modesta, surgiram grupos republicanos também no Rio Grande do Sul, Minas Gerais, Pernambuco e Pará, e durante todo o período de propaganda republicana no país os partidos tiveram “vida irregular e muito diversificada geograficamente”. Usaram, na maioria das vezes, as mesmas ferramentas de propaganda utilizadas pelos partidos monárquicos, a imprensa, os livros e panfletos, e um artifício difundido pelos mais radicais: as conferências públicas (CARVALHO, 2011, p. 142.)

Como dito anteriormente, na sua maioria, os homens que configuraram as candidaturas do partido republicano pelotense e estavam à frente das comissões diretivas do Clube e Partido conquistaram cargos políticos após proclamada a República no Brasil. Contudo, a parcela de indivíduos que era oriunda de famílias pertencentes à elite econômica ou política da cidade, e que tiveram papéis importantes na propaganda republicana de outras províncias (pois passaram alguns dos anos da década de 1880 concluindo seus estudos, principalmente no Rio de Janeiro e São Paulo), atingiram cargos políticos de nível estadual e federal, se tornando deputados, senadores e até mesmo ministros de Estado. Já aqueles que não eram pertencentes às elites políticas e econômicas da região, nem tinham seus familiares envolvidos com a alta política monarquista, como no primeiro grupo supracitado, e estiveram à frente do movimento somente na cidade de Pelotas, tiveram a sua atuação política após 1889 reduzida ao nível local, se tornando vereadores, intendentes, e fazendo parte das primeiras “Juntas administrativas” da cidade.

Mesmo que todos os regimes políticos vigentes possuíssem uma parcela da sociedade descontente, o cenário político não estava aberto de forma igual para todos

(ALONSO, 2002, p. 102). Nesse sentido, as pessoas que possuíam acesso a recursos, principalmente da imprensa, para tornar públicas suas críticas, tinham uma enorme vantagem. E a maior parte dos propagandistas pertencentes ao grupo C estava envolvida com a imprensa em Pelotas ou fora da cidade. Entre os periódicos e revistas que foram fundados ou administrados por alguns republicanos pelotenses, sempre em companhia de outros correligionários, estão: *A Discussão* e o *Diário Popular* de Pelotas, *A Federação* (Porto Alegre), *A República* (SP) e a *Revista Federal* (RJ).

Mais um fator importante a ser destacado, e que torna esse grupo de republicanos privilegiados dentro do movimento, são as experiências acadêmicas que tiveram nos anos que antecederam a proclamação da república. A aquisição de um diploma de nível superior, como explica Angela Alonso (2002), era quase que exclusivo dos membros das elites econômicas do país, visto que menos de 1% da população livre do Brasil obtinha formação superior. Além de poderem frequentar as livrarias, gabinetes de leitura e teatros, que estavam disponíveis em Pelotas, passaram alguns anos estudando em outras cidades, como São Paulo e Rio de Janeiro, aumentando ainda mais sua rede de contatos intelectuais. E, ao longo dos anos de 1870, uma movimentação política-intelectual acabou ganhando força nas faculdades imperiais que esses jovens estavam frequentando. Entretanto, essas faculdades não eram autônomas no sentido de formar esses grupos de jovens opositores, mas sim eram locais onde assuntos de debates políticos repercutiam rapidamente.

Além disso, alguns membros do clube e partido republicanos, tiveram a oportunidade de viajar ao exterior, principalmente para aprofundar os estudos relacionados a suas profissões, como noticiado no periódico *A Federação* algumas vezes.⁵⁹ Todos esses fatores contribuíam para que adentrasse nesse círculo de republicanos todas as novidades políticas e ideológicas dos movimentos, dentro e fora do país. Como descrito por Saccol (2013), quando analisa os propagandistas republicanos das cidades missioneiras e da campanha do Rio Grande do Sul, provavelmente alguns trechos dos livros, que somente uma parcela deles tinha acesso, eram lidos de forma didática nas reuniões do clube, como uma estratégia de

⁵⁹ Por exemplo, foi noticiado 26 de dezembro de 1886 a viagem à Paris de José Cypriano Nunes Vieira (pertencia a comissão de qualificação do partido), ou a volta da Europa de Victor Brito (Vereador eleito pelo partido republicano em 1882), noticiado em 3 de abril de 1884.

doutrinação dos correligionários, que em muitas das vezes possuíam pouca ou até mesmo nenhuma instrução.

Em resumo, uma boa parcela dos republicanos que estavam à frente do movimento na cidade possuía os três pilares essenciais para perpetuar os ideais republicanos de forma significativa: a imprensa e o acesso ao nível superior como já citado, e por último e não menos importante, o contato direto com membros do movimento de outros lugares da província e do país, além de relações com chefes políticos tradicionais, que em algumas situações eram membros das suas próprias famílias.

Álvaro José Gonçalves Chaves é um grande exemplo de destaque na propaganda republicana pelotense por possuir todos os privilégios citados acima. Como já foi dito, era oriundo de família que concentrava recursos políticos, sociais e econômicos, sendo filho e neto de políticos províncias, charqueadores e pessoas influentes intelectualmente. Formou-se na Faculdade de Direito de São Paulo, e junto de seus irmãos Bruno Chaves (Médico) e José Gonçalves Chaves (Engenheiro), atuou não só no movimento em Pelotas, mas também fora da província. Apesar de ter concluído seus estudos em 1883, continuou frequentando as agremiações republicanas de São Paulo e Rio de Janeiro (que o próprio ajudou a fundar) nos anos posteriores. Nessas viagens, Álvaro Chaves teve a oportunidade de reforçar as relações com pessoas que estavam à frente do movimento no país. Nas atas que descrevem as sessões do Clube Rio-grandense, as reuniões que contavam com a presença de Álvaro Chaves também eram frequentadas por Alberto Salles⁶⁰, Quintino Bocayuva⁶¹ e Antônio da Silva Jardim⁶², ou seja, ele estava em contato direto com algumas das principais lideranças republicanas do país.

Além disso, Chaves também usava esses contatos para levar novas informações para o movimento em Pelotas, e um importante exemplo a ser citado sobre essa constatação é a publicação do livro “*Cathecismo Republicano*”, pela editora do também propagandista pelotense Guilherme Echenique. Esse Livro foi

⁶⁰ Alberto Salles era irmão de Campos Salles. Os dois eram importantes nomes da propaganda republicana paulista. Campos Salles chegou a exercer o cargo de Presidente da República (1898-1902).

⁶¹ Quintino Bocayuva foi um jornalista e político brasileiro, ficou conhecido pela sua atuação no movimento republicano. Foi o primeiro ministro das relações exteriores da República, de 1889 a 1891, e presidente do estado do Rio de Janeiro, de 1900 a 1903.

⁶² Antônio da Silva Jardim foi um advogado, jornalista e político brasileiro. Era formado na Faculdade de Direito de São Paulo e teve grande atuação nos movimentos abolicionista e republicano, particularmente no Rio de Janeiro.

escrito por Alberto Salles e utilizado como forma de doutrinação política entre os líderes do movimento. Foi publicado pela primeira vez em São Paulo e, por intermédio dos pelotenses que eram membros do Clube 20 de Setembro, chegou até a cidade de Pelotas para ser publicado pelo também propagandista Guilherme Echenique. Pode-se presumir que, embora fosse minoritário, se comparado aos conservadores e liberais, o movimento na cidade estava bem amparado. De um lado, pessoas que tinham atuação local na propaganda, acesso à imprensa e até mesmo a uma editora, algo possível só nas grandes cidades. Do outro lado, homens que tiveram todo o privilégio aqui já citado e a oportunidade de entrar em contato com livros, ideias e teorias políticas e ideológicas para doutrinação e fortalecimento do movimento.

Como já foi dito, o Partido Republicano foi fundado no ano de 1870, quando publicou na imprensa do Rio de Janeiro o seu famoso manifesto. Seus primeiros membros foram liberais radicais, que já não viam mais a possibilidade de efetivar dentro do regime monárquico as reformas que defendiam. Desde 1860 esses homens vinham lutando por reformas políticas e sociais, entretanto, a transformação desse radicalismo liberal em republicanismo acabou representando um retrocesso nessas lutas, já que a nova concentração dos debates se formou em torno da forma de governo - monarquia ou república. Além disso, alguns temas foram deixados para trás de forma estratégica, por serem questões consideradas um tabu político, como, por exemplo, a abolição da escravatura ou a reforma da estrutura agrária, tendo os textos mais importantes dos propagandistas republicanos dedicados a discutir o regime político e a forma de organização do Estado. No entanto, houve uma novidade no debate dos liberais radicais que se tornariam republicanos: a utilização de novos autores para sustentar suas opiniões. O fato de citarem personalidades europeias já era um recurso usado por muitos, contudo, nos debates da década de 1870, houve uma clara impregnação do positivismo, do evolucionismo e do biologismo, acrescentando ao debate autores como, por exemplo, A. Comte, H. Spencer, Haeckel, Littré e Teófilo Braga (CARVALHO, 2011, p. 154)

A retórica anterior valorizava a história e a ação política, sob o grande guarda-chuva filosófico do individualismo. O estilo pós-1870 trazia a marca do cientificismo e das grandes filosofias da história que se diziam científicas, típicas do século XIX, o positivismo, o evolucionismo, o biologismo (o marxismo só chegaria ao país no século XX). A história mesma foi esvaziada da agência humana e passou a ser regida por leis naturais. (CARVALHO, 2011, p. 154)

Tornou-se cada vez mais comum o uso do vocabulário científico e noções evolucionistas para justificar a implantação da república no país. Não é difícil de detectar o “linguajar” positivista nos textos de vários republicanos nesse período. Os debates incluíam com frequência falas sobre anarquia mental e moral, ordem e progresso, evolução e, principalmente, falavam sobre ciência política. A última, foi uma questão bastante debatida pelos republicanos pelotenses em artigos publicados na imprensa. Acreditavam possuir uma superioridade nos debates políticos, por se basearem em argumentos vindos da “verdadeira ciência política”. Com isso, o governo monárquico vinha sofrendo diversas derrotas diante do republicano, não necessariamente nas urnas, mas sim em debates. Eles usavam como exemplo, os ataques dos monarquistas contra os republicanos, que além de falsos, eram ignorantes, pois eram fáceis de serem derrotadas.

[...] Os nossos monarquistas se apressam logo em declarar que o Brasil não pode ser República, pois não temos tradições republicanas em nossa história e que este povo sempre foi partidário da monarquia. Admitindo mesmo que tais razões pudessem ferir rudemente os nossos argumentos em favor da República no nosso país, o que não se verifica; pois que si assim fossemos conduzir e basear os nossos raciocínios nunca teríamos governos republicanos no mundo, mesmo assim, ainda temos a soberana sanção dos fatos que se encarrega de derrocar energicamente as falsidades dos monarquistas ou mostrar-lhes a sua ignorância na história política do país.⁶³

O Partido Republicano Rio-Grandense (PRR) não tinha problemas em admitir que possuía uma inferioridade numérica de adeptos, mas acreditava ser superior no quesito das ideias que a agremiação defendia. “Assim, sustentava-se que o PRR era “superior a todos os grupos adversos, pela grandeza de ideal, pela determinação segura de objetivo e pelo prestígio moral de que investem as suas ideias”.” (SACCOL, 2013, p. 154).

Dez anos após a publicação do primeiro Manifesto Republicano no país, os propagandistas pelotenses lançaram também o seu, dando ponta pé inicial ao movimento na cidade. Ademais, a publicação serviu para lançar uma chapa de candidatos que eram adeptos ao movimento republicano e a cargos políticos em Pelotas. Diferentemente do Manifesto de 1870, o texto era mais curto e objetivo, mas pode ser considerado também um texto moderado, com várias críticas ao regime monárquico e aos partidos Liberal e Conservador, mas sem ideia de extinguir as instituições criticadas. Talvez a maior diferença entre os dois manifestos seja a

⁶³ Revista Federal, 30 de janeiro de 1886, p. 3. Hemeroteca da Bibliotheca Pública Pelotense.

menção à questão abolicionista, que não existiu no texto de 1870, mas foi abordada pelo manifesto pelotense. Evidentemente deve-se levar em consideração o espaço de tempo entre eles, e o ganho de força que o movimento abolicionista recebeu a partir da década de 1880. Entretanto, mesmo defendendo a libertação dos escravizados, se advoga que ela aconteça mediante indenização aos seus senhores, “reclama a emancipação dos cativos com garantias de propriedade e os ministros e os deputados escravagistas apertam na destra o látigo ensanguentado com que martirizam os seus semelhantes”.⁶⁴

Neste caso é importante lembrar o leitor que a base da economia pelotense nesse período ainda era a produção de charque, que também ainda tinha a mão de obra cativa como fundamental. Os empresários escravistas foram os proprietários mais ricos da província durante o século XIX, abatiam milhões de cabeças de gado e concentravam milhares de cativos, fazendo com que a cidade de Pelotas fosse destaque como um grande complexo charqueador do Império. Conforme Jonas Vargas (2016), é preciso perceber a ligação do charque com a manutenção do tráfico atlântico e da escravidão, inserindo Pelotas no *tasajo trail* atlântico, que era o circuito mercantil lucrativo, em que o produto principal era produzido por escravizados e destinado para o consumo desses trabalhadores cativos, gerando uma rota mercantil que ligava duas regiões (Rio da Prata à Cuba) e conectando duas atividades produtivas em que a escravidão era fundamental (VARGAS, 2016, p. 20). Pela importância da escravidão na cidade, não causa surpresa a necessidade de eles terem que se posicionar com relação ao movimento abolicionista, mesmo que de forma mais conservadora, defendendo a via da indenização aos senhores.⁶⁵

Entretanto, em nenhum momento foram utilizadas as palavras federação ou federalismo no manifesto pelotense, mas se falava muito na autonomia dos municípios. “O começo da luta deve partir da eleição de hoje, porque os municípios, sem autonomia participam em larga escala dos males que oprimem esta nação”.⁶⁶ A questão federalista foi utilizada nos discursos republicanos espalhados pelo Brasil, de modo a denunciar a centralização excessiva do estado monárquico. Contudo, ao contrário dos americanos, os propagandistas republicanos do Brasil exibiram o

⁶⁴ Manifesto Republicano pelotense, publicado em boletim no ano de 1880. O documento foi transcrito por Fernando Osório em seu livro “A cidade de Pelotas”, volume I, 1997.

⁶⁵ Sobre esse debate, ver ALONSO (2015).

⁶⁶ Manifesto Republicano pelotense, publicado em boletim no ano de 1880. O documento foi transcrito por Fernando Osório em seu livro “A cidade de Pelotas”, volume I, 1997.

federalismo como a transferência da centralização imperial para uma centralização provincial. Desse modo, o significado acabava sem relação alguma com a tradição liberal e individualista americana, que presumia o direito requerido pelos indivíduos. “A ideia federalista, no sentido brasileiro, significava novas formas de domesticação e exclusão do *demos*” (SIQUEIRA, 2019, p. 482). É importante destacar que o significado do conceito de federalismo podia ser entendido de formas diferentes dependendo da região do país. Por um lado, a federação reivindicava uma maior ou total autonomia para as províncias do país, por outro, usou-se essa questão também para reivindicar que era indispensável o aumento da autossuficiência municipal, para que as decisões não ficassem a cargo apenas das grandes capitais. Pode-se citar como exemplo as contestações do grupo de republicanos do 2º círculo do Espírito Santo.

Para os republicanos do sul do Espírito Santo, a retórica que engajava o federalismo na propaganda local trazia também em si a valorização das câmaras municipais diante das prerrogativas políticas, o que demonstra a demanda pela valorização do município de Cachoeiro de Itapemirim. (SIQUEIRA, 2019, p. 481)

A questão de uma maior autonomia dos municípios foi amplamente defendida nos periódicos que os propagandistas pelotenses fundaram ou dirigiram. Na Revista Federal, mais de uma vez essa questão foi abordada. Em um artigo intitulado “A autonomia municipal”, os redatores clamavam por reformas também nas câmaras municipais, que possuíam “escassas liberdades” e, por conseguinte, o progresso do país é retardado, a vontade popular é menosprezada, já que todos os ramos da administração sofrem com a centralização do poder.

Se todas as nossas instituições estão a pedir reformas, sem dúvida não poderemos esquecer as câmaras municipais como corporações, que mais necessitam de meios que lhe garantam a sua liberdade de ação, a sua autonomia.⁶⁷

Este clamor por uma maior autonomia nos municípios, plausivelmente ficou a cargo daquelas cidades que não eram capitais de suas províncias, mas possuíam uma economia tão desenvolvida quanto. Assim como a denúncia da centralização excessiva do estado monárquico pela província paulista, que mesmo com posição de destaque na produção cafeeira via as tomadas de decisões (principalmente econômicas) sendo feitas por políticos da capital do país, a nível municipal, cidades como Cachoeiro de Itapemirim e Pelotas, respectivamente das províncias do Espírito

⁶⁷ A *Federação*, 30 de junho de 1886, p. 1. Hemeroteca Digital - BNRJ

Santo e Rio Grande do Sul, pediam a valorização das câmaras municipais diante dos privilégios políticos.

Os partidários da causa republicana explicavam ao povo capixaba que desejavam a república federal porque apenas nessa forma de governo as províncias possuíam a prerrogativa de nomear seus governadores, assim como administradores nos municípios. Era a federação, segundo eles, que definia a função do Estado como garantidor de direitos, respeitando as autonomias, derrubando a prevalência do centralismo político, que, para os republicanos, apenas sustentava a aristocracia burocrática: “a república federal é a distribuição da vida por todo corpo social”. (SIQUEIRA, 2019, p. 482)

Pelotas, como elucidado no primeiro capítulo desta pesquisa, entre as décadas de 1850 e 1890, testemunhou o rápido desenvolvimento de sua economia - que nesse período pode ser comparado a da capital da província, Porto Alegre - a partir principalmente da prosperidade de sua produção de charque. Não só economicamente, mas também urbana e culturalmente, a cidade se destacava na província. Todavia, ficava a cargo do presidente da província e sua burocracia as principais decisões sobre como gerir essa riqueza, que possivelmente ajudava também a transferir recursos para a capital. Não custa lembrar que era a Assembleia Provincial que aprovava os orçamentos municipais e que o cargo de Intendente (prefeito) seria somente implantado na República. Álvaro Chaves foi um dos propagandistas pelotenses que mais incitou esse debate, defendendo a autonomia dos municípios e suas câmaras municipais diversas vezes em artigos escritos para a Revista Federal. No dia 31 de outubro de 1886, ele escrevia:

Acorrentadas por insuportável centralização, as nossas entidades municipais e provinciais veem-se privadas de autonomia nas mais simples deliberações. [...] Aos cidadãos os que lhes pertence, aos municípios a sua liberdade, às províncias a sua autonomia, à nação a sua unidade. A república federativa é a consagração d'esse legítimo sistema.⁶⁸

O federalismo foi umas das bandeiras mais celebradas dentro do republicanismo e, na maioria dos casos, as divergências surgiam apenas em torno da forma que esse sistema deveria assumir. Entre os republicanos paulistas e rio-grandenses, essa demanda foi mais vigorosa do que as demais regiões do país. Segundo Carvalho, mesmo que o federalismo fosse um conceito forte dentro do movimento, o próprio entendimento dele era confuso, pois alguns republicanos o enxergavam como descentralização, alguns como federação, e até mesmo alguns como confederação. Ou seja, no primeiro caso, a delegação de competências de uma

⁶⁸ A *Federação*, 31 de dezembro de 1886, p. 1. Hemeroteca Digital - BNRJ

parte do governo para a outra. No segundo, o Estado seria composto por diversas entidades territoriais autônomas, com um governo próprio. E por fim, no terceiro exemplo, seriam a associação de Estados soberanos que eventualmente poderiam adorar uma constituição comum (CARVALHO, 2011, p. 151).

Existiam também os defensores de um “federalismo menos desastroso”, para que pudesse sobreviver a União, concentrando a maioria desses republicanos no norte do país, mas tendo apoiadores de diversas outras províncias. Como exemplo, Carvalho (2011) traz o senador do Paraná, Ubaldino do Amaral, que lastimava as falas dos correligionários que não pensavam nos interesses da União e sim de seus estados, principalmente com ameaças de separação. Silva Jardim foi o propagandista que chegou mais perto da defesa de uma república unitária como a francesa. Ele não mencionava em seus discursos ou textos a palavra federalismo, sempre utilizando descentralização política para apoiar sua preferência pela União. O autor também citava os livros de Assis Brasil e Alberto Salles para elucidar a diferença do nível na defesa ante o federalismo. No primeiro texto, o próprio nome “A República Federal” já demonstrava a não separação de república e federação pelo autor. Já o livro de Alberto Salles, “Política Republicana”, não trazia essa questão de forma tão radical, e chegou a admitir em alguns momentos que o centralismo pudesse ser ambicionável (CARVALHO, 2011, p. 151-152).

O Partido republicano Rio-grandense, fundado em 1882, teve como principal base a doutrina positivista. Os seus membros fundadores, maioria acadêmicos egressos recentes da Faculdade de Direito de São Paulo, empenhavam-se em apresentar a agremiação como um “partido de ideias”, e não uma entidade movida por interesses particulares ou de algum grupo social específico. Ao longo dos anos de propaganda republicana, o PRR defendeu um sistema de governo republicano e federativo, a moralização da política nacional e a abolição do trabalho escravo. Conforme Saccol (2013), principalmente a partir de Júlio de Castilhos, uma das lideranças do PRR e redator e principal escritor do periódico *A Federação*, o partido tentava se mostrar como uma opção diferente de todos os outros partidos hegemônicos do período. Inclusive reivindicando a integridade do sistema eleitoral, “Castilhos enfatizava que a postura do PRR era a de um partido que não corrompe, que não engana e que não faz promessas sedutoras” (SACCOL, 2013, p. 153),

diferente dos Liberais e Conservadores, que Castilhos acusava de utilizar várias estratégias para captura de votos, especialmente as clientelísticas.

Para enfatizar ainda mais a postura que o PRR pretendia adotar nas eleições, em uma Convenção no ano de 1882 foi gerado uma espécie de código de condutas que deveria ser seguido pelos republicanos a fim de aumentar o número do eleitorado, além de evitar qualquer tipo de negociação de votos ou alianças políticas com indivíduos dos partidos monárquicos. Entretanto, o único republicano eleito deputado provincial pelo partido antes de proclamada a República, Assis Brasil (que já gozava de atributos que o eleitorado reconhecia como favoráveis para o cargo que ele pretendia ocupar), utilizou o apoio de conservadores para conquistar o cargo nesta legislatura, a partir da aliança com monarquistas, quando Severino Ribeiro, que era chefe do Partido Conservador no 3º círculo, recomendou a seus eleitores que votassem no candidato republicano (SACCOL, 2013, p. 169).

Nos discursos dos propagandistas pelotenses, a questão de uma maior integridade do sistema eleitoral também foi debatida e defendida ao longo dos anos. A maior preocupação, nesse caso, era de que a vontade popular fosse realmente respeitada por meio do único “modo legítimo, pelo qual uma nação possa influir diretamente na gestão de seus próprios negócios”⁶⁹: a eleição. Na última publicação da Revista Federal, do ano de 1886, seus editores protestavam pela falta de imparcialidade e justiça que esses escrutínios apresentavam:

Com efeito, vejamos como fazem as eleições os corypheus da monarquia, os quais fingindo bandos separados e inimigos se intitulam um liberal e o outro conservador e aproveitamos a ocasião para, fazendo um paralelo entre os sistemas por eles seguido e o que é adotado pelo partido republicano, mostrar a superioridade de meios, que a forma democrática apresenta sobre o regimento monárquico.⁷⁰

E ainda almejavam que quando as eleições fossem realizadas

[...] Elas deverão revestir um caráter de severa imparcialidade e de justiça, abrangendo os votos de todos os cidadãos aptos a compreensão de seus deveres e direitos e interessados direta ou indiretamente no bem geral. Tais

⁶⁹ A Revista Federal, 31 de dezembro de 1886, p. 1. Encontra-se na hemeroteca da Bibliotheca Pública Pelotense.

⁷⁰ Revista Federal, 31 de dezembro de 1886, p. 1. Encontra-se na hemeroteca da Bibliotheca Pública Pelotense.

são as normas de proceder de toda a nação que tem pleno conhecimento de seus direitos e que aspira aos foros de uma verdadeira autonomia.⁷¹

Os republicanos evidentemente acreditavam que o governo monárquico era o oposto de democracia, pelo motivo de estar no comando do país uma família privilegiada, que não havia sido eleita pela nação. Fora rejeitado radicalmente sua legitimidade pelo Manifesto de 1870, mesmo que aprovado na constituição do Império, o que no período se intitulava como sistema misto de governo, em que uma monarquia constitucional se difundia o princípio de hereditariedade do chefe de Estado e a representação popular. A Democracia só existiria no país, segundo os republicanos, “quando o parlamento eleito exercesse a suprema direção política.” (CARVALHO, 2011, p. 146). Logo, nesse contexto da propaganda, república e democracia foram defendidas por muitos como iguais, e esse seria a única forma de governo possível a trazer democracia para o país.

A mesma posição foi defendida por Assis Brasil em *A República Federal*, publicado em 1881. Segundo ele, “O caráter essencial da república é a ausência absoluta de privilégio de toda e qualquer espécie; por isso, só há democracia na república”. Ou ainda: “Toda república é democrática, isto é, o governo de todos por todos”. Ainda: “República é a forma de governo constituída pela democracia” (CARVALHO, 2011, p. 146).

Entretanto, nem sempre os significados de conceitos abordados pelos republicanos eram entendidos da mesma maneira. Para aqueles com uma orientação ideológica mais positivista, como, por exemplo, Júlio de Castilhos, no Rio Grande do Sul, e o fluminense Silva Jardim, república e democracia eram descritas, em seus textos, de forma separadas. Democracia “seria, nos termos da concepção comtiana, característica do estado metafísico da humanidade que sucedeu ao estado teológico, e que deveria ser substituído pelo estado positivo”. Além dessa ser a posição minoritária entre os republicanos, ela retoma a extensão clássica do conceito de república, que seria a do “bom governo”, que é aquele que tem como prioridade o progresso do interesse coletivo (CARVALHO, 2011, p. 147-148).

Conforme Angela Alonso, os dissidentes liberais da década de 1870 dividiram-se em dois grupos pouco distintos. Uma parcela se tornou republicana e,

⁷¹ Revista Federal, 31 de dezembro de 1886, p. 1. Encontra-se na hemeroteca da Bibliotheca Pública Pelotense.

principalmente por meio da imprensa, tentou combater o que a autora chamou de “as três instituições essenciais”. A monarquia, a centralização política e a escravidão eram criticadas por esses jovens intelectuais, mas que mantinham um foco maior na distribuição do poder político, principalmente com a mudança no sistema de representação, que poderia ser definida como uma república federativa. Em busca de novos instrumentos para a luta política, e de recursos para entender a então conjuntura, esses homens investiram em um novo repertório intelectual.

Assim, o fenômeno da adoção de teorias científicas e liberais na crise do império pode ser redefinido como um movimento político-intelectual de contestação formado por grupos sociais díspares em origem social, mas em comunidade de situação diante do status quo imperial: politicamente marginalizados. (ALONSO, 2002, p. 101)

Contudo, no Rio Grande do Sul, o descontentamento não estava apenas ligado às instituições conservadoras. Havia uma oligarquia liberal no comando do governo provincial por alguns anos, o que contribuiu para a oposição dos propagandistas aos dois partidos monárquicos. Em publicação do dia 31 de maio de 1887, segundo ano da *Revista Federal* em funcionamento, um artigo tratando sobre separatismo (assunto que será abordado mais à frente), elucida a insatisfação dos republicanos com a maneira com que os dois partidos fingiam escutar os apelos da população, quando precisavam reconquistá-la. Um dos redatores relata: “[...] só hoje o liberalismo depois de permanecer no poder por espaço de 7 anos, pode observar e finge querer remediar”.⁷²

A insatisfação dos republicanos pelotenses com o governo monárquico, sendo liderado por conservadores ou liberais, é notável em quase todos os textos publicados ou dirigidos por eles. Escreviam sobre o quanto algumas províncias que poderiam estar seguindo o caminho do progresso eram consumidas pelo poder central, que delas queria tudo tomar. Uma das críticas, que foi comum também em outros círculos republicanos⁷³, foi a da ausência de uma opinião pública no Brasil, tendo como responsável o regime monárquico. Em artigo escrito por Álvaro Chaves, ele trazia como exemplo a crença da população de que existia ordem, mas ela estava ancorada “na paz adormecedora das ruas, garantida por meio de uma polícia e de um exército

⁷² *Revista Federal*, 31 de maio de 1887, p. 1. Hemeroteca da Bibliotheca Pública Pelotense.

⁷³ Os redatores do jornal republicano *O Cachoeirano*, situado no Sul da Província do Espírito Santo, destacavam também que a monarquia era a responsável pela ausência de opinião pública no Brasil.

temíveis”⁷⁴. E para os republicanos essa era uma noção destorcida de ordem, causada por um governo autoritário, que impedia a opinião pública de se manifestar. Chaves acreditava que para reinar a verdadeira ordem na sociedade, era preciso que as leis assegurassem o livre exercício da liberdade individual, e o governo deveria ter por objetivo principal, assegurar os direitos dos cidadãos.

O golpe militar que derrubou a monarquia em 15 de novembro de 1889, representou uma novidade na história do país. Durante 60 anos, aproximadamente, os militares haviam permanecido leais ao governo, diferente do que estava acontecendo em outros países sul americanos nesse mesmo período. Durante cinco anos após a Proclamação da República, o governo ficou nas mãos dos militares, marcando o ano de 1889 como o grande início de atuação política desta classe. Conforme Celso Castro (1995), no golpe de 1889 estavam à frente “um grupo de militares” e não “os militares”, expressão que tanto se usou na historiografia sobre o tema. “É o reconhecimento de que apenas um grupo de militares – pequeno e muito específico – participou da oposição à monarquia, da conspiração e do golpe.” (CASTRO, 1995, p. 9). Na linguagem do período, era a “mocidade militar” que esteve à frente do golpe, composta por oficiais inferiores e alunos militares, e não a “classe militar”.

Os republicanos civis aproveitaram bastante a chamada “Questão Militar” para estreitar seus laços com os militares, talvez, em parte, por perceberem a oposição que a mocidade militar possuía em relação, principalmente, aos bacharéis de direito governistas. “Foram mencionados elementos “científicos” como sendo aqueles que faltariam aos bacharéis de direito.” (CASTRO, 1995, p. 52). Os estudantes das academias militares do período possuíam um importante elemento de diferenciação, que ajudou a construir sua identidade social: estudo das ciências, em especial a matemática, entendidos por eles como algo superior nas áreas do conhecimento. Inclusive, o estudo de matemática superior foi uma exclusividade das Escolas Militares, durante quase todo o Império. Para esses jovens estudantes militares, as academias de direito estavam cheias de pessoas que não possuíam as noções mais básicas de leis naturais. Portanto, “foi com o espírito científico e republicano [...] que a “mocidade militar” participou ativamente da questão militar.” (CASTRO, 1995, p. 85).

⁷⁴ *Revista Federal*, 10 de agosto de 1886, p. 1. Hemeroteca da Bibliotheca Pública Pelotense.

A questão militar foi o nome dado a uma sucessão de eventos que teve início em agosto de 1886, estendendo-se até maio de 1887. Em junho de 1886, Cunha Matos (Coronel ligado ao partido Liberal) recebeu diversos ataques de um deputado piauiense, que o acusou, em discurso na Câmara, de ter ajudado o exército paraguaio, contra as tropas brasileiras durante a Guerra. Como previsto, Cunha Matos reagiu aos ataques, por meio de inúmeros artigos publicados em jornal. Contudo, o deputado Alfredo Alves, que era Ministro da Guerra no período, advertiu Cunha que os militares não podiam debater questões políticas ou militares na imprensa sem antes obter o consentimento do próprio ministro, e ainda ordenou sua prisão por dois dias. Esses atos desencadearam uma série de conflitos entre militares e civis, inclusive envolvendo o Visconde de Pelotas, José Antônio Corrêa da Câmara, então Senador pelo Rio Grande do Sul, que sendo amigo de Cunha, discursou no Senado, protestando contra o ato do Ministro, afirmando que “a ofensa sofrida por Cunha Matos fora uma ofensa a todos os oficiais do exército.” (CASTRO, 1995, p. 86). Ainda no mesmo mês do primeiro conflito, outro ocorrido semelhante incitou ainda mais a questão. E para Celso Castro:

No Brasil, a questão militar foi um momento-chave desse processo. Pela primeira vez na história brasileira, grupos de militares afirmaram publicamente e com força a existência de uma “classe militar” opondo-se a atos do governo. A questão da “honra”, tão acionada pelos militares, revela as contradições de *status*, que eles acreditavam viver no Império: louvados em um plano por sua honra social específica – o sacrifício nos campos de batalha –, discriminados e inferiorizados em outro – a vida normal, cotidiana – através da pouca importância atribuída pelo governo à instituição. (CASTRO, 1995, p. 97)

Os republicanos pelotenses aproveitaram essa questão para insuflar esse grupo militar descontente com o governo, publicando alguns textos sobre o papel dos militares e o tratamento do governo monárquico em relação a eles. Os redatores da Revista Federal acreditavam que a classe militar vinha sofrendo abusos por parte do governo desde o Primeiro Reinado, e que a “nobre classe militar” mantinha paciência com esta situação por tanto tempo, por medo de alterar a ordem pública. Entendiam essa como uma “gravíssima questão”, e clamavam para essa classe tão importante não se deixar abater. Inclusive, enunciaram que os militares tinham força o bastante para fazer o governo cumprir seus direitos, bastava querer, como aconteceu em 7 de abril de 1831, data da abdicação.

No primeiro reinado, o exército sofreu de tudo, até que a 7 de abril, e quando não mais podia suportar o peso da subserviência passiva ao déspota, fez causa comum com o povo, e disso veio a abdicação. Mas, não há lição bastante para os nossos governos! (...) ficou assentado na consciência geral, que o exército, sabendo cumprir o seu dever, tem força bastante, e sem escrúpulos indevidos, para fazer respeitar o seu direito.⁷⁵

Inclusive, em artigo publicado em 31 de outubro de 1886, na *Revista Federal*, os seus autores debatiam o direito de um militar em desobedecer a um Ministro da Guerra se ele operasse contra as instituições. Provavelmente, fazendo alusão ao caso de Cunha Matos, citado anteriormente. “Um ministro da Guerra não poderá ser obedecido, mesmo no que concerne a direção militar, se determinar por seu plano político, ou por qualquer sugestão, que a força pública opere contra as instituições e autoridades constituídas.”⁷⁶ Dois meses depois dessa publicação, os propagandistas eram mais diretos ainda ao caso, citando nomes, acusaram o então Ministro da Guerra de ferir “os brios da nobre classe militar”⁷⁷.

Álvaro Chaves também questionava o poder em que competia ao Imperador declarar uma guerra a outro país, sem consultar o povo, que seria o mais prejudicado e o que menos teria o direito de decidir. Além disso, supôs que o governo monárquico poderia usar da distração de uma guerra, com medo do que a opinião pública e o descontentamento da classe militar pudesse causar ao poder imperial. Dia 5 de agosto de 1887, ele manifestava na *Revista Federal*:

Quanto ao momento atual, justas apreensões nos assoberbam o espírito. Brioso como é, e como se tem revelado exército brasileiro, tomando a patriótica resolução de intervir civicamente na direção política Pátria, não seria para estranhar que o interesse dinástico, assim profundamente feridos, procurassem desviar os intuitos da classe militar, emprenhando-a astuciosamente em um choque internacional⁷⁸.

Mesmo que o evento do dia 15 de novembro, bem como a abdicação de Dom Pedro I, em 7 de 1831, tenham sido reconhecidos por alguns autores, como por exemplo, Celso Castro (1995), como golpes civis-militares, não deixaram art.e ter como grandes apoiadores os propagandistas. Ainda que os republicanos fossem civis, apoiaram a Questão Militar com a ideia principal de enfraquecer o sistema monárquico a qualquer custo.

⁷⁵ *Revista Federal*, 31 de maio de 1887, p. 3. Hemeroteca da Bibliotheca Pública Pelotense.

⁷⁶ *Revista Federal*, 31 de outubro de 1886, p. 3. Hemeroteca da Bibliotheca Pública Pelotense.

⁷⁷ *Revista Federal*, 31 de dezembro de 1886, p. 2. Hemeroteca da Bibliotheca Pública Pelotense.

4.2 “Civilização e liberdade, Pátria e humanidade”: os propagandistas republicanos pelotenses e a questão da abolição

Nos anos finais do Império, muitas questões políticas e sociais foram debatidas vigorosamente no país, principalmente na imprensa e nos círculos intelectuais. Os temas da abolição da escravidão e da república foram os principais assuntos discutidos no cenário nacional. A demanda pelo fim da escravidão começou a ganhar evidência já em meados de 1870, mas é na década seguinte, principalmente entre os anos 1885 e 1888, que o movimento ganhou destaque em todo o país, não mais apostando somente em ideias emancipacionistas e sim na abolição propriamente dita. O movimento crescia entre as diferentes classes sociais. Além da mobilização dos próprios escravizados, o abolicionismo ganhava força também dentro do judiciário: “cada vez mais, decisões judiciais eram baseadas na lei de 1831 que estabelecia a proibição do tráfico de escravos.” (FERNANDES, 2006. P. 182).

Contudo, estava longe de ser homogênea a posição dos republicanos em torno da abolição. Enquanto alguns acreditavam ser urgente a libertação dos escravos, outros defendiam a protelação da escravidão, ou até mesmo não viam essa questão como um tema a ser debatido e resolvido pelo partido republicano, e sim uma questão social que deveria ser resolvida pelo próprio sistema monárquico, já que foi essa instituição que a legitimou.⁷⁹ Predominava entre os republicanos uma orientação neutra, para que os dois dilemas – república e escravidão – permanecessem separados.

A República seria o regime do futuro do país e a escravidão era o regime de trabalho do passado, instituído pela Monarquia. Não era responsabilidade dos republicanos, mas, por outro lado, reconhecia-se a importância da escravidão para o funcionamento da economia do país. Observe-se que boa parte dos republicanos não via com bons olhos um rompimento abrupto do regime de trabalho – ou seja, a abolição imediata sem indenização. (FERNANDES, 2006, p. 187)

É evidente que o nível de participação dos republicanos no movimento abolicionista também estava ligado às regiões em que viviam. Em São Paulo e no Rio de Janeiro, principalmente, a abstenção acerca do tema da abolição foi de suma importância por muitos anos, já que contavam com muitos fazendeiros senhores de

⁷⁹ Ideia lançada no texto de fundação do Partido Republicano de São Paulo, que aconteceu em Itu, no ano de 1873.

escravos em seus partidos republicanos. Os membros do Partido Republicano Paulista (PRP), por exemplo, amparavam-se na ideia do federalismo e da não interferência econômica do Estado para defender o direito de cada província decidir sobre a questão da abolição conforme suas “necessidades”. Defenderam também que a abolição ficasse a cargo da iniciativa privada, ou seja, que os próprios senhores de escravos os libertassem, argumentando que essa seria a melhor forma de pôr fim a esse sistema. Conforme Maria Fernanda Fernandes (2006), essa prática chegou a ser aderida no congresso pelo PRP, na ocasião em que é anexada uma circular de Campos Sales indicando para seus colegas de partido que libertassem seus escravos.

Já na década de 1870, algumas cisões dentro dos partidos políticos espalhados pelos países, inclusive os republicanos, começam a acontecer. Fernandes (2006) traz o exemplo do rompimento de José do Patrocínio⁸⁰ com seu partido, no Rio de Janeiro, e em São Paulo, a briga de Luís Gama⁸¹ com os colegas republicanos, que se omitiam frente as questões da abolição (FERNANDES, 2006, p. 188). Em vários casos, os republicanos que viam a necessidade de pôr fim à escravidão na forma de abolição, sem cláusulas ou indenizações, eram vistos como radicais.

O documento de fundação do Partido Republicano, que foi publicado em 1870, foi solidificado em um novo congresso realizado no ano de 1886. Contudo, esse novo registro colocava os republicanos em uma posição diferente da anterior. “Se a monarquia não resolveu, caberia aos republicanos esboçar uma solução bastante conservadora: propunham acabar com a escravidão em território nacional num prazo que não excedesse a data do centenário da Revolução francesa”. O crescimento do movimento abolicionista em todo o país pode ser considerado como a razão para a mudança de posição do partido republicano em torno deste tema: “Não era possível aos republicanos manter a postura ambígua e o silêncio por tanto tempo. Os republicanos corriam o risco de serem surpreendidos pela abolição sem terem assumido claramente uma postura a respeito.” (FERNANDES, 2006, p. 189).

O ano de 1884 pode ser considerado um importante marco para o movimento emancipacionista e abolicionista do Rio Grande do Sul. Assim como

⁸⁰ Foi um farmacêutico, jornalista, escritor, orador e ativista político brasileiro. Destacou-se como uma das figuras mais importantes do movimento abolicionista do país.

⁸¹ Foi um abolicionista, orador, jornalista, escritor brasileiro e uma das figuras mais importantes da Abolição da Escravidão do Brasil.

ocorreu na cidade de Pelotas – aprofundaremos essa questão posteriormente – em várias cidades da província, um número grande de cartas de alforria foi concedido, porém, apenas mediante cláusulas de prestação de serviço, que variavam de três a sete anos de trabalho após a sua data de expedição. Júlio de Castilhos e sua família aderiram a essa prática, libertando 19 escravos nesse mesmo ano. O jornal *A Federação* noticiou o fato com entusiasmo, mas de modo parcial, já que não concedia detalhes dessas liberdades, que na verdade foram concedidas da forma condicional supracitada. O posicionamento de Júlio de Castilhos como republicano, e também adepto ao movimento abolicionista, influenciou o PRR, assim como atos de republicanos espalhados pela província rio-grandense. Mas esta adesão ao movimento foi feita com reservas. “Não se pode esquecer que a atividade de criação de animais dos Castilhos foi, por muito tempo, dependente do trabalho escravo.” (MARTINY, 2018, p. 152).

Júlio de Castilhos estampou a primeira página do periódico em que era redator – *A Federação* – falando sobre a libertação dos escravos pertencentes a sua família, mesmo que tal ato tenha sido executado por sua mãe. A publicação, conforme Martiny (2018), pode configurar uma estratégia política de Castilhos “tanto para se promover dentro do próprio partido, angariando simpatias de abolicionistas, quanto para colocar o PRR à frente da liderança do movimento abolicionista provincial.” (MARTINY, 2018, p. 152). As principais lideranças do PRR, assim como o principal meio de divulgação, o periódico *A Federação*, se esforçaram em inserir o partido como grande articulador do movimento na província (MARTINY, 2018, p. 153).

Muitos foram os meios de propagar o movimento abolicionista na cidade de Pelotas. A imprensa, os clubes e as associações negras, formaram importante frente contra a escravidão e até mesmo contribuíram para integração do negro na sociedade. De fato, uma parcela dos republicanos pelotenses manteve papel significativo na luta pela causa abolicionista, principalmente ao longo da década de 1880. Essa atuação pode ser analisada tanto nas atividades desenvolvidas em diferentes entidades abolicionistas como nos discursos propagados na imprensa pelotense, bem como nos periódicos que esses homens comandaram fora da cidade, como por exemplo, a Revista Federal. A questão central a ser debatida, nesse momento, é se houve divergência nas posições defendidas por eles, e também a possível incompatibilidade entre os discursos proferidos e as práticas adotadas nesse período, já que, na sua

maioria, os republicanos que atuaram no movimento abolicionista possuíam escravos em algum momento, ou eram filhos de charqueadores pelotenses.

Conforme dito anteriormente, Pelotas foi um importante polo comercial da província e viveu seu período de auge econômico nos últimos anos do Império. Sua riqueza era concentrada principalmente nas charqueadas, com a exportação de seus produtos. A mão de obra utilizada nesse espaço era quase toda escravizada, e exigia um trabalho muito árduo, que se ampliava nos períodos de safra, o que colocava a saúde dos negros em risco, e assim a sua morte de maneira prematura. Com isso, havia uma necessidade constante de incorporar periodicamente mais mão de obra cativa, e, conforme Beatriz Loner (2013), a oferta de escravos vai sofrer uma dura queda, principalmente com a lei Eusébio de Queirós⁸², que ocasionou a proibição da entrada de escravos africanos no Brasil, com o término do tráfico atlântico. O Rio Grande do Sul recebeu um número alto de escravos de outras regiões do país até os anos finais da década de 60. Contudo, após 1870, a província rio-grandense transformou-se na região que mais perdeu escravizados. Ainda segundo a autora, as charqueadas viveram um período instável, principalmente na década de 1880, e responsabilizaram o decréscimo do número de escravos como fator principal por essa crise. A proximidade da cidade de Pelotas com as regiões do Prata (que já haviam abolido a escravidão) fez com que as fugas de escravos, para além fronteira, se tornasse uma grande preocupação. Com o movimento abolicionista ganhando força em todo o país e a necessidade de uma ação que impedisse a alta quantidade de fugas, começou a ocorrer na cidade um grande número de libertações com cláusulas de prestação de serviços, em que o escravizado conquistaria sua liberdade após cumprir os anos de serviços estipulados pelo seu senhor. Para Loner (2013) os senhores não visavam apenas cessar as fugas, mas também enfrentar a opinião pública da melhor forma, além de garantir mão de obra por mais algum período de tempo.

O movimento abolicionista na cidade pode ser separado em três momentos importantes. O primeiro, teve início no ano de 1881, com o surgimento de organizações que lutavam pela causa, e teve como estopim a morte de um escravo

⁸² A lei Eusébio de Queirós foi aprovada em 4 de setembro de 1850. O papel da Inglaterra foi muito importante na determinação do fim do tráfico atlântico. O país chegou a pressionar o Brasil com inspeções em alto-mar. Com isso, o Ministro da justiça Eusébio de Queirós, que nascerá em Angola, tomou medidas mais eficazes contra o tráfico atlântico.

de 16 anos que gerou uma comoção grande na cidade. O segundo momento significativo para o movimento foi a campanha de emancipação do trabalho servil que ocorreu em 1884, e com isso a criação de uma nova associação abolicionista a fim de acelerar o processo de liberdade dos escravizados, seguindo um caminho distinto do previsto pelo Club Abolicionista formado anteriormente. Por último, e não menos importante, os acontecimentos que marcaram o ano de 1887: a revolta negra em uma charqueada pelotense, e o acordo que fez os abolicionistas se tornarem zeladores de contratos entre escravos e seus senhores (LONER, 2007).

Acompanhando uma onda que mobilizou todo o Brasil, o movimento ganhou folego na cidade de Pelotas a partir dos anos de 1880, com a fundação de periódicos e várias entidades voltadas à causa. Entre essas agremiações existiam os clubes, dirigidos principalmente por homens brancos, com acesso privilegiado à imprensa e instrução escolar, como também as associações negras que, além da luta pela liberdade, ofereciam apoio social entre os cativos, sendo de fundamental importância para melhorar as condições de vida que eram impostas pela escravidão. “A condição social proporcionada pelo cativo e/ou em uma sociedade discriminatória como a vivenciada no Brasil colonial e imperial, quanto à cor dos indivíduos imputava aos escravos a necessidade de associar-se” (SILVA, 2011, p. 32). Essas agremiações também tinham o intuito de promover uma melhor integração da população negra à sociedade, já que a situação dos libertos era de opressão e marginalização. Entre elas estavam 3 entidades beneficentes, 2 recreativas, 1 representativa e, por fim, 2 entidades religiosas.

Segundo Etiane Carvalho Nunes (2019) as discussões do movimento não estavam restritas apenas ao âmbito político, mas também em reuniões e assembleias organizadas em lugares públicos, ou nas próprias residências das pessoas envolvidas na causa. A Bibliotheca Pública Pelotense foi um importante ponto de encontros dessas pessoas, não só pela localização central do prédio, mas também pela boa interação que a entidade tinha com os cativos “oferecendo o espaço, inclusive, para aulas noturnas destinadas também aos negros desde 1878, data da inauguração do curso de alfabetização” (NUNES, 2019, p. 29). Mas é importante ressaltar que a busca pela instrução dos negros na cidade não era utilizada somente a fim de promover a alfabetização dos mesmos, mas também “educar” a população egressa do cativo para servir como mão de obra assalariada na cidade.

“Esta iniciativa, porém, pode ter sido temida pela elite pelotense, a qual ciente das discussões abolicionistas em nível nacional, assim como do alto contingente de negros libertos e pessoas de outras etnias em condições menos abastadas na sociedade buscou oferecer aulas ao grupo, inculcando-lhes valores pertinentes ao regramento pretendido pelos mandatários locais. Este regramento visava uma classe trabalhadora ordeira, a qual mais cedo ou mais tarde ocuparia o lugar dos escravos, visto que a abolição se anunciava.” (GONÇALVES, 2013, p. 74)

A imprensa teve um papel importante no movimento abolicionista da cidade, assim como em todo o país. A relação entre imprensa e escravidão, conforme Maria Couto Gonçalves (2013), teve duas fases distintas: de 1808 (ano de oficialização da imprensa no país) até a década de 1870, o silêncio e abstenção sobre a questão da escravidão prevaleceram nos periódicos, ao passo que, principalmente a partir da década de 1880 começaram a aparecer os jornais abolicionistas que davam voz ao movimento. Entretanto, ao mesmo tempo em que a imprensa se tornava grande aliada à mobilidade contra a escravidão, também serviu por anos de instrumento de apoio ao sistema escravagista, quando usada para anúncios de compras, vendas e fugas de escravos. (GONÇALVES, 2013. Pag. 236)

Pelo menos 3 periódicos tiveram papel importante no movimento, e em todos eles, republicanos fizeram parte da fundação ou direção. O primeiro impresso de cunho abolicionista da cidade foi o periódico *A Voz do Escravo*, que utilizou a tipografia do jornal *O Progresso* para sua primeira publicação, no dia 16 de janeiro de 1881, e mais tarde passou a operar nas tipografias dos jornais *A Discussão* e *Diário de Pelotas*. Conforme Gonçalves (2013) “Essas trocas serão decorrentes dos aspectos políticos que o periódico vai se vincular e defender”. No dia 5 de fevereiro de 1881, o jornal *A Discussão* publicava propaganda da distribuição do nº3 do *A Voz do Escravo*, e a primeira impressão na sua tipografia.

Traz um elaborado artigo editorial de propaganda, assinado por B. Taveira Junior. Da publicidade a carta do digno deputado Joaquim Nabuco, dirigida a câmara dos deputados de Portugal. Apresenta algumas notícias e finalmente uma inspirada poesia do Sr. Paula Pires [...].⁸³

O jornal foi criado a partir do esforço de 3 homens, João José Cezar e Bernardo Taveira Junior, que já possuíam experiência com a imprensa rio-grandense, e Manoel Conceição da Silva Santos, negro livre, construtor, que atuou em vários outros aspectos do movimento abolicionista, ajudando a formar as primeiras

⁸³ *A Discussão*, 15 de fevereiro de 1881. Hemeroteca Digital da Bibliotheca Pública Pelotense.

organizações negras da cidade. O jornal tinha o intuito de lutar pela liberdade dos escravizados, utilizando como principal recurso a denúncia às torturas e maus tratos que esse grupo era sujeito. Para isso, publicava artigos, crônicas, cartas, notícias de outras Províncias, transcrições e poesias. Também foi responsável pela constituição de duas agremiações voltadas aos assuntos abolicionistas, os clubes Abolicionista e Emancipador 27 de agosto. “A cidade de Pelotas, uma das mais ricas do império, e sem dúvida alguma a mais importante do sul da Província, não possui ainda uma sociedade abolicionista!” (A VOZ DO ESCRAVO, 01/05/1881 *apud* Gonçalves, 2013, p. 240). Das três pessoas que estiveram à frente da fundação do jornal, duas também pertenciam ao grupo de propagandistas republicanos que analisamos no capítulo 1: João José Cezar e Bernardo Taveira Junior.

O jornal *A Discussão*, órgão da Dissidência Liberal, fundado também em 1881, a princípio não foi criado como um periódico abolicionista, contudo passou a ter um papel importante no movimento quando aboliu publicações sobre fugas, vendas e alugueis de escravos, sendo pioneiro na Província com essa prática. E, conforme Fernando Osório (1997), passou também a noticiar denúncias de maus tratos aos escravizados. O jornal também possuía republicanos na sua fundação e direção, entre eles estavam Epaminondas Piratinino de Almeida e Marçal Pereira Escobar. E por último o periódico *A Penna*, um hebdomadário⁸⁴ que surgiu nas mesmas oficinas em que eram produzidos os números do jornal *A Discussão*. Teve como fundadores e primeiros redatores os republicanos Luiz Carlos Massot e Guilherme Echenique.

A partir de recomendações publicadas no jornal *A Voz do Escravo*, outros dois clubes foram criados. O Club Emancipador 27 de agosto foi fundado no dia 27 de agosto de 1881, e tinha como principal objetivo arrecadar quantia em dinheiro suficiente, por meio de doações de seus sócios, para apostar em bilhetes de loteria que, se fossem premiados, garantiriam o pagamento de cartas de alforria. Entretanto, os investimentos não foram suficientes para alcançar o seu objetivo. “Ao que parece, a sorte não coroou as boas intenções dos 276 integrantes deste clube e o dinheiro foi perdido em sucessivas apostas que pouco renderam” (LONER, 2013, p. 61). Já o Club Abolicionista teve um maior impacto no movimento, sendo fundado no dia 21 de agosto de 1881 no espaço da Bibliotheca Pública Pelotense. Na ocasião da

⁸⁴ Jornal ou periódico cuja publicação ocorre uma vez por semana.

inauguração do Clube que aconteceu em 16 de outubro do ano de fundação, 14 cartas de alforria foram entregues, sendo 9 delas pagas parte com pecúlio dos próprios escravizados e parte com ajuda financeira arrecadada pela entidade. As 5 cartas restantes foram concedidas gratuitamente. Entre as cartas de alforria concedidas, apenas uma foi de um republicano, Hypolito Detroyate. Nos meses seguintes foram efetuadas mais 14 reuniões do Club, organizaram-se leilões, bazares de prenda, entre outras festividades, como por exemplo, comemorações de datas importantes para a emancipação dos escravos. No dia 22 de setembro do mesmo ano, o Club teve seu estatuto aprovado em assembleia geral, assim como sua primeira direção, que contou com 4 republicanos: Epaminondas Piratinino de Almeida exercendo o cargo de Presidente, Marçal Pereira Escobar como Vice-presidente, e Hypolito Gonçalves Detroyat e Luiz Felipe de Almeida como diretores. Foram decididas também todas as suas diretrizes e normas:

Artigo 1º - A associação Club Abolicionista, fundada na cidade de Pelotas, no dia 21 de agosto de 1881, é composta de pessoas livres, reconhecidamente de bons costumes, sem distinção de nacionalidades; e tem por fim beneficiar, dentro da orbita legal e na proporção de suas forças, a infeliz classe dos escravos, que promovendo gradualmente a sua liberdade, quer empregando prudentemente os meios ao seu alcance para alivia-la da opressão e rigores a que está sujeita, incompatíveis com a natureza humana e repelentes à civilização.⁸⁵

A partir de um relatório oficial⁸⁶ publicado pela tipografia da *Livraria Americana*⁸⁷, na data de comemoração de 1 ano da formação do Club (21 de agosto de 1882), é possível exprimir algumas das realizações da entidade no primeiro ano de funcionamento. Entre os sócios fundadores, efetivos e correspondentes, existiam aqueles que realizavam doações a fim de ajudar a agremiação. Além de doações em dinheiro, diversos outros objetos foram entregues. Esses itens iam desde objetos de decoração, que, na maioria das vezes, faziam referência a alguma personalidade influente no movimento abolicionista, como por exemplo, o quadro bordado a seda e ouro, tendo no centro o retrato do abolicionista Visconde do Rio Branco, ou até mesmo materiais para a confecção de cartas de alforria e livros de gramática e leitura (do

⁸⁵ Trecho retirado do Estatuto do Club Abolicionista, que se encontra no fundo "Escravidão" da Bibliotheca Pública Pelotense.

⁸⁶ O Relatório encontra-se no fundo "Escravidão" da Bibliotheca Pública Pelotense.

⁸⁷ A Livraria Americana, foi fundada em 1871, por Carlos Pinto. Foi uma das primeiras grandes livrarias do Rio Grande do Sul. Em 1879, abre uma filial na cidade de Porto Alegre, e finalmente em 1885, inaugura a segunda filial agora em Rio Grande. Encerrou as suas atividades em 1916.

autor Hilário Ribeiro) para as aulas noturnas que começaram a ser oferecida em maio, sob a direção do republicano Hypólito Detroyate. O curso oferecia todo o material necessário de forma gratuita, e era destinado apenas para os filhos de escravas, que eram denominados “ingênuos” (nascidos após a Lei do Ventre Livre, 1871). Doações em dinheiro também foram feitas pelos sócios. Das 14 pessoas listadas no relatório, 3 eram mulheres e 11 eram homens, sendo 1 deles o republicano Luiz Fellipe de Almeida, que ofertou 23\$000 (vinte e três mil reis).

Além do apoio financeiro, alguns sócios usavam dos recursos gerados pela sua própria profissão para auxiliar nos objetivos da mencionada entidade. Pode-se citar, por exemplo, os serviços gratuitos de tabelião também prestados por Luiz Fellipe de Almeida, assim como a contribuição dos homens que estavam a frente de alguns periódicos da cidade, como mencionado em agradecimento ao jornal *Onze de junho* e *A Discussão*. O Club até mesmo ofereceu o serviço de guardar o pecúlio de escravizados em seus cofres, somando a quantia de 3:287\$000 no primeiro ano. Conforme Loner (2007), existiu uma “pesada artilharia” contra os abolicionistas pertencentes ao Club, principalmente vindo de outros periódicos, como por exemplo, o *Correio Mercantil*, que tinha como fundador Antônio Joaquim Dias. Em certa ocasião, ele chegou a acusar os membros do Club de usar indevidamente o pecúlio dos escravizados, que eram guardados em seus cofres. E, para a autora esse ataque, se deve justamente pelos membros do Club não apoiarem o projeto das libertações a partir de contratos de prestação de serviços.

Contudo, a forte personalidade e atuação de seu dono, figura polêmica e que entrou em vários conflitos, personagem também de vários episódios não muito bem esclarecidos, levou a que seu jornal oscilasse entre a declaração formal de apoio a campanha abolicionista e uma prática de denúncias radicais e, por vezes, caluniosas, aos seus principais defensores na cidade; ao mesmo tempo em que assumia, esporadicamente, posições contraditórias de defesa de interesses de alguns escravocratas. Nesses momentos, não hesitava em tripudiar e desqualificar pessoas, especialmente aquelas mais pobres ou vulneráveis e muitos dos abolicionistas sofreram com suas campanhas na cidade. (LONER, 2007, p. 59)

A relação entre os abolicionistas e os defensores da escravidão foi bastante conturbada, principalmente nos últimos anos da década de 1880. O desgaste emocional que os abolicionistas sofreram durante todos os anos do movimento também foi um fator que ajudou a enfraquece-lo, logo quando se acreditava estar próximo à libertação. Até mesmo denúncias de ameaças físicas feitas por escravagistas, foram relatadas neste período.

Serafim Antonio Alves, um dos mais destacados lutadores, advogado e defensor de negros contratados, denuncia ameaças à sua pessoa por parte dos escravagistas, enquanto o jornal republicano *A Pátria*, tornando-se porta-voz dos charqueadores, acusa os abolicionistas de incentivar fugas de contratados.” (LONER, 2013. p. 66)

Como foi dito anteriormente, o ano de 1881 foi um período de importantes acontecimentos para o movimento abolicionista na cidade, e nas posições que algumas pessoas iriam assumir sobre a questão escravagista. Logo após o estabelecimento da primeira organização a fim de combater a escravidão, a morte de um escravo sob tortura a mando de seu senhor, gerou tumulto entre as alas abolicionistas e escravocratas. Jerônimo, o escravo que foi açoitado até a morte pelo capaz Manoel Oliveira, a mando do charqueador Paulino Leite, contava com apenas 16 anos, situação que gerou grande comoção na cidade e ampla denuncia nos periódicos abolicionistas, tendo o próprio *A Voz do escravo* como principal porta-voz da situação. A sua publicação do dia 3 de abril foi toda destinada ao caso, e nos dias seguintes uma coluna intitulada “Questão Jerônimo”, que atualizava a população com notícias das últimas versões e declarações sobre a morte do escravo, foi criada. Muitas contradições foram apresentadas durante as investigações, e até mesmo o atestado de óbito remetido pelo médico da cidade foi questionado e criticado.

Segundo o médico, Jerônimo havia morrido por tétano. Posteriormente este modificou o laudo e afirmou ser a causa do óbito, peritonite. O jornal questiona se não foram os próprios charqueadores que modificaram o atestado para fugirem da vinculação com o caso. As discussões nos periódicos condenaram a postura do médico, tendo em vista que para a imprensa a causa da morte de Jerônimo era óbvia – excesso de violência. Para responder a estas dúvidas e às declarações das primeiras testemunhas, o corpo de Jerônimo foi exumado. Segundo o relato de Geraldo Casal de Lis, o corpo apresentava sinais de retaliação e do castigo sofrido, sendo possível comprovar que o corpo era mesmo do escravo – havia algumas testemunhas afirmando que a exumação havia ocorrido em outro escravo. Sendo assim, comprovou-se que o escravo havia morrido devido aos maus tratos aos quais fora submetido. (GONÇALVES, 2013, p. 239)

Além de toda polemica que este acontecimento provocou na cidade, problemas dentro do próprio movimento abolicionista também foram gerados, provocando uma das primeiras situações em que pôde-se notar dissemelhanças entre as posições adotadas pelos republicanos perante o tema. Como citado por Loner (2013) o Club Abolicionista não estava livre de algumas contradições. Em primeiro lugar, por aceitar entre seus sócios pessoas que possuíam escravos, e ainda mais significativo, por ter tido como primeiro presidente do Club o advogado que defendeu o charqueador acusado de mandar torturar o escravo Jerônimo, o republicano

Epaminondas Piratinino de Almeida. Por consequência, o Club recebeu diversas críticas na imprensa pelotense, e mesmo que a opinião pública concordasse com seus propósitos, se opunham à sua composição interna e denunciavam a possível utilização da causa para benefício próprio de alguns fundadores, como, por exemplo, Fernando Osório, que havia acabado de se candidatar para concorrer às eleições gerais pelo 4º círculo (GONÇALVES, 2014, p. 241). Ao passo que Piratinino de Almeida adotava uma postura totalmente contraditória aos objetivos do movimento, o republicano Bernardo Taveira Junior continuava denunciando o caso Jerônimo na imprensa. Ao que tudo indica a poesia publicada no *A Voz do Escravo* do dia 3 de abril fazia alusão ao caso recentemente ocorrido:

[...] Ainda há pouco vi um anjo. Atrás dele vinha um cativo como qualquer de nós com os pulsos algemados e os pés acorrentados. O anjo fez adiantar o escravo para o meu lado, e com um instrumento que trazia numa das mãos começou por partir as algemas e as correntes ao cativo. [...] Venho hoje visitar-vos para prenunciar-vos a doce liberdade de que vos hão despojado os déspotas da terra! [...] Olha para este – e apontou-me o cativo a quem o anjo havia quebrado os ferros – é assim que ficareis todos livres. (TAVEIRA JUNIOR, *A Voz do Escravo*, 03/04/1881, p. 04, Apud. GONÇALVES, 2013, p. 240)

Bernardo teve um papel importante no movimento abolicionista. Já em 1871 denunciava, por meio da imprensa, o que ele chamou de “barbárie da escravidão”. No *Diário de Pelotas*, publicou mais de uma vez sua opinião sobre o tema, como, por exemplo, na edição do dia 15 de outubro de 1871, em que enaltecia a vitória atribuída ao cristianismo e a opinião pública, com a Lei do Ventre Livre⁸⁸ promulgada no mês anterior.

O dia 28 de setembro de 1871 não só assinalou nos fatos da história do Império uma nova época, como também ajuntou mais uma página de ouro aos annaes da humanidade. O cristianismo e a opinião triunfarão, finalmente, d’essa barbaridade, que sob a máscara da lei, condenava milhares de entes à mais abjeta e insofrível das condições – a escravidão. Daquela data em diante, deixou o formoso sol dos trópicos de iluminar em terra brasileira o nascimento de escravos.⁸⁹

⁸⁸ No dia 28 de setembro de 1871, foi assinada a Lei nº 2.040, conhecida como “Lei do Ventre Livre”. A Lei do Ventre Livre declarava livres os filhos de mulher escrava nascidos no Brasil a partir da data da aprovação da lei. Além disso, a lei determinava que as crianças permanecessem em poder dos senhores das suas mães, que eram obrigados a criá-los até os oito anos de idade. Após isso, os senhores poderiam entregar o menor ao governo, com direito a uma indenização, ou utilizar seus serviços até os 21 anos.

⁸⁹ A citação foi retirada de gravuras do jornal *Diário de Pelotas*, no qual, Bernardo Taveira Junior recortou e montou um álbum com algumas de suas publicações. O documento encontra-se no Fundo de Bernardo Taveira Jr., na Bibliotheca Pública Pelotense.

Todavia, nesse período, ainda possuía opinião modesta sobre a libertação dos escravos, e acreditava que a lei recém criada era o máximo que o país poderia ter conquistado no momento, já que o Brasil havia herdado do sistema de governo anterior, seus antigos dominadores, todos os seus vícios e anacronismos; e como resultado, “a educação política ainda não comportava a abolição absoluta, e de chofre do elemento servil; fez-se muito começando pelo ventre livre.” (Diário de Pelotas, 15 de outubro de 1871). Bernardo segue publicando sempre que tem a chance sua posição sobre a questão da escravidão, mas, nos anos posteriores, de uma maneira considerada mais radical. Como dito anteriormente, não esteve envolvido apenas na imprensa pelotense, escrevia crônicas e poesias denunciando a escravidão também para as revistas literárias *Arcádia* e *Partenon Literário*. Nos manuscritos deixados por Bernardo, que não tiveram a chance de ser publicados, também é possível perceber a denúncia a escravidão:

Escravo! Palavra que o ouvido fere. / Que dó! Que saudade! / Ao recordar-se. / Do Pátrio lar, da esposa e dos filhinhos Vítimas da maldade! / Quanta lágrima no penar unvida... / Um sonho sequer não vem doara-lhe. / A sua infelicidade⁹⁰

No ano de 1884 uma nova fase do movimento abolicionista aconteceu na cidade. Nesse momento cresce a campanha de emancipação dos escravizados, quando se tenta resolver essa questão recorrendo aos contratos. Uma nova agremiação foi criada nesse período, o Centro Abolicionista, que acabou desviando toda a atenção do Club formado nos anos anteriores. Foi publicado na imprensa um convite para que toda população se fizesse presente na inauguração do Centro, sendo a primeira reunião aberta para homens e mulheres, sem distinções de classes sociais. A nova agremiação também defendia a libertação dos escravos, porém por meio de contratos de prestação de serviços, para assim não afetar nem o comércio, nem a indústria pelotense, o que em parte dissemelhava o objetivo central do Club, que era a abolição absoluta.

Realizou-se ontem, as 6 horas da tarde, nos salões da Bibliotheca Pública, conforme fora designado, a reunião do Centro Abolicionista [...] abriu a sessão o Sr. Barão de S. Luiz, que dissertou sobre a conveniência de libertarem-se os cativos por meio de locação de serviço, medida essa que achava razoável, não ocasionando, portanto, nenhum abalo ou prejuízo aos

⁹⁰ Trecho de um poema retirado de um caderno de poesias que está presente no fundo de Bernardo Taveira Jr., localizado na Bibliotheca Pública Pelotense.

interesses da indústria e do comércio. (A Discussão, dia (dia) de (mês) de 1884)

Com isso, mesmo que o Club Abolicionista tenha participado da fundação do Centro, os diferentes interesses político-partidários entre as entidades, ocasionaram a entrega da direção do Centro a pessoas ligadas ao Partido Liberal. Conforme Beatriz Loner (2013) os dois mantiveram uma “atuação comum” no movimento, não podendo-se afirmar que existissem grandes divergências ou cisões entre eles. Contudo, na direção das entidades havia pessoas que, mesmo ansiando pela liberdade dos escravizados, divergiam no caminho para esse objetivo (LONER, 2019, p. 62). Entretanto, ao que parece sucedeu-se uma certa “corrida” pela busca da emancipação do município. No mês de setembro do ano de 1884, algumas publicações do jornal *A Discussão* demonstram tensão entre as duas agremiações. No dia 1 de setembro, logo após um *meeting* organizado pelo Centro ter sido presidido pelo Barão de São Luiz, o jornal lançou nota expressando tristeza ao saber que a reunião que havia acontecido não tinha sido dirigida pelas pessoas que foram as primeiras a defenderem o movimento abolicionista na cidade. A publicação ainda fala da injustiça quando ocorre o “esquecimento de serviços prestados a qualquer causa [...]”, e que no próximo encontro, deveriam ser os Srs. Epaminondas Piratinino de Almeida, França Mascarenhas, Saturnino de Arruda e Siqueira Canabarro, que deveriam estar à frente da reunião.” (A Discussão, dia 1 de setembro de 1884, p.2). Na mesma semana, em 5 de setembro de 1884, o periódico publicou nota desmentindo boatos de que o Club Abolicionista ao invés de prosseguir com seu trabalho de libertar os escravos, estava buscando guerra com o Centro Abolicionista.

Essa ideia é absurda pois todos trabalham em prol de uma só causa, todos querem a emancipação do escravo, mas de acordo com a lei e a tranquilidade pública. A escravidão anseia nas vascas da morte, portanto o club abolicionista, o primeiro iniciador da ideia, deve ser também o primeiro a erguer o grito da redenção do município de Pelotas.⁹¹

Possivelmente os resultados promissores do Centro abolicionista também foram um fator de competição entre as entidades. As estratégias do Centro obtiveram resultados mais eficazes e rápidos do que as outras agremiações voltadas à causa. Uma dessas táticas foi a formação de comissões que tinham o objetivo de conquistar o maior número de libertações possíveis, visitando diversas residências onde os moradores possuíssem escravizados. As comissões eram divididas por ruas ou

⁹¹ *A Discussão*, 5 de setembro de 1884. Hemeroteca Digital da Bibliotheca Pública Pelotense.

regiões da cidade, e com frequência era noticiado na imprensa, tanto a formação delas, quanto o número de libertações alcançadas. A propaganda emancipadora ganha folego também na imprensa pelotense. Inúmeras foram as publicações no periódico *A Discussão*, relacionadas a essa questão nesse período. Seus redatores começaram defendendo a ideia de que a cidade não poderia ficar para trás no movimento, e mostrando como estava o andamento da emancipação cativa em outras cidades da Província, como Porto Alegre e Rio Grande. “Pelotas, ao ver o movimento abolicionista que lavra impetuoso por entre as suas coirmãs [...] não podia, nem devia ficar estacionária.”⁹². Logo em seguida começaram os chamados para os *meetings* abolicionistas, comandados pelo Centro Abolicionista que aconteciam principalmente na Bibliotheca Pública, a fim de alcançar o maior número possível de liberdades. Ainda que os redatores do jornal sempre se mostravam adeptos da ideia de que se houvesse uma abolição absoluta, ela não poderia atrapalhar a economia da cidade, por isso seria necessário que fosse mediante indenização dos senhores. Inclusive no dia 7 de julho de 1884 o jornal expos 12 ideias de um plano, que os redatores acreditavam que poderia resolver as dificuldades econômicas do período e “elevar rapidamente a nação a um alto grau de força e prosperidade.”. Entre as ideias estava essa:

A abolição completa e imediata, mediante indenização dos senhores, por apólices da dívida pública, para esse fim emitidas [...] Para essa indenização será considerado valor máximo para o escravo 1:000\$000 e para a escrava réis 6:000\$000, servindo esse *maximum* de base para a escala de arbitramentos, que efetuarão pelo processo da lei de 28 de setembro.⁹³

No final de setembro de 1884, as publicações no periódico *A Discussão* começavam a construir o mito de que a cidade de Pelotas estava quase livre da escravidão. No dia 29, em nota⁹⁴ assinada pelo secretário do Centro Abolicionista Luiz Carlos Massot (que era um dos propagandistas republicano), o Centro acreditava ser possível proclamar, no dia 11 de outubro de 1884, a emancipação total do município. Para que isso ocorresse, era necessário um grande evento que contasse com as últimas cartas de alforria necessárias. A festividade (que ocorreu no dia 16 de outubro, e não no dia 11 como programado) foi chamada de “Festa da Abolição”, em que 2500 escravos conquistaram cartas de alforria com cláusulas de prestação de serviço, que

⁹² *A Discussão*, 20 de agosto de 1886, p. 1. Hemeroteca da Bibliotheca Pública Pelotense.

⁹³ *A Discussão*, 7 de julho de 1886, p. 1. Hemeroteca da Bibliotheca Pública Pelotense.

⁹⁴ *A Discussão*, 29 de setembro de 1884, p. 1. Hemeroteca da Bibliotheca Pública Pelotense.

variavam de 3 a 7 anos. Esse ato foi considerado um grande passo para a emancipação negra na cidade. Contudo, esse feito causou na sociedade pelotense um certo adormecimento em relação às questões e lutas abolicionistas. Como resultado dessa emancipação, houve um desarranjo político entres os membros do movimento por terem erroneamente considerado extinta a escravidão na cidade. Todavia, o quadro de tensão se agravou ainda mais nos anos posteriores, quando as fugas de contratados começaram a aumentar. Não só o Clube e um jornal abolicionista foram extintos em meio a tudo isso, como o estresse entre os escravagistas e os abolicionistas ganhou força. Costumou-se propagar que, em 1884, a Província do Rio Grande do Sul aboliu a escravidão – mesmo que com condições de prestação de serviço por mais alguns anos por parte do escravizado – e que essa ação foi precedida pelas províncias do Ceará e do Amazonas, que deram os primeiros grandes exemplos.

Criou-se um verdadeiro mito de que não existiriam mais escravos na cidade e que, dentro em breve todos os libertos passariam a gozar de sua liberdade, com o término dos contratos. A própria decadência do Club Abolicionista é reflexo dessa situação. (LONER, 2019, p.)

Durante todo ano de 1884 grandes comemorações aconteceram em torno da suposta emancipação dos escravizados. Inúmeras foram as publicações na imprensa pelotense que comemoravam a emancipação negra na cidade. No jornal *A Discussão* foram publicadas também várias notas de periódicos de cidades vizinhas parabenizando Pelotas, como por exemplo, o *Editorial da Ordem*, de Jaguarão, que publicava: “Como é grandioso o trabalho realizado pelo generoso povo pelotense em um tão curto lapso de tempo.”⁹⁵. Inclusive, a comemoração deste evento contou com um folheto especial destinado a solenizar o ato. Foram impressos cerca de 2 mil exemplares pela tipografia da *Livraria Americana* que, como citado anteriormente, participou ativamente do movimento com vários tipos de doações. O folheto tinha como título a data da fatídica festa de emancipação “16 de outubro”, e logo abaixo o propósito da publicação: “Homenagem à vitória da ideia abolicionista”. Contou com pequenos textos de 21 homens que, de alguma maneira, se envolveram no movimento abolicionista da cidade, sendo 4 destes os republicanos: Bernardo Taveira Junior, Luiz Carlos Massot, Guilherme Echenique e Álvaro Chaves. A publicação tinha como trecho de abertura um longo texto de Bernardo Taveira Junior, que atribui a

⁹⁵ A Discussão, dia 15 de outubro de 1884, p. 1. Hemeroteca da Bibliotheca Pública Pelotense.

conquista da emancipação ao Centro Abolicionista, aos homens “justos e honestos” que ingressaram as comissões e organização do Centro, e ao povo pelotense, que em forma de manifestação pública fortaleceu o movimento. Além disso, Bernardo aproveitou o espaço para efetuar uma dura crítica ao governo vigente.

Esta festa, que faz honra a uma população inteira, encerra ao mesmo tempo em si uma solene e amarga exprobração aos governos que se tem sucedido no país desde a promulgação da gloriosa lei de 28 de setembro. Esses governos, sem patriotismo, sem força autônoma e sempre desmoralizados, nunca souberam elevar-se à altura da dignidade e iniciativa popular na magna questão do elemento servil; nunca tiveram a coragem de acompanhar as aspirações do país na mais grave questão social que nele jamais se tenha agitado!

Os textos dos outros republicanos citados eram mais breves, e tinham como semelhança associar a libertação dos escravizados com o progresso do país, já que o mesmo se encontrava em triste atraso perante outras civilizações: “Só então seremos grandes e caminharemos desassombradamente na senda do progresso.”. É importante mencionar que o movimento abolicionista no país não foi assinalado pelo amparo aos direitos individuais dos escravizados, e sim apoiou-se em fundamentos baseados na razão nacional, como mencionado por Maria Fernandes (2013). A escravidão seria a responsável pelo atraso da nação, “fazia mal a senhores e a escravos e impossibilitava a formação de cidadãos no país.”, por consequência, a libertação dos escravos faria o país progredir enquanto nação. Essa percepção não era nova, e já estava em pauta desde a independência por uma diminuta parcela dos liberais.

A narrativa de uma emancipação total dos escravizados no ano de 1884, levando ao fim à escravidão na cidade de Pelotas, é posta em contradição pela própria imprensa pelotense no ano de 1887. Além disso, quando se analisa as cartas de alforria concedidas na cidade nos anos que antecedem o 13 de maio, é possível verificar que um número grande de escravizados foi liberto após o ano de 1884 (com ou sem cláusulas de serviços), indo de encontro a essa crença de fim da escravidão na cidade e na Província.

O ano de 1887 pode ser considerado o início da terceira fase do movimento abolicionista na cidade. É nesse período que acontece o episódio de uma revolta na charqueada de Junius Brutus de Almeida, irmão do então propagandista republicano Epaminondas Piratinino de Almeida. Conforme Loner (2013) esse estabelecimento era o maior da cidade, e o seu proprietário era um dos charqueadores que mais

investiam na modernização das charqueadas, com a instalação de máquinas à vapor e a importação de mão de obra operária do Prata. Ainda segundo a autora, Junius Brutus tinha atitudes consideradas progressistas para a época, como, por exemplo, a construção de casas e um armazém para uso de seus empregados. Contudo, mesmo participando da festa de emancipação de 1884, libertou apenas uma escrava mulher de 18 anos, que não possuía interferência na produção de charque. Mesmo que seja muito difícil reaver o que aconteceu no dia da revolta, pelo fato de os jornais da cidade e também setores abolicionistas negarem a existência de qualquer levantamento, algumas notícias vindas de periódicos de fora de Pelotas, como por exemplo *A Federação* (Porto Alegre) e *Echo do Sul* (Rio Grande), esboçam alguns fatos deste caso.

Na publicação do dia 30 de novembro o periódico *A Federação* informa que, no dia anterior alguns libertos contratados da mencionada charqueada haviam abandonado o serviço e foram presos na cidade. Além disso, esses jornais também noticiaram uma grande passeata que teria acontecido no dia 28 de novembro, em homenagem a 2 importantes abolicionistas da cidade: Canabarro e João Ramos. Entretanto, cada jornal reúne diferentes motivos para essa manifestação. “Os jornais pelotenses asseveram que é simples homenagem. O *Echo do Sul* (29 e 30/11/87) de Rio Grande [...] informa que foi provocada por ofensas dirigidas à mãe do Cônego Canabarro, por grupos de escravagistas que foram a sua casa insultá-lo.” (LONER, 2013, p. 68). Houve também publicações que acreditavam que a manifestação fora uma atitude ostensiva por conta da revolta dos escravos da charqueada de Junius Brutus. Ademais, alguns defensores dos interesses escravagistas chegaram a afirmar que alguns membros do Club Abolicionista estimularam os cativos a realizarem o levante na charqueada e “a fazerem parede, colocando-se o vigário à frente deles, para constranger os senhores a cederem e libertá-los, tentando utilizar aqui o sistema posto em prática pelos abolicionistas de Campinas.” (LONER, 2013, p. 69). Em contrapartida, os escravagistas teriam reunido várias pessoas que condenavam “a conduta dos negros” e estimularam uma manifestação contra os abolicionistas, gerando até mesmo quase uma violência física para com Serafim Alves e João Antonio Ramos.

Essas afirmações são todas contestadas pelos abolicionistas, em especial por Serafim Alves, que escreve para o periódico *O Rio Grandense* negando que o

Club abolicionista tenha aconselhado alguns escravos a tentar conseguir suas cartas de alforria por meio do terror. Inclusive, desmente que tenha ocorrido qualquer conflito entre os abolicionistas e os senhores de escravos, reiterando que eles “não querem a anarquia, e sim a paz e harmonia entre abolicionistas e senhores de escravos” (LONER, 2013, p. 70). Depois dessas declarações, ainda dois jornais da cidade – *Correio Mercantil e A Ventarola* – brevemente declaram a existência de problemas entre os dois grupos, quando noticiam o acordo firmado entre eles para acertar suas pendências. Com isso, Loner (2013) destaca que todo esse murmurinho corrobora com a ideia de que, de fato, uma revolta negra aconteceu no estabelecimento de Junius Brutus de Almeida,

Ora, se foi necessário um acordo, é porque havia pendências. Se uma massa compacta dirige-se à casa do vigário da Igreja Matriz para desaforá-lo e, não o encontrando, ofende sua mãe, é porque a exasperação dos ânimos está muito elevada. Se notícias são colocadas em jornais de outras cidades relatando uma pretensa revolta escrava, por parte de escravocratas, não é cabível acreditar que estes a tenham inventado em sua totalidade. Até porque notícias de levantes de negros sempre foram muito temidas pelos senhores, pelas ideias que poderiam levantar no restante da massa escravizada. (LONER, 2013, p.71)

Além disso, a autora questiona os motivos que levaram Junius Brutus a libertar, em plena safra do charque, mais de 70 escravos com contratos de serviço ou sem cláusula alguma. O que leva a acreditar que houve uma recusa ao trabalho pelos escravos da charqueada de Junius Brutus, nos dias 26 e 27 de novembro de 1887, e provavelmente isso desencadeou um motim e fuga de alguns escravizados.

Infelizmente, se desconhece a dimensão da revolta na charqueada de Junius Brutus, mas sabe-se que ela foi grande o bastante para submeter o senhor a reconsiderar algumas decisões e liberar seus escravos.

Embora haja evidentes exageros dos dois lados, pode-se afirmar que houve, guardando as devidas proporções, não só uma revolta, mas duas: uma de escravos contra seus senhores e outra dos senhores contra os abolicionistas. A revolta dos escravos buscava a liberdade; a dos escravagistas, a continuidade da opressão, mesmo que tivessem que se sujeitar à nova forma jurídica. (LONER, 2013, p.72)

Para resolver esse embate entre os dois grupos, a polícia, o Barão de Santa Tecla e Epaminondas Piratinino de Almeida precisaram construir um acordo que abordava dois pontos: a libertação de todos os escravos até o primeiro dia do ano de 1888 (mediante contratos de prestação de serviços), e o grupo de abolicionistas

deveria garantir o cumprimento desses contratos pelos escravizados. Para assegurar que esse acordo fosse devidamente cumprido, foi criado o Club São Sebastião, que tinha os próprios Barão de Santa Tecla e Piratinino de Almeida como representantes dos charqueadores (LONER, 2013, p. 73).

Ao final dessa etapa, é possível concluir que os propagandistas republicanos atuaram de forma ativa também no movimento abolicionista da cidade. Os mesmos nomes que aparecem nas lideranças do Partido e Club republicanos também se apresentam à frente das agremiações e dos jornais envolvidos na causa abolicionista. Epaminondas Piratinino de Almeida, Luiz Fellipe de Almeida, Luiz Carlos Massot, Álvaro Chaves, Hipolyto Gonçalves Detroyate, Bernardo Taveira Junior, João José Cezar, Guilherme Echenique, entre outros, desde o início da década de 1880, estiveram presentes na fundação e diretoria do Clube Abolicionista, do Centro Abolicionista e por último, do Club São Sebastião.

Além disso, esses republicanos abolicionistas participaram ativamente dos jornais *A Voz do Escravo*, *A Discussão* e *A Penna*, principais porta-vozes da causa no período. Nos dois manifestos republicanos pelotenses publicados na década de 1880, as questões abolicionistas não foram ignoradas, como aconteceu a exemplo de outros, como o primeiro manifesto republicano publicado no Rio de Janeiro, em 1870. Essa parcela de propagandistas que aderiu ao movimento abolicionista tinha um ponto importantíssimo em comum: apesar de não pertencerem às mesmas camadas sociais, todos tiveram acesso à alta instrução escolar. Alguns deles estavam em contato direto com o movimento abolicionista, nas grandes capitais, que ganhava cada vez mais força entres os intelectuais, e compreendiam que inevitavelmente a escravidão não teria muitos anos pela frente.

Apesar de promoverem a causa abolicionista, os republicanos pelotenses divergiam no caminho a ser tomado para a libertação dos escravos. Aqueles que eram herdeiros de grandes charqueadores da cidade aproveitaram os contratos de prestação de serviço para que possuíssem mão de obra escrava pelo máximo de tempo possível, e também chegaram a defender a indenização aos senhores. De modo considerado mais radical, existiam os que defendiam a abolição absoluta do cativeiro, sem contratos ou indenizações, e talvez isso tenha ficado a cargo daqueles republicanos que não dependiam economicamente da escravidão. Mas isso não interferiu para que esses republicanos mais radicais aproveitassem do ônus da

campanha de emancipação, que teve seu auge no ano de 1884. Bernardo Taveira Junior é exemplo disso, pois defendia o fim da escravidão desde início da década de 1870, manteve posição consistente na imprensa pelotense e também fora dela, mas não perdeu a oportunidade de usufruir do mérito do grande avanço da emancipação negra que aconteceu na cidade em 1884, mesmo não sendo pelo método que ele defendia. Houve também os casos de republicanos pelotenses que participaram do movimento abolicionista de São Paulo e Rio de Janeiro, principalmente publicando artigos com diferentes temas sobre a questão da escravidão. Os irmãos Álvaro e Bruno Chaves abordaram diferentes assuntos enquanto redatores da *Revista Federal*. Na terceira edição do ano de 1886 por exemplo, falavam sobre a “ominosa” questão da pena de açoites, que fora abolida poucos meses depois, no dia 15 de outubro de 1886: “Assim concluímos, não há hoje no Brasil delinquente passível da pena de açoites, decretado pelo art. 60 do Cod. Criminal para o réu que for escravo.”⁹⁶.

4.3 A Propaganda e os usos da História: a memória da revolução farroupilha por meio de um monumento à república

Assim como os membros da Geração de 1870, os propagandistas republicanos utilizaram fortemente a História como ferramenta para a ação política. Buscaram referências heroicas no passado, estudaram a colonização portuguesa e os males da escravidão e buscaram traçar uma herança republicana anterior à geração deles. No caso do Rio Grande do Sul, praticamente todo o propagandista tinha alguma opinião sobre a Revolução Farroupilha, sendo que alguns tiveram mais destaque que outros na rememoração desta guerra, prestando homenagens públicas, redigindo artigos e até mesmo um livro, como Assis Brasil, que em 1881 publicou a *República Federal* – obra doutrinária fundamental para entender como os republicanos se utilizaram do passado para legitimar suas ações no presente (ALONSO, 2002).

Um dos interessantes momentos da propaganda republicana na cidade de Pelotas foi a decisão de erigir um monumento em homenagem a Domingos José de Almeida, que acabou sendo o primeiro e único monumento de natureza republicana erguido antes de proclamada a República⁹⁷. No dia 7 de setembro de 1885 foi

⁹⁶ *Revista Federal*, 10 de agosto de 1886, p. 4. Hemeroteca Digital – BNRJ.

⁹⁷ Primeiro monumento de Pelotas a ser tombado pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN).

inaugurado o Obelisco Republicano – ou Obelisco Domingos José de Almeida, ou Monumento Republicano – tendo como comissão organizadora do evento Álvaro Gonçalves Chaves, Luiz Carlos Massot e os filhos de Domingos de Almeida, Epaminondas Piratinino e Luiz Felipe de Almeida. Muitas questões permeiam as escolhas sobre as frases, as datas e os símbolos que estão presentes no monumento.

A informação da inauguração de um monumento em homenagem a República e a propaganda, que há alguns anos vinha sendo reproduzida pelo país, foi noticiada por alguns periódicos e muito elogiada por lideranças de outras localidades da província. Conforme publicação que ocupara mais da metade da primeira página do jornal *A Federação*, do dia 14 de abril de 1885, com título de “Domingos José de Almeida”, os redatores anunciavam a criação do Obelisco:

Diga o órgão oficial do partido republicano à província e a nação que os republicanos de Pelotas mandaram erigir um monumento à memora de Domingos José de Almeida. Assim, a geração que hoje existe, por intermédio dos democratas, traduz o seu reconhecimento pela lição de patriotismo e de civismo a geração lutadora do passado, simbolizada por Domingos de Almeida. (...) Aos moços de hoje é, conseqüentemente assas honroso articular notas dissonantes ao sistema que vigora, intentando a regeneração. Tal foi o louvável intuito dos republicanos pelotenses, que, na estrada publica, aos olhos de todos, cimentaram o seu protesto contra a indiferença e a pusilanimidade moral da maioria dos homens, avocando-lhes o exemplo luminoso de Domingos de Almeida.⁹⁸

Domingos José de Almeida, filho do português Domingos José de Almeida e Silva e de Escolástica Maria de Abreu, nasceu em Diamantina, nas Minas Gerais no ano de 1797. Contudo, foi na Freguesia de São Francisco de Paula – conhecida como cidade de Pelotas desde o ano de 1832 – que Almeida constituiu família, poder econômico e político. Em 1819, Domingos migrou para a então Província de São Pedro do Rio Grande do Sul, com a intenção de organizar e reunir tropas de mulas para as feiras que ocorriam na cidade de Sorocaba, em São Paulo. No entanto, fruto de seus negócios como comerciante, estabeleceu uma Charqueada às margens do Arroio Pelotas, próxima à de Bernardino Rodrigues Barcellos, que em 1824, viria a ser seu sogro.

Conforme mencionado por Carla Menegat (2009), as relações sociais estabelecidas por Domingos de Almeida ao chegar em Pelotas possivelmente foram de grande importância para sua vida política e econômica nos anos posteriores. Seu

⁹⁸ *A Federação*, do dia 14 de abril de 1885. Hemeroteca Digital – BNRJ.

casamento com Bernardina Barcellos de Lima, filha de charqueador, a amizade com João Simões Lopes que cedeu espaço em sua charqueada para festa de casamento de Almeida, e a sociedade com Antônio José Gonçalves Chaves no “Vapor Liberal”, todos homens que tiveram importância econômica e prestígio social e político na região, garantiram-lhe a inserção à elite política da cidade.

Uma das hipóteses aqui desenvolvidas é de que o casamento permitiu que Domingos não só passasse a fazer parte da vida econômica da província, trazendo oportunidades de negócios – que advinham das relações que passou a estabelecer a partir do matrimônio -, como também lhe proporcionou a integração à elite política regional. O casamento com Bernardina garantiu a ligação do empreendedor dinâmico – conhecedor de ligações comerciais com o centro do país – com os notáveis locais. (MENEGAT, 2009, pag. 52)

Domingos e Bernardina tiveram treze filhos. Destes, somente oito chegaram à idade adulta. Mesmo que tenham tomado caminhos particulares, alguns de seus filhos seguiram direções semelhantes. Junius Brutus Cassius de Almeida e Bernardino Bráulio de Almeida continuaram economicamente ligados às charqueadas e a criação de gado, além de ambos exercerem papéis políticos locais na Câmara Municipal. Já Luiz Felipe de Almeida, que exercia a profissão de tabelião, e Epaminondas Piratinino de Almeida, que era advogado, tiveram papel importante tanto no movimento abolicionista quanto na propaganda republicana da cidade de Pelotas.

No ano de 1832, em sociedade com José Gonçalves Chaves, José Vieira Vianna e Bernardino José Marques Canarim, Domingos de Almeida lançou um dos seus grandes empreendimentos, o serviço de navegação a vapor, que foi um dos pioneiros na Província, chamado de “Vapor Liberal” como supracitado. Em 1835, ele já ocupava o cargo de Deputado na Assembleia Provincial, e assumiu relevante participação na Revolução Farroupilha, que iniciara no mesmo ano. Quando implantada uma República Rio-grandense na Cidade de Piratini, em 1836, em decorrência da Guerra, Domingos foi nomeado Ministro da Fazenda, e no ano de 1838, Ministro do Interior, além de assinar junto de Bento Gonçalves o Manifesto de 29 de agosto de 1838, em que justificavam algumas decisões tomadas na Revolução. Pouco depois, foi escolhido para ser membro da comissão do projeto, que tinha como intuito criar a primeira Constituição política Republicana, publicado em 1843.

Durante o século XIX ocorreu na França uma prática chamada estatuamania⁹⁹, que forçou os governantes e cidadãos a repensar o espaço urbano, para que as

⁹⁹ Estatuamania é o desenvolvimento da escultura em praças públicas a serviço da cultura cívica.

idades passassem a ser “a galeria onde monumentos em prol da lembrança de indivíduos que contribuíram para a construção da sociedade – vulgo os “heróis” nacionais – pudessem ser lembrados e admirados por meio de monumentos” (LEAL; GIORDANI, 2019, p. 70). As características desses monumentos, como o posicionamento dentro do espaço urbano, estética e estrutura, faziam parte de um conjunto de escolhas para adicionar à sua mensagem, o que eles buscavam homenagear. Diante da tendência napoleônica da estatuamania francesa, os obeliscos são usados como uma espécie de marco, de indicador local e são ausentes de imagens ou figuras humanas, pois procuram valorizar os atos do que está sendo homenageado (LEAL; GIORDANI, 2019, p. 70). Monumentos podem ser utilizados para materializar um momento histórico, ou até mesmo formar uma identidade, assim como afirmação de poder. Os elementos incorporados em sua estrutura devem ser estudados em conjunto, pois cada um deles adiciona um significado à construção (GIORDANI, 2014).



Figura 1: Obelisco Republicano, bairro Areal, Pelotas - RS
Fonte: <https://www.facebook.com/Olhassobrepelotas/>, acessado em 05 de fevereiro de 2021.

Nesse sentido, presumivelmente pode-se entender que o obelisco republicano foi usado para todas as ações supracitadas. A própria data escolhida para a sua inauguração serviu como uma demonstração de poder. Ela aconteceu em 7 de Abril de 1885, correspondendo com o dia em que D. Pedro I abdicou do trono, no ano de 1831, além de ser também o ano do cinquentenário da Revolução Farroupilha. Pode-se considerar um ato de desafio, coincidir a data de fundação de um monumento em homenagem ao regime que desafiou o Império, e usar a mesma data da saída do primeiro Imperador do Governo Monarquista. Além disso, Sete de Abril era o nome do principal teatro da cidade na época, existente até hoje na cidade. O nome foi em homenagem à mencionada data da abdicação que, em 1831, foi entendida por muitos liberais como uma revolução política. Não é coincidência que entre os fundadores do

teatro estavam o próprio Domingos José de Almeida e Antônio José Gonçalves Chaves.

Domingos José de Almeida foi escolhido para junto com a República ser o homenageado, principalmente pelo que ele representava para o movimento. Na face frontal do obelisco há uma placa de bronze em que está escrito “*Os republicanos de pelotas recommendam aos viandantes a memória de Domingos de Almeida. 20 de setembro de 1884*”. Está claro que a intenção do monumento é imortalizar a memória de Almeida. Em Primeiro lugar, pela escolha do local em que foi construído, no Bairro Areal (como é conhecido atualmente) da cidade de Pelotas, lugar onde Almeida possuía sua charqueada. Além disso, várias datas importantes da vida dele também se fazem presentes na coluna: data de seu nascimento e sua província de origem (Minas Gerais, 1797), datas que indicam um momento de filantropia de Domingos de Almeida, que, por meio de suas doações, foi possível a construção de um hospital para atender vítimas de Cólera (novembro de 1855 e março de 1856).

Além disso, outras três datas que possivelmente foram importantes para Domingos de Almeida também foram inclusas: 15 de outubro de 1822, dia que chegou a Pelotas a notícia que o Brasil havia se tornado independente de Portugal; também está presente o ano de 1835, em referência ao início da Revolução Farroupilha; e 6 de novembro de 1836, dia em que Almeida foi escolhido para o cargo administrativo que comporia a República Rio-grandense. Contudo, não foram somente datas e frases que ocuparam o obelisco, três símbolos também foram incrementados a ele. O primeiro a ser analisado é o que recebeu mais destaque: o Brasão de Armas da República Rio-Grandense, moldado em massa de cimento e pintado com as cores oficiais.



Figura 2: Brasão de Armas Rio-Grandense, face frontal do Obelisco
Fonte: <http://www.vivaucharque.com.br/>, acesso em 5 de fevereiro de 2021.

A historiografia rio-grandense trouxe variadas considerações sobre o republicanismo da Revolução Farroupilha e o republicanismo de 50 anos mais tarde, que põe fim ao período Imperial em todo país. Alguns historiadores trataram a Guerra de 1835 como uma referência para o movimento republicano do Rio Grande do Sul. Piccolo (1998) acredita que a eclosão da Guerra dos Farrapos teve grande efeito na Assembleia Geral, pelo fato de que, no período Regencial, aconteceram muitas tensões entre a máquina administrativa controlada pelo Rio de Janeiro, que era o centro político, e as máquinas administrativas que eram controladas pelo poder local.

Luiz Alberto Grijó (2010) é autor de uma pesquisa cujo tema é justamente a questão de alguns líderes do PRR terem se apropriado de um movimento que aconteceu 50 anos antes da origem do partido republicano no Rio Grande do Sul. Esse artigo dedica-se a dois dos grandes líderes do PRR, Júlio de Castilhos e Joaquim Francisco de Assis Brasil, que publicaram dois textos¹⁰⁰ referentes à história do Movimento Republicano, em que discutem os primeiros anos do Movimento Farroupilha. Grijó acredita que se trata de uma apropriação militante, em que Castilhos e Assis Brasil usam do passado como um método para a luta político-partidária no presente.

[...] No sentido da apropriação militante do passado, o artigo de Castilhos parece dar a chave do entendimento do por que seria necessário dar conta do movimento de 1835. A chamada “Revolução Farroupilha” é vista como “um dos nossos mais notáveis pronunciamentos democráticos”, que fez do Rio Grande do Sul “a província mais republicana do Brasil”. Desse modo, Castilhos traça uma linha de continuidade entre aquele momento do passado e o momento no qual escreve [...] (GRIJO, 2010, p. 32)

Em contrapartida a essa importância que a Revolução teve para o movimento republicano, Piccolo (1998) traz em seu texto o exemplo de um grande propagandista republicano rio-grandense, Francisco Xavier da Cunha, que se dedicou a espalhar os ideais republicanos quando, por exemplo, fundou o jornal “A Democracia”¹⁰¹ e foi redator-chefe do jornal “A República”¹⁰², mas não tinha o seu republicanismo identificado com os farroupilhas. Ele culpava a Revolução pelo atraso que existiu na vida política depois de 1845, e assim se pronunciou sobre a Guerra:

¹⁰⁰ História da República Rio-Grandense (Assis Brasil, 1882) e Movimento Republicano (Castilhos, 1928 [1884]).

¹⁰¹ Jornal do Partido Republicano do Rio de Janeiro.

¹⁰² Jornal órgão do Partido Republicano, que circulou em Porto Alegre, em 1872, 1874 e 1875.

Data a decadência do espírito público (na província) da conclusão da guerra civil. A nossa Revolução de 35, mal encabeçada e mal definida, devia morrer fatalmente. A sua bandeira não assinalava o grande princípio da integridade das nacionalidades. Ao contrário disso, ela queria a cisão do corpo social: desvio imenso ao qual deveu sua ruína. (PICCOLO, apud 1998, pag. 67)

Seguindo este raciocínio de atraso na política da província, Jonas Vargas (2010) considerou que a Revolução Farroupilha serviu como uma lição para os líderes rio-grandenses, em que o conflito armado não seria a melhor tática para defender os interesses da província. A escolha adequada para o Rio Grande do Sul seria uma maior participação no governo central, o que foi acontecer somente em 1878, quando Manoel Luiz Osório - Marques do Herval - e Gaspar Silveira Martins assumiram cargos importantes no Império, e a elite rio-grandense passou a ter uma maior representatividade dentro dos gabinetes. Soma-se a isso o fato de que, nos anos 1880, os próprios Liberais disputaram a memória da guerra com os republicanos, uma vez que nem todos os farroupilhas eram inimigos da monarquia e que alguns dos princípios do partido de Gaspar Silveira Martins já estavam postos em 1835 (GRIJÓ, 2010).

Diferente de Francisco Xavier da Cunha, que culpou a Guerra dos Farrapos pelos atrasos políticos que acreditou existir no Rio Grande do Sul, os propagandistas Pelotenses enalteciam a revolução como marca do Movimento Republicano. Um dos objetivos dos sócios do Clube Republicano Rio-Grandense era celebrar os aniversários da Revolução Farroupilha, bem como outros movimentos de caráter político como as Revoluções de Pernambuco de 1817 e 1824, a “Revolução Sabinada” e a Conjuração Mineira¹⁰³. Nesse Clube formado por rio-grandenses que moravam no Rio de Janeiro, havia um número grande de membros que eram pelotenses e se tornaram grandes personagens da vida republicana. Também em São Paulo, os rio-grandenses que estudavam Direito na Faculdade do Largo de São Francisco deram o nome de “20 de Setembro” ao clube republicano que organizaram, em 1881.

Assim sendo, pode-se perceber que a herança da Revolução Farroupilha foi disputada por diferentes grupos políticos, inclusive as lideranças do Partido Liberal, sendo que alguns a enalteciam e outros condenavam. É válido supor que os republicanos pelotenses celebravam a Guerra como grande acontecimento do

¹⁰³Atas do Clube Republicano Rio-Grandense, localizadas no Arquivo Particular de Ildelfonso Simões .Lopes, no CPDOC-FGV, no Rio de Janeiro. Agradeço ao Prof. Jonas Vargas uma cópia desse documento.

republicanismo na província. Não é demais lembrar que os pais de alguns desses republicanos lutaram na guerra ao lado dos farrapos, como Antônio José Gonçalves Chaves (avô de Álvaro Chaves), Domingos José de Almeida (pai de Epaminondas Piratinino e Luiz Felipe de Almeida) e Manoel Lourenço do Nascimento (pai de Alexandre Cassiano do Nascimento), que era secretário pessoal do general David Canabarro. Ou seja, os republicanos de 1835 deixaram herdeiros na propaganda republicana nos anos 1880. A memória familiar se misturava com a memória política e orientava a conduta no presente. Nesse sentido, o obelisco também podia ser considerado uma homenagem aos seus pais e avós farroupilhas, de quem tinham orgulho.

Todavia, no dia 31 de maio de 1887, um texto publicado da Revista Federal, trouxe novas observações sobre a herança da Revolução. No artigo intitulado “Contra o separatismo”, os redatores da revista mostram preocupação com o debate separatista que surgiu na província de São Paulo, iniciado por um ex-deputado. Na visão dos republicanos a frente da Revista, essa ideia separatista era mais uma das táticas do partido liberal de reconquistar a opinião pública que estava deteriorada. Inclusive, citam dois eventos em que isso pode ter acontecido: as diversas vezes em que os chefes liberais rio-grandenses intimidaram o centro imperial com a separação da província, e a então recente ameaça da região amazônica com a mesma ideia. Eles alertavam aos republicanos de São Paulo, que pudessem aderir a esse movimento, que esse ato seria extremamente egoísta, já que estariam dando as costas ao principal juramento que tinham feito quando aderiram ao republicanismo: *“deverá ter como escopo o levantamento desta grande pátria brasileira debaixo dos seguros auspícios da forma republicana federal (...)”*.

O monumento em homenagem a República foi uma das maiores demonstrações de uso do republicanismo do passado para propaganda no presente, contudo não foi o único ato desses líderes. A imprensa também foi amplamente utilizada para o desenvolvimento de uma memória republicana rio-grandense. O próprio Club Republicano Rio-Grandense, criado no Rio de Janeiro, teve como principal motivo de sua origem a celebração de 50 anos da Revolução Farroupilha.

No dia 20 de agosto de 1885, à rua 7 de Setembro, 67 sobrado, instala-se, por iniciativa de alguns cidadãos, o Club Republicano Rio-Grandense com o fim de comemorar o 50º aniversário da Revolução Rio-Grandense, auxiliar e

sustentar a imprensa e mais meios de propaganda republicana e comemorar anualmente o dia 20 de setembro, aniversário da mesma Revolução.¹⁰⁴

Além disso, no periódico criado pelos membros da agremiação, nas datas de 20 de setembro dos anos em que a revista esteve em funcionamento, a edição inteira era dedicada a comemorar o aniversário de Revolução, além de rememorar o que, para esses indivíduos, foi o primeiro ato republicano na província do Rio Grande do Sul. Reforçavam o dever da geração atual (na qual estavam inseridos) de honrar a memória “daqueles sinceros e destemidos patriotas” e “o dever de continuar a obra valentemente encetada, combatendo a mesma instituição, que infelicita a pátria.”¹⁰⁵. É interessante o fato de um número grande de textos publicados na revista; mesmo que de diferentes assuntos, a questão de uma melhor “orientação científica” é abordada, seja para confrontar as ideologias dos partidos monárquicos, que os republicanos consideravam inferiores, ou até mesmo para demonstrar que aqueles jovens que faziam propaganda republicana na década de 1880 estavam melhores amparados a partir de uma “verdadeira ciência política” do que seus antecessores que marcaram presença na Revolução.

Aos patriotas de hoje, com melhor orientação científica cumpre seguir o mesmo caminho, apontando os embustes e ficções, de que a monarquia, mostrando aos olhos do povo o desmoronamento d'esta sociedade, que se esfacela perdido o amor da pátria, com a ostentação do abastardamento dos caracteres. Para que, porém, aproveite no futuro a lição do passado, é necessário ir preparando esta nacionalidade, para que possa com segurança derrocar a velha e gasta forma anacrônica – a monarquia, substituindo-a pela República Federativa, o único governo capaz de conduzir este país aos seus verdadeiros destinos.¹⁰⁶

Não se pode deixar de mencionar que existiu, nos anos de propaganda republicana em todo o país, um empenho em torno da criação da imagem de um novo regime, “cuja finalidade era atingir o imaginário popular para recriá-lo dentro dos valores republicanos” (CARVALHO, 1990, p. 10), utilizando, nesse caso específico, símbolos e memórias de um passado considerado o primeiro marco do republicanismo no Rio Grande do Sul.

A manipulação do imaginário social é particularmente importante em momentos de mudança política e social, em momentos de redefinição de identidades coletivas. Não foi por acaso que a Revolução Francesa, em suas várias fases, tornou-se um exemplo clássico de tentativa de manipular os

¹⁰⁴ Ata da reunião do dia 20 de agosto de 1885 do Club Republicano Rio-Grandense. Fundo particular de Ildefonso Simões Lopes – BNRJ.

¹⁰⁵ *Revista Federal*, 20 de setembro de 1886, p. 1.

¹⁰⁶ *Revista Federal*, 20 de setembro de 1886, p. 1. Hemeroteca Digital – BNRJ.

sentimentos coletivos no esforço de criar um novo sistema político, uma nova sociedade, um homem novo. (CARVALHO, 1990, p. 11)

O uso da história para propaganda política pelos republicanos pelotenses não ficou a cargo somente da Revolução Farroupilha, mesmo que a Guerra tenha sido o foco do grupo. Em algumas ocasiões, Tiradentes foi discutido e rememorado por esse grupo. Inclusive, a comissão que organizou a construção do Obelisco Republicano, em um primeiro momento, cogitou homenagear Tiradentes, mas optaram por outra personalidade que, além de ser pai de dois republicanos, possuiu grande prestígio na região. Nos textos de Bernardo Taveira Junior, homenagens ao personagem símbolo da Inconfidência Mineira foram feitas mais de uma vez, e um dos seus poemas foi dedicado a ele.

Não era um utopista que sonhava! / Era um filho extremoso, que pensava /
Na pátria a soluçar na escravidão; / Era ele um patriota altivo e forte, / Que
do mártir, por prêmio, teve a sorte / Foi nobre coração.¹⁰⁷

Não ficou a cargo apenas dos pelotenses essa forma de apropriação de movimentos do passado para legitimar movimentos sociais do presente. Como mencionado anteriormente, Assis Brasil, um dos grandes nomes da propaganda no Rio Grande do Sul, usou de seu talento no mundo das letras para, conforme Saccol (2011), “amenizar o impacto da ideia de um novo regime político”; prática que ocorreu em todo o país, e que, no caso específico dos rio-grandenses, se deu em torno da Revolução Farroupilha (SACCOL, 2011, p. 2). Soma-se a isso o fato de que Assis Brasil marcou seu casamento justamente na data do cinquentenário da Revolução, vindo a desposar sua noiva justamente no dia 20 de setembro de 1885.

Portanto, suas vidas, seu cotidiano, suas memórias familiares e investimentos de tempo e de recursos estavam fortemente depositados na propaganda, buscando doutrinar e difundir suas ideias ao maior número de pessoas possível. Durante o tempo em que esse grupo de indivíduos esteve à frente do movimento republicano, em Pelotas, discutiram temas como federalismo, emancipação e abolição da escravidão, fizeram contínuas críticas à monarquia e

¹⁰⁷ Trecho retirado de um poema de Bernardo Taveira Junior. O documento encontra-se no fundo particular de Bernardo Taveira Junior, na Bibliotheca Pública Pelotense.

defenderam fortemente uma maior autonomia para os municípios, provavelmente visando gerir as riquezas produzidas pela cidade. Amparados, principalmente, por um conjunto de novas ideias que teve um grande acolhimento dentro das academias imperiais, em especial as faculdades de direito do país, locais em que os indivíduos do grupo C puderam circular durante as décadas de 1870 e 1880, por estarem inseridos em famílias com poder econômico privilegiado.

É possível perceber que uma parcela desses propagandistas desfrutou dos meios necessários para difundir o republicanismo na cidade. Utilizaram a imprensa dentro e fora de Pelotas, auxiliando na criação de diversos periódicos e participando da direção e redação de outros, além de organizarem sociedades literárias, clubes e diversos encontros para debates de todo o tipo. Estiveram ativamente presentes no movimento abolicionista, participando das comissões diretivas dos clubes e centros voltados à causa, colaborando com doações de diversas maneiras para arrecadar pecúlio que fosse utilizado em cartas de alforria, e até mesmo libertando escravizados com cláusulas de serviço. Alguns propagandistas republicanos exploraram ao máximo seus recursos financeiros, além daqueles que poderiam ser auferidos por meio de suas ocupações e profissões, desde a impressão de livros para serem usados nas inúmeras reuniões que mantiveram ao longo dos anos, patrocinando monumentos em homenagem à República, e até mesmo custeando periódicos que pudessem fortalecer o movimento republicano, como a exemplo a Revista Federal.

5 Conclusão

Após um número grande e variado de fontes históricas analisadas, muitas informações coletadas e várias páginas preenchidas, foi possível estabelecer um debate acerca das principais questões permeadas sobre o movimento republicano pelotense e, principalmente, sobre os indivíduos que dele fizeram parte. Os resultados obtidos derivam da investigação de uma ampla documentação, como: jornais, correspondências, atas de agremiações e variados documentos particulares que, no geral, forneceram informações valiosas sobre a atuação desse grupo que estava à frente da propaganda republicana na cidade. Diferentes pontos foram interpelados durante a construção do texto de dissertação. Em primeiro lugar, foi importante compreender o perfil socioeconômico em que esses indivíduos estavam inseridos, assim como o contexto em que se deu o desenvolvimento das ações desse grupo. Os propagandistas republicanos pelotenses apresentavam um perfil socioeconômico diversificado, assim como o nível de influência e contato com o movimento. Contudo, essa diversidade contribuiu para que uma hierarquização dentro do próprio grupo fosse formada, nos mesmos moldes do que era costumeiro acontecer na vida política imperial.

É plausível acreditar que algumas funções ficavam a cargo de uma pequena porção do grupo, que possuía características importantes para a inserção na vida política e gerenciar os passos que deveriam ser dados para o fortalecimento do movimento. Os cargos de orador do Club e Partido Republicano, assim como os debates realizados a partir da imprensa, ficaram aos cuidados de homens inseridos também nas práticas intelectuais da época. Alexandre Cassiano do Nascimento e Álvaro Chaves são exemplos dessas lideranças, que utilizavam dos benefícios dos estudos de ensino superior e de todas as ideias que tiveram contato enquanto estavam em outras províncias, participando de outros movimentos, para a doutrinação dos correligionários de menor instrução. Entretanto, esses postos não ficaram somente nas mãos desses jovens estudantes e suas experiências vivenciadas nas faculdades. Bernardo Taveira Jr. e Guilherme Echenique foram importantes componentes nessas estratégias, mesmo não possuindo o alto nível de instrução de Cassiano e Chaves, possuíam grande experiência com a imprensa e as manifestações por meio dela, servindo como importantes auxiliares quando os dois primeiros citados estavam fora da cidade.

A partir dessas elucidações, foi possível perceber que pelo menos três grupos diferentes de republicanos atuavam na propaganda em Pelotas, tendo, em dois deles, os indivíduos que alcançariam poder político após 1889. Contudo, existe uma grande diferença entre esses dois conjuntos de pessoas: por mais que as agremiações republicanas pelotenses tivessem como lideranças os indivíduos do Grupo B, foram os homens do Grupo C que ocuparam os cargos políticos de nível Estadual e Federal depois do 15 de novembro, enquanto o restante ocupou cargos de nível local. Em outras palavras, foi identificado um grupo (B) de pessoas que não pertenciam às camadas sociais mais altas da sociedade pelotense, nem possuíam familiares que já estivessem envolvidos com a política local ou provincial, mas conquistaram espaço no movimento republicano estando à frente das agremiações formadas na cidade e, em alguns casos, participando ativamente também do movimento abolicionista. Para essa parcela de republicanos ficaram reservados os cargos políticos de nível local, tornando-se vereadores e intendentes, além de fazerem parte do primeiro conselho consultivo após a Proclamação da República. Já o outro grupo aqui citado, também participou ativamente da propaganda na cidade, mas esteve envolvido também com o movimento republicano de outras províncias, ocupando, após 1889, cargos políticos de nível estadual e federal.

O segundo capítulo desta pesquisa dedicou-se a entender quais foram os aspectos que os diferenciavam no sucesso e permanência na vida política, concluindo que não foram apenas uma ou duas particularidades (herdadas ou não) que os distinguiam do restante da sociedade, e sim um conjunto de atributos. O pertencimento a elite econômica da cidade é um dos primeiros traços perceptíveis – basta observar os sobrenomes desses indivíduos, pertencentes às famílias que detinham tanto poder econômico como político na cidade. Dos seus familiares, herdavam não só a fortuna, mas o prestígio social e o contato com os líderes políticos da cidade e de outras regiões. Mas, diferente dos seus pais, essa geração teve um maior incentivo para obter seus diplomas de ensino superior, o que possivelmente alavancou suas candidaturas após 1889. Na faculdade de direito de São Paulo, e nas de medicina e engenharia do Rio de Janeiro, além de conhecerem jovens republicanos de outras localidades do país, onde o movimento estava mais consolidado, e formar redes de relações que poderiam se tornar apoiadores políticos no futuro, entraram em contato com inúmeras ideias novas que permearam o país

nesse período, mas chegavam primeiro nos maiores centros urbanos, como a Corte e São Paulo.

Esse grupo ajudou a difundir muitas dessas novas ideias quando voltaram para Pelotas, e, como dito anteriormente, possivelmente ficou a cargo deles conduzir os próximos passos do movimento na cidade. Na imprensa, foram inúmeras as questões debatidas, mas o federalismo (com foco principal em uma maior autonomia municipal) e a abolição da escravidão tiveram destaque entre todas as críticas ao governo vigente, que foram publicadas ao longo dos anos de propaganda. É importante lembrar que principalmente as pessoas pertencentes ao grupo C, estiveram também ligadas ao movimento abolicionista na cidade, mesmo sendo filhos de escravagistas ou possuindo seus próprios escravizados. É plausível supor que muitos deles imaginavam que a abolição era inevitável naquele cenário, e, como estratégia política, preferiram estar à frente dessa “revolução”.

Por fim, devemos nos indagar: qual a contribuição de um outro estudo sobre a propaganda republicana, focado em um nível local, em uma cidade do interior de uma província? A república, quando associada ao abolicionismo, ao anticlericalismo e ao positivismo, era uma bandeira que representava um reformismo com algumas pautas mais radicais. Tendo em vista que a monarquia caiu sem muita resistência e que a república se consolidou de forma bastante rápida por todo o território brasileiro, o período da propaganda e os seus méritos ainda precisam ser mais bem pesquisados. Não conhecemos muito bem a capacidade dos seus líderes em divulgar e “suavizar” as novas ideias entre as camadas populares, e até mesmo entre as tradicionais famílias que estavam no poder. Mesmo que conduzida por um grupo de bacharéis que pouco se diferenciava das elites monarquistas, sua ascensão ao poder foi notável, visto pertencerem a um grupo bastante pequeno. Portanto, o fato de ter sido propagandeada por filhos de famílias economicamente bem estabelecidas, cujos pais eram monarquistas tradicionais, talvez ajude a entender um pouco melhor a ampla aceitação do novo regime, assim como a própria natureza oligárquica, reformista e adaptável das famílias das elites brasileiras.

Referências

ADORNO, Sergio. **Os aprendizes do poder: o bacharelismo liberal na política brasileira**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1998.

ALMEIDA, João Pio. **Borges de Medeiros**. Rio de Janeiro: Barcellos Bertaso e Cia, 1928.

ALONSO, Angela. **Crítica Intelectual e Reforma Política: positivistas e liberais na crise do Império**. XXIII Encontro Anual da ANPOCS, 1999.

_____. **Ideias em movimento: a Geração 1870 na crise do Brasil-Império**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2002.

_____. **Flores, votos e balas: O movimento abolicionista brasileiro (1868-88)**. São Paulo: Companhia das Letras, 2015.

ANTUNES, Deoclésio Paranhos. Os partidos políticos no Rio Grande do Sul (1822-1889). In: **Anais do Primeiro Congresso de História e Geografia Sul-riograndense**. Porto Alegre: IHGRS/Livraria do Globo, v. 2, 1936.

BARETTA, Sílvio Rogério Duncán. **Political violence and regime change: a study of the 1893 civil war in southern Brazil**. Pittsburgh: University of Pittsburgh, 1985. p. 192-217.

BROSSARD, Paulo (Org.). **Idéias políticas de Assis Brasil**. Brasília: Senado Federal; Rio de Janeiro: Fundação Casa de Rui Barbosa, 1989.

BUSINO, Giovanni. **Elites e élitisme**. Paris: Presses Universitaires de France, 1992.

CARVALHO, José Murilo de. **A construção da ordem: a elite política imperial: Teatro de sombras: a política imperial**. 3ª. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007

_____. **República, democracia e federalismo Brasil, 1870-1891**. Varia História, Belo Horizonte, v. 27, n. 45, p. 141-157, jun. 2011.

_____. **A formação das almas: O imaginário da República no Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 1990. 166 p.

CASTRO, Celso. **Os militares e a República: um estudo sobre a cultura e a ação política**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1995. 208 p.

CASTRO, Hebe. História Social. In: CARDOSO, Ciro Flamarion; VAINFAS, Ronaldo. **Domínios da história: ensaios de teoria e metodologia**. (orgs.). Rio de Janeiro, Campus, 1997.

COUTO, Felipe Rabelo. **Manifesto republicano de 1870: esboço institucional de uma república parlamentarista**. 30º simpósio nacional de história. ANPUH-Brasil. 2019.

CUNHA, Carlos Otoniel Pacheco da. **Moço, inteligente e médico de competência notável**: Antecedentes da trajetória política republicana de Carlos Barbosa Gonçalves (Segunda metade do século XIX). São Leopoldo. Dissertação (Mestrado em História) - Universidade do Vale do Rio dos Sinos – UNISINOS, 2018.

D'EU, Conde. **Viagem Militar ao Rio Grande do Sul**. São Paulo: USP, 1981.

DEVINCENZI, Diego Speggiorin. A Crista do Chantecler: José Gomes Pinheiro Machado no jogo das mediações políticas brasileiras (1889-1915). Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal do Rio Grande do Sul. 2018

DOGENSKI, Larissa Copatti. **Um pelotense na política nacional: a trajetória de Alexandre Cassiano do Nascimento (1859-1912)**. Monografia final do curso de Licenciatura em História. Pelotas: UFPel, 2013.

DREYS, Nicolau. **Notícia descritiva da Província do Rio Grande do Sul**. Porto Alegre: IEL, 1961.

ENGEL, Magali. "Republicanism". In: VAINFAS, Ronaldo (Org.). **Dicionário de Brasil Império**. Rio de Janeiro: Objetiva, 2002, p. 631

FALCON, Francisco. História e Poder. IN: Ciro Flamarion Cardoso, Ronaldo Vainfas (orgs.). **Domínios da história**: ensaios de teoria e metodologia. Rio de Janeiro: Campus, 1997.

FARINATTI, Luis Augusto. Confins Meridionais: **famílias de elite e sociedade agrária na fronteira sul do Brasil (1825-1865)**. Tese de Doutorado. Rio de Janeiro: PPG em História Social do IFCS-UFRJ, 2007.

FERNANDES, Maria Fernanda Lombardi. **Os republicanos e a abolição**. Rev. Sociol. Polít., Curitiba, 27, p. 181-195, nov. 2006

FRANCO, Sérgio da Costa. **Júlio de Castilhos e sua época**. Porto Alegre: EDUFRGS, 1996 (1ª ed. 1967);

GILL, Lorena Almeida (Org.); LONER, Ana Beatriz (Org.); MAGALHÃES, Mario Osorio (Org.). **Dicionário de História de Pelotas**. 3ª. ed. Pelotas: Editora da UFPel, 2017. 295 p.

GIORDANI, Laura. **Monumento à República: Estudo e Interpretações sobre o Obelisco de Pelotas**. Trabalho de conclusão de curso em História. Pelotas: UFPel, 2014.

GONÇALVES, Mariana Couto. **A vida de Obra do Escritor Bernardo Taveira Junior (1836-1832)**. São Paulo, Unesp, v. 11, n.2, p. 217-232. 2015

_____. **A voz do escravo: o eco transmissor da causa abolicionista pelotense.** História em Revista, Pelotas, 236-245, v. 19, dez./2013

_____. **O 13 de Maio e a Festa Abolicionista Pelotense na revista ilustrada A Ventarola.** Anais Eletrônicos do II Encontro História, Imagem e Cultura Visual - 8 e 9 de agosto de 2013– Porto Alegre – Brasil GT História, Imagem e Cultura Visual - ANPUH-RS

GRIJÓ, Luiz Alberto. **Ensino jurídico e política partidária no Brasil:** a Faculdade de Direito de Porto Alegre (1900-1937). 2005. 275 f. Tese (Doutorado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2005.

_____. **Foi o PRR um “partido político”?** Revista Logos, Canoas: Ulbra, v. 11, n. 1, p. 65-68, maio 1999.

GUIMARÃES, Lucia. **“Partidos”.** In: VAINFAS, Ronaldo (Org.). Dicionário de Brasil Império. Rio de Janeiro: Objetiva, 2002, p. 563-566.

GUTIERREZ, Ester J. B. **Negros, charqueadas & olarias: um estudo sobre o espaço pelotense.** Pelotas: UFPel, 2001.

HEINZ, Flavio Madureira. **O historiador e as elites – à guisa de introdução.** In: _____ (Org.). Por outra história das elites. Rio de Janeiro: FGV, 2006. p. 8.

ISABELLE, Arsene. **Viagem ao Rio daPrata e ao Rio Grande do Sul.** Brasília: Senado, 2006.

LEAL, Elisabete da Costa; GIORDANI, Laura. **As duas faces de uma mesma República: o Obelisco a Domingos José de Almeida - Pelotas e o Monumento a Júlio de Castilhos.** RIHGRGS, Porto Alegre, n. 157, p.69-89, dezembro de 2019.

LEVI, Giovanni. Os usos da biografia. In: AMADO, Janaina; FERREIRA, Marieta de Moraes (Orgs.). **Usos e abusos da história oral.** Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2006. p. 167-181.

_____. **30 anos depois: repensando a Micro-história.** In: MOREIRA, Paulo; VENDRAME, Maíra; KARSBURG, Alexandre (Org.). Ensaios de Micro-história: trajetória e migração. São Leopoldo: Oikos, 2016.

LIMA FILHO, Henrique Espada. Micro-história. In: CARDOSO, Ciro F.; VAINFAS, Ronaldo. **Novos Domínios da História.** Rio de Janeiro: Elsevier, 2012.

LEITMAN, Spencer. **Raízes socioeconômicas da Guerra dos Farrapos.** Rio de Janeiro: Graal, 1979 (1ª ed. 1972)

LONER, Beatriz. A revolta que oficialmente não houve. IN: **História em revista**. Pelotas, v.3, novembro de 1997, p. 29-52.

_____. **Abolicionismo e imprensa em Pelotas**. Anais do II Congresso Internacional de Estudos Históricos: Imprensa, História, Literatura e Informação. Rio Grande: ED. FURG, 2007, p. 57-64.

_____. Abolição. IN: LONER, Beatriz. GILL, Lorena. MAGALHÃES, Mario Osório (org.). **Dicionário de história de Pelotas**. Pelotas: Ed. Da UFPel, 2012.

LOPES, Aristeu Elisandro Machado. **Traços da política: representações do mundo político na imprensa ilustrada e humorística pelotense do século XIX**. Porto Alegre. 236 p. Dissertação (Instituto de Filosofia e Ciências Humanas) - UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL, 2006.

LOVE, Joseph L. **O Regionalismo Gaúcho e as origens da Revolução de 1930**. São Paulo: Editora Perspectiva, 1975 (1ª ed. 1971);

MAGALHÃES, Mário Osório. **Opulência e cultura na Província de São Pedro do Rio Grande do Sul: Um estudo sobre a história de Pelotas (1860-1890)**. Pelotas: UFPel, 1993.

MARTINY, Carina. **“O chefe político dos mais avançados republicanos”**: Júlio de Castilhos e o processo de construção da República (1882-1903). Tese de Doutorado em História. PPG-História da UFRGS, 2018.

MARTINS, Maria Fernanda Vieira. **A velha arte de governar: um estudo sobre política e elites a partir do Conselho de Estado (1842-1889)**. Tese de Doutorado apresentada ao PPG em História Social do IFCS-UFRJ. 2005.

MELO, José Marques de. **Os primórdios do ensino de jornalismo**. Estudos em Jornalismo e Mídia, Vol. I Nº 2 - 2º Semestre de 2004.

MENEGAT, Carla. **“Os seus serviços públicos e políticos estão de certo modo ligados à prosperidade do município” Constituindo redes e consolidando o poder: uma elite política local**. Dissertação. Universidade do Vale do Rio dos Sinos. Programa de Pós-Graduação em História. São Leopoldo, RS, 2010.

_____. **O tramado, a pena e as tropas: família, política e negócios do caal Domingos José de Almeida e Bernardina Rodrigues Barcellos**. Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, 2019.

NUNES, Etiane Carvalho. **“Não, a mulher brasileira não é escravocrata”: a participação das mulheres no movimento abolicionista em Pelotas (1881-1884)**. Trabalho de conclusão de curso, Universidade Federal de Pelotas, 2019.

OSORIO, Fernando; MAGALHÃES, Mario Osorio (Org.). **A Cidade de Pelotas**. 3ª. ed. Pelotas: Armazém Literário, v. 1, 1997. 262 p.

_____. **Notícias da Proclamação da República em Pelotas (1859)**. Organização e notas de Mario Osório Magalhães. Pelotas. Diário Popular, 2011.

PARANHOS, Antunes. **Os partidos políticos no Rio Grande do Sul (1822-1889)**. In: ANAIS DO PRIMEIRO CONGRESSO DE HISTÓRIA E GEOGRAFIA SUL-RIO-GRANDENSE, Porto Alegre: Livraria o Globo, 1936.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. **A Revolução Federalista**. 1. Ed. São Paulo: Brasiliense, 1983. V. 1. 102p.

PERES, Jéssica Rodrigues B. **Propagandistas republicanos na terra das charqueadas: uma análise dos republicanos pelotenses durante a crise da monarquia**. Trabalho de Conclusão de Curso em História. Pelotas: UFPel, 2018.

PICCOLO, Helga Iracema Landgraf. **A política rio-grandense no II Império (1868-1882)**. Porto Alegre: Gabinete de Pesquisa de História do Rio Grande do Sul, 1974.

_____. **Vida política no século 19: da descolonização ao movimento republicano**. 3ª ed. Porto Alegre. Universidade/UFRGS. 1998

PINTO, Celi Regina Jardim. **Contribuição ao estudo do Partido Republicano Rio-Grandense**. Porto Alegre. 178 p. Dissertação (Programa de Pós-Graduação em Ciência Política) - UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL, 1979.

PORTO, Aline Carvalho. **O Brasil visto a partir do Sul: A perspectiva nacionalista de João Simões Lopes Neto**. Tese (doutorado). Programa de Pós-Graduação em História, PUCRS. 2019.

ROSA, Othelo. **Júlio de Castilhos: escritos políticos com perfil biográfico**. Porto Alegre: Globo, 1928.

ROSA, Silmara Dencati Santa. **A crise imperial e a perspectiva republicana: alguns fatores que determinaram o fim do Império**. Revista Outras Fronteiras, Cuiabá, vol. 1, n. 1, jun., 2014

REVEL, Jacques. Microanálise e construção social. In: REVEL, Jacques (Org.). **Jogos de Escalas: a experiência da microanálise**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 1998.

SACCOL, Tassiana Maria Parcianello. **Um propagandista da república: política, letras e família na trajetória de Joaquim Francisco de Assis Brasil (década de 1880)**. Porto Alegre. 210 p. Dissertação (Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas) - PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DO RIO GRANDE DO SUL, 2013.

SACCOL, Tassiana M. P.; VARGAS, Jonas M. Pai monarquista, filho republicano: propaganda republicana, eleições e relações familiares a partir da trajetória de Joaquim Francisco de Assis Brasil (1877-1889). In: VIII MOSTRA DE PESQUISA DO ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL: PRODUZINDO HISTÓRIA A PARTIR DE FONTES PRIMÁRIAS, 2010, Porto Alegre, **Anais...** Porto Alegre. Corag/APERS, 2010.

SANTOS, Kevin Retzlaff dos. **Mediação política e coronelismo no Rio Grande do Sul: uma análise da relações sociais de Alexandre Cassiano do Nascimento (1889-1912)**. Trabalho de Conclusão de Curso aprovado, como requisito parcial, para obtenção do grau de Licenciatura em História, Instituto de Ciências Humanas, Universidade Federal de Pelotas. 2018

SILVEIRA, Cássia Daiane Macedo da. **Dois pra lá, dois pra cá: o Parthenon Litterario e as trocas entre literatura e política na Porto Alegre do século XIX**. Dissertação Programa de Pós-Graduação. Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, 2008.

SIQUEIRA, Karulluny Silverol. **Republicanism ou republicanismos? Ideais de República na Província do Espírito Santo, 1887-1889**. *Almanack*, Guarulhos, n. 23, p. 454-499, dez. 2019.

SOUZA, Jéssica Oliveira de. **As representações da cidade de Pelotas nas crônicas de Alberto Coelho da Cunha (1853-1939)**. 2017.126f. Dissertação (Mestrado em História) - Programa de Pós-Graduação em História. Instituto de Ciências Humanas, Universidade Federal de Pelotas, Pelotas, 2017.

SPALDING, Walter. **Construtores do Rio Grande**. V. 1. Porto Alegre: Livraria Sulina Editora. 1969.

_____. **Construtores do Rio Grande**. V. 2. Porto Alegre: Livraria Sulina Editora. 1969.

_____. **Construtores do Rio Grande**. V. 3. Porto Alegre: Livraria Sulina Editora. 1969.

STONE, Lawrence. **Prosopografia**. Revista de sociologia e política, v. 19, n. 39, p. 115-137, 2011.

VARGAS, Jonas Moreira. PERES, Jéssica Rodrigues Bandeira. **A cidade de Pelotas, seus habitantes e suas elites: novas fontes documentais para o seu estudo (década de 1910)**.

VARGAS, Jonas Moreira. **Entre a Paróquia e a Corte: Os mediadores e as estratégias familiares da elite política do Rio Grande do Sul (1850-1889)**. Santa Maria: ufsm, 2010.

_____. **Pelas margens do atlântico: Um estudo sobre elites locais e regionais no Brasil a partir das famílias proprietárias de charqueadas em Pelotas, Rio Grande do Sul (século XIX)**. Rio de Janeiro. Tese de Doutorado submetida ao Programa de Pós-Graduação em História Social do Instituto de História da Universidade Federal do Rio de Janeiro – UFRJ. 2013

_____. **Os Barões do charque e suas fortunas: Um estudo sobre as elites regionais brasileiras a partir de uma análise dos charqueadores de Pelotas (Rio Grande do Sul, século XIX)**. São Leopoldo: Oikos, 2016. 340 p.

_____. **A política rio-grandense no Segundo Império: um balanço historiográfico.** In: Charles Sidarta Machado Domingos, Alessandro Batistella e Douglas Souza Angeli - São Leopoldo: Oikos, 2018.

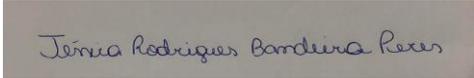
_____. *Os charqueadores de Pelotas, suas estratégias familiares e a transmissão de patrimônio (1830-1890).* In: **Anais do XXVI Encontro Nacional de História.** São Paulo: USP, 2011, p. 1-20.

ZILBERMAN, Regina. **A literatura no Rio Grande do Sul.** Porto Alegre: Mercado Aberto, 1993.

TERMO DE RESPONSABILIDADE DE PLÁGIO

Eu, Jéssica Rodrigues Bandeira Peres matrícula nº 19104262- 7053 declaro para todos os fins que o texto em forma de (X) Dissertação de mestrado ou () Tese de Doutorado, intitulado Abaixo a Monarquia: liderança política, e propaganda republicana em Pelotas-RS (1880-1889), é resultado da pesquisa realizada e de minha integral autoria. Assumo inteira e total responsabilidade, sujeitando-me às penas do Código Penal (“Art. 184. Violar direitos de autor e os que lhe são conexos”).

Pelotas, 01 de maio de 2021.



ASSINATURA